BLUMENAU

em Cadernos

BLUMENAU

em Cadernos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU

João Paulo Kleinübing
Prefeito Municipal

Edson Brunsfeld
Vice-Prefeito

FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

Marion Bubeck Willecke
Presidente

Iúry Bugmann Ramos
Diretor Administrativo-Financeiro

Sueli M. V. Petry
Diretora Histórico-Museológica

Dirceu Bombonatti
Diretor do Centro de Publicação, Documentação e Referência em Leitura

Rafaela Hering Bell
Diretora do Museu de Arte de Blumenau - MAB

BLUMENAU EM CADERNOS

Fundada em 1957 por José Ferreira da Silva

Sueli Petry
Diretora

CONSELHO EDITORIAL

Annemarie Fouquet Schünke (*Presidente*)

Cristina Ferreira

Gervásio Tessaleno Luz

Ivo Marcos Theis

Marcos Schroeder

Roberto Marcelo Caresia

Urda Alice Klueger

Viegas Fernandes da Costa

FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva”

Prêmio Alm. Lucas Alexandre Boiteux,
na Área de História – edição 1998, concedido
pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
Prêmio Destaque - 2002
concedido pela Academia Catarinense de Letras.

© 2001 by Fundação Cultural de Blumenau

BLUMENAU EM CADERNOS

Expediente: Alameda Duque de Caxias, 64 – Caixa Postal, 425 - 89015-010 – Blumenau (SC)

Fone (0**47) 326-6990 - E-mail: arquivohistorico@fcblu.com.br

Capa: Documentos do acervo particular do Dr. Blumenau

Silvio Roberto de Braga

Revisão: Valdir A. Petry

Digitação: Tiago David Depiné

Secretária: Mirela Nolasco

EDITORA CULTURA EM MOVIMENTO

Rua XV de Novembro, 161 – Centro – Caixa Postal 425 - 89010-001 - Blumenau - SC

Fone (0**47) 326-7511 - E-mail: editora@fcblu.com.br

<http://www.fcblu.com.br>

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Biblioteca Pública Dr. Fritz Müller - Blumenau - SC

Blumenau em Cadernos. (Fundação Cultural de Blumenau) Blumenau, SC, 1 (06) 1957 -

II.

Bimestral

ISSN 0006-5218

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907
© Reservados todos os direitos de publicação total ou parcial pela Editora Cultura em Movimento

“Impresso no Brasil / Printed in Brazil”

SUMÁRIO

Apresentação	07
Documentos - Originais	
Tempos difíceis	
<i>Karl Kleine</i>	09
Artigos	
As raízes de Blumenau 1847-1850	
<i>Klaus Richter</i>	26
Conflitos interétnicos, patriotismo quebra-vidraças e a Livraria Central de Alberto Entres: bosquejos de uma ilha de leitura (Florianópolis durante as duas Grandes Guerras Mundiais)	
<i>Felipe Matos</i>	50
São Martinho: Rupturas e desdobramentos (1937 – 1960)	
<i>Paola May Rebollar</i>	71
Locomotiva	83
Autobiografia	
Prof ^a . Júlia Strzalkowska	87
Foto legenda	
Reminiscências futebolísticas de Blumenau	
<i>Dr. Walmor E. Beltz</i>	91

Entrevista

Garimpeiros em Botuverá.

Dionísio Tomio 93

Crônicas do cotidiano

Melado com farinha

Urda Alice Klueger 101

Fragmentos da nossa história

A grande homenagem ao Cel. Cmte. “Benfeitor de Blumenau” 104

Foi encontrado ouro no subsolo do Hospital Santa Catarina 112

Memórias

A infância de duas rodas

Homero Bruno Malburg 114

Autores catarinenses

Enéas Athanázio 116

Apresentação

Iniciamos o ano de 2006, registrando a passagem dos quarenta e nove anos de edição da revista “Blumenau em Cadernos”. Enquanto espaço de divulgação da produção historiográfica, vem publicando temas de relevância que atendem aos mais diversos interesses dos pesquisadores.

Neste número de janeiro e fevereiro, o público-leitor encontrará, na coluna bilíngüe **Documentos originais**, um texto de Karl Kleine, o qual foi extraído do livro de memórias “*Blumenau de Ontem: experiências e recordações de um imigrante*” (*Blumenau einst Erlebnisse und Erinnerungen eines Eingewanderten*), cuja tradução é um trabalho de Annemarie Fouquet Schünke. O autor, ao narrar “Tempos difíceis”, descreve a visita que fez ao seu cunhado na Colônia Dona Francisca, em Joinville.

Na coluna **Artigos**, Klaus Richter, doutor em História pela Universidade de Hamburgo (Alemanha) e ex-arquivista do Arquivo Estadual da mesma cidade, brinda os leitores com o interessante artigo intitulado “*As raízes de Blumenau 1847-1850*”. O autor disserta sobre as relações comerciais do Dr. Blumenau e Ferdinand Hackradt, objetivando colonizar o Vale do Itajaí. Descreve contatos mantidos com o presidente da Província, compra de terras e escravos e dificuldades na instalação da colônia até a dissolução da sociedade, em 1850.

“*Conflitos interétnicos, patriotismo quebra-vidraças e a Livraria Central de Alberto Entres: bosques de uma ilha de leitura (Florianópolis durante as duas Grandes Guerras Mundiais)*”. Com esta chamada o licenciado e bacharel em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina, Felipe Matos, publica, na coluna **Artigos**, uma discussão muito oportuna em torno da mudança do perfil urbano da Ilha de Santa Catarina no último século, bem como levanta a problemática cultural em torno da produção e comercialização literária centrada nas mãos de comerciantes teuto-brasileiros, que em consequência dos conflitos mundiais envolvendo a Alemanha, sofreram depredações e hostilidades.

Ainda na seção **Artigos**, a licenciada em História, Paola MayRebollar, publica “*São Martinho: Rupturas e desdobramentos (1937 – 1960)*”, onde aborda questões relacionadas à problemática da identidade étnica dos teuto-brasileiros da região de São Martinho, de 1931 a 1960, em decorrência da

política de Vargas envolvendo a nacionalização, quando a população, sob forte pressão, teve que reelaborar sua identidade.

“*Locomotiva*” é o título do artigo publicado em 1954, na Revista Paulista da Indústria, na qual historiciza a EFSC.

Rememorando a atuante trajetória da Prof^a. Júlia Strzalkowska, transcreve-se a autobiografia desta personagem que dedicou sua vida ao ensino.

O Médico Dr. Walmor E. Belz, em “*Reminiscências futebolísticas de Blumenau*”, narra fato interessante sobre o nosso futebol local, envolvendo os times rivais do Palmeiras e do Olímpico.

Retornando com a seção **Entrevista**, registra-se o depoimento do Sr. Dionísio Tomio, 84 anos, que descreve como era a vida dos garimpeiros, sobretudo a sua, em Botuverá na década de quarenta.

Na seção **Crônicas do Cotidiano**, a escritora e historiadora Urda Alice Klueger, com a sua crônica intitulada “*Melado com farinha*”, relembra aspectos da sua infância junto à família.

Em **Fragmentos da nossa história**, republica-se “*A grande homenagem ao Cel. Cmt. Benfeitor de Blumenau*”, no Jornal de Blumenau em 26.06.1943, que diz respeito à homenagem que as classes médica, empresarial e política local prestaram ao Coronel Oscar Rosa Neponuceno, pelos seus esforços contra a epidemia da malária e seu trabalho de nacionalização.

“*Foi encontrado ouro no subsolo do Hospital Santa Catharina*” é o título do artigo publicado no jornal Cidade de Blumenau em 25.02.1939. Esta manchete despertou a curiosidade da população local.

Na seção **Memórias**, o colaborador Homero Bruno Malburg escreve “*A infância de duas rodas*”, em que relembra seus tempos de criança envolvida com as bicicletas.

Finalizando esta edição, o escritor e advogado Enéas Athanázio escreve e comenta temas voltados à literatura.

Sueli Maria Vanzuita Petry
Diretora de “Blumenau em Cadernos”.

Tempos difíceis

Karl Kleine¹

Documentos
Originais -
Memórias

Tivemos mais um irmãozinho; este, ainda nos deu mais trabalho. Sempre precisávamos embalar o chorão, para dizer a verdade este era nosso maior castigo, pois nas horas de folga preferíamos correr atrás dos tucanos ou fisgar os peixes prateados das águas do Itajaí. No entanto, gostávamos dele de qualquer jeito.

Bem, tudo teria dado certo, se o terreno não fosse tão pequeno. Apenas a metade dos dezesseis *Morgen* era aproveitável; aos fundos havia uma pedreira íngreme e aos seus pés se estendia um pântano. À frente, o terreno era cortado por um caminho largo que, além de tudo, mais uma vez fora transferido de lugar. Aos poucos, a margem do rio era destruída pelas enchentes. Ainda assim, meu pai plantava o necessário para consumo pró-

¹ Imigrante alemão veio para a Colônia Blumenau em 1856. Este texto foi extraído do seu livro: "Blumenau de Ontem: experiências e recordações de um imigrante" - (*Blumenau einst Erlebnisse und Erinnerungen eines Eingewanderten*). Tradução: Annemarie Fouquet Schünke.

Harte Zeit

Wir bekamen noch ein kleines Brüderchen, aber der kleine Kerl brachte uns noch mehr Arbeit. Wir mußten den Schreihals immer wiegen, was, nebenbei gesagt, die größte Strafe für uns war; denn wir liefen in den Freistunden lieber hinter den Tukanen her oder zogen lieber die silberschuppigen Fische aus den Fluten des Itajahyflusses. Aber lieb hatten wir das kleine Strampelkerlchen doch!

Nun, das wäre ja am Ende alles gegangen, wenn nur das Grundstück nicht gar zu klein gewesen wäre. Von den 16 Morgen konnte nicht die Hälfte benutzt werden; der hintere Teil war steiler Felsenberg, an dessen Fuß sich ein Sumpf hinzog. Vorne durchschnitt ein breiter Fahrweg, der noch dazu einmal verlegt wurde, das Grundstück in der Front. Am Ufer riß das Hochwasser ein Stück nach dem anderen fort. Dennoch baute mein Vater, den die Erfahrung klüger gemacht hatte, so viel an, als wir zum Essen gebrauchten. Aber wo sollte das andere herkommen? Die mitgebrachten Kleider waren aufgebraucht. Licht, Salz, Seife usw. mußte sein. Aber womit bezahlen, wenn kein Vintem bare Einnahme da ist?

Bei allen Quale, Schinden und Entbehrungen gerieten meine Eltern langsam in Schulden. Nun wurden der Sorgen noch mehr und der Kummer immer größer.

Onkel Julius hatte noch kein Sterbenswörtchen von sich hören lassen. – Endlich kam ein dicker Brief von ihm. Er war schon längere Zeit in Brasilien, ohne daß meine Eltern eine Ahnung davon hatten. In Dona Franzisca (heute Joinville) hat er sich angesiedelt. In seinem Schreiben setzt er meinem Eltern weitläufig alle Gründe auseinander, was ihn dazu bewogen, nach Dona Francisca und nicht, wie abgemacht, nach Blumenau zu ziehen. Wie staunten mein Eltern aber, als sie wörtlich lasen: “Ich hab mir hier ein neues Haus nach deutschem Muster eingerichtet und eine grobe Ziegelei gekauft, die schon im Betrieb war. Werkmeister und alles Personal, was dazu gehört, nebst Maschinen, Material usw. habe ich gleich auf meine Kosten mitgebracht. Das alles hat mich zwar heidenmäßig viel Geld gekostet, aber wenn die Sache erst richtig in Gang kommt usw... Zum Schluß forderte er meine Eltern auf, dorthin zu kommen oder, wenn das nicht ginge, sollte ihn mein Vater wenigstens einmal besuchen. Diese Aufforderung war aber so lau gehalten, daß man ohne Mühe zwischen den Zeilen lesen konnte, wie wenig ihm daran gelegen war.

Meine arme Mutter ließ vor Schreck den Brief fallen und rang die

prio, de acordo com o que a vida lhe ensinara. Mas, de onde viria o resto? As roupas que havíamos trazido estavam rotas. Precisávamos de velas, sal, sabão e outras coisas mais. Mas, como pagar se não havia sequer um vintém de outra renda?

Apesar do excesso de trabalho, das aflições e de todo sacrifício, meus pais aos poucos foram se endividando. Assim, as preocupações e o desgosto aumentaram ainda mais.

Não tivemos uma notícia sequer do tio Julius. Ele já estava há algum tempo no Brasil, mas meus pais sequer sabiam. Ele fixou residência na Colônia Dona Francisca (hoje Joinville). Numa carta, ele justificou o motivo em ter ido para Dona Francisca e não para Blumenau como fora combinado. Meus pais se admiraram demais ao lerem: “aqui, instalei-me numa casa bem ao estilo alemão e comprei uma grande olaria, que já está produzindo. Eu trouxe às minhas custas o mestre de produção, os operários necessários, além de máquinas, material, etc. No entanto, tudo isso me custou muito dinheiro, mas quando tudo estiver correndo bem etc...” Então convidou meus pais para visitá-lo e se não fosse possível, que pelo menos meu pai deveria ir. Deu para perceber nas entrelinhas, que esse convite foi forçado e que ele nem fazia questão dessa visita.

A coitada da minha mãe de tão assustada deixou cair a carta e torcia as mãos. Meu pai encarou o fato com mais frieza e disse asperamente: “Melhor teria sido Julius construir um manicômio, assim, mais tarde, ele teria um lugar para morar, quando sua bela fortuna se evaporasse.”

Minha mãe lhe perguntou com voz trêmula:

- O que vais responder?

- É claro que não podemos nos mudar para lá, eu não iria, mesmo que tivéssemos dinheiro para a viagem. Ele somente saiu do nosso caminho para poder realizar suas idéias malucas sem ouvir minha repreensão. Não vai demorar e ele estará mais pobre do que nós hoje.

- Meu Deus, meu Deus! – choramingava minha mãe. - Tu precisas ir até lá! Talvez consigas persuadi-lo a voltar atrás, antes que seja tarde demais.

- Certamente preciso ir, porém não vai adiantar nada, nem para ele, tampouco para mim. Mas, de onde tirarei o dinheiro da viagem?

- Também para isso, haverá uma solução, respondeu minha mãe confiante.

Hände. Ihre letzte stille Hoffnung war durch diesen Brief zerstört. Vater nahm die Sache kaltblütiger auf und sagte trocken: "Julius hätte sich lieber ein Irrenhaus bauen sollen, so hätte er später wenigstens ein Unterkommen gehabt, wenn sein schönes Vermögen verziegelt ist!"

"Was willst du darauf antworten?" fragte Mutter mit zitternder Stimme. "Hinziehen können wir nicht", antwortete Vater, "das ist klar; selbst wenn wir Reisegeld hätten, würde ich es nicht tun. Er ist uns nur aus dem Weg gegangen, um seine verrückten Ideen ohne Vowurf von meiner Seite ausführen zu können. Lange dauert es nicht, dann ist er ärmer als wir es heute sind." – "Mein Gott, mein Gott!" jammerte meine unglückliche Mutter. "Du mußt hin! Vielleicht kannst du ihn überreden, daß er noch umlenkt, ehe es zu spät ist!"

"Hin muß ich, gewiß, aber nutzen wird es weder ihm noch mir. Und wo nehme ich das Reisegeld her?" – "Auch das wird sich finden", sagte Mutter zuversichtlich. Sie war schon wieder gefabt und dachte mehr an ihren Bruder als an sich selber. "Julius steht vor einem Abgrund, und du mußt ihm die Augen öffnen", hob sie wieder an.

"Das will ich auch, und zwar gründlich. Ob's was helfen wird, ist eine andere Frage."

Vorläufig blieb die ganze Angelegenheit ruhen, weil das Reisegeld fehlte. Mutter sorgte zwar immerzu im stillen dafür, aber alle Schritte deswegen waren vergebens. Niemand wollte ihr etwas Geld vorstrecken, man hatte nur vornehmes Achselzucken und mitleidiges Lächeln für die arme Frau. Sie bedauerten sie genug, aber geben wollte keiner etwas. So kam es, daß die Reise immer wieder aufgeschoben werden mußte, bis sich eines Tages durch einen sonderbaren Zufall Rat dazu fand, nach dem Motto: "Gott verläßt keine Deutschen nicht!"

Es war an einem Sonntag, und wir saßen gerade am Mittagstisch, da erschien die schlottrige Gestalt von Nante in der Tür. Er trug zwar nur Hemd und Hose und ging barfuß, sah aber gesund aus und seine Kleider waren sauber. Wir sahen gleich, daß aus dem alten Säufer inzwischen ein ganz anderer geworden war, und er erzählte uns auch von selbst die ganze Geschichte. Aber was das beste war, er wollte eigentlich jetzt nach Dona Francisca zu einem weitläufigen Verwandten, hatte seinen Plan aber geändert, weil Goldener ihn mit nach Desterro nehmen wollte, wo sie sich beide eine Anstellung suchen wollten. "Ich habe einen Mann aus Dona Francisca getroffen, den ich dorthin wieder begleiten sollte", sagte Nante,

Agora, ela já estava mais controlada e pensava mais em seu irmão do que nela mesma.

- Julius está à beira de um precipício, precisas abrir-lhe os olhos.

- Isso eu também quero e de modo eficaz, se vai ajudar é uma outra questão.

Por enquanto esse assunto ficou de lado, pois faltava o dinheiro para a viagem. Minha mãe tentava consegui-lo, mas todas as tentativas foram em vão. Ninguém queria emprestar-lhe o dinheiro. A pobre mulher apenas recebia um “dar de ombros” elegante e um sorriso compassível. Todos sentiam pena dela, mas dar, ninguém queria. Assim, a viagem foi adiada até que um dia um estranho acaso trouxe a solução de acordo com o conceito: “Deus não abandona nenhum alemão.”

Era um domingo e estávamos sentados à mesa do almoço, quando a figura negligente de Nante apareceu na porta. Embora usasse somente calça e camisa e estivesse descalço, seu aspecto era saudável e suas roupas limpas. Percebemos logo que o companheiro beberrão havia mudado, e ele mesmo nos contou toda história. Mas, o melhor de tudo era que pretendia ir para a casa de um parente distante em Dona Francisca, porém mudou de idéia porque Goldener queria levá-lo para Desterro, onde ambos procurariam um trabalho. Nante disse:

- Encontrei aqui um senhor de Dona Francisca, o qual eu deveria acompanhar até lá. Agora não sei como dizer-lhe que desisti.

Meu pai retrucou alegremente:

- Isto talvez venha a calhar. Como se chama este homem? Talvez conheça meu cunhado Julius e, assim, eu poderia oferecer-lhe minha companhia.

- Ele se chama Koch e está morando na casa dos Friedenreich, respondeu Nante.

Viagem para Dona Francisca

Logo na manhã seguinte, meu pai foi até lá e disse a Koch que o acompanharia até Dona Francisca, ao invés de Nante. As despesas de viagem seriam por conta de Koch, mas de Itajaí em diante teriam de caminhar a pé.

und nun weib ich nicht wie ich ihm wieder absagen soll.

“Das trifft sich gut, sagte Vater erfreut, “wie heibt der Mann? Er kennt vielleicht meinen Schwager Julius; und ich könnte mich als Reisebegleiter anbieten.”

“Er heibt Koch und wohnt bei Friedenreichs”, erwiderte Nante.

Reise nach Dona Francisca

Schon am nächsten Morgen ging Vater sofort dorthin und vereinbarte mit Koch, dab er ihn nach Dona Francisca an Nantes Stelle begleiten würde. Das ging zwar auf Kochs Rechnung, sie muBten aber den Weg von Itajahy an zu Fub zurücklegen.

Als Vater von dieser Reise, die viel länger gedauert, als meine Eltern Annehmen konnten, zwar sehr erschöpft, aber doch ganz gesund wieder zurückkehrte, erzählte er ausführlich seine Erlebnisse bei Onkel Julius. Doch lassen wir ihn selbst berichten:

“Abends spät kamen wir in Joinville an. Um Julius nicht zu stören, beschlob ich, erst am nächsten Morgen hinzugehen. Ich blieb also mit Koch zusammen in einem Gasthause über Nacht. Von der ungewohnten Fubreise ermüdet, schliefen wir bis in den hellen Morgen hinein. Es war schon ziemlich spät, als ich mich aufmachte, um Julius zu überraschen. Koch führte mich so weit, bis ich das Haus von Julius sehen konnte. Es lag etwas erhöht und war ein stattliches Herrenhaus mit breiter Veranda und einer Front von acht Fenstern, dazu noch eine Menge Nebengebäude, alles massiv und funkelnagelneu. Nicht weit davon stand die lange Ziegelei mit zwei turmhohen Schornsteinen. Vor dem Hause ein schöner grober Garten mit Pavillon, künstlichen Grotten und kiesbestreuten Wegen. Ein Stück Urwald im Hintergrund ersetzt den Park.

Ich trat in die Veranda. Alles tot und stille! Ich sah nach der Uhr. Drei Viertel auf neun. – Sollte ich rufen? Aber stören wollte ich nicht; ich kannte die Gewohnheiten der Grobstädter, sie lagen alle noch in tiefem Schlaf. – Ich setzte mich also in einen Schaukelstuhl in der Veranda und wartete, wartete so lange, bis ich einschlief. Nach einiger Zeit weckte mich ein sonderbares Gefühl an meiner Hand. Ich schlug die Augen auf sah einen groben, prächtigen Neufundländer, der neben mir stand und schmeichelnd meine herabhängende Rechte leckte. Ich streichelte das wunderschöne Tier, das mich aus seinen klugen Augen ansah, als wollte es sagen: Schlafe nur, armer Fremder, ich will für dich wachen! – Es war nur ein Hund, aber

Quando meu pai retornou desta viagem, que demorou bem mais do que o previsto, estava extremamente cansado, porém com saúde, e nos relatou o que havia acontecido junto a tio Julius. Deixemos ele mesmo falar:

“Chegamos tarde da noite em Joinville e para não incomodar Julius resolvi ir vê-lo somente na manhã seguinte. Portanto, pernoitei numa hospedaria com Koch. Dormimos manhã adentro, pois estávamos cansados da viagem a pé. Já era bastante tarde quando saí para surpreender Julius. Koch me acompanhou até eu avistar a casa de Julius. Situava-se num elevado e era um magnífico solar com uma varanda larga e oito janelas na fachada, além disso, havia várias construções anexas, tudo em alvenaria e bem novo. Não muito distante dali, encontrava-se a olaria com duas chaminés bem altas. Em frente à casa havia um grande e belo jardim com caramanchão, grutas artificiais e um caminho de saibro. Aos fundos uma faixa de mata nativa substituía o parque.

Entrei na varanda. Tudo estava deserto e silencioso. Olhei o relógio, eram oito e quinze da manhã. Deveria chamar? Não queria incomodar, além disso, eu conhecia os hábitos das pessoas de cidade grande. Ainda deveriam estar dormindo.

Sentei-me na cadeira de balanço da varanda e esperei, esperei tanto que adormeci. Algum tempo depois acordei, sentindo algo estranho na minha mão. Quando abri os olhos vi um belo exemplar de cão da “Terra Nova” (*Neufundländer*) ao meu lado, lambendo a minha mão. Acariciei o belo animal que me olhava, parecendo querer dizer: durma, eu velarei por ti! Era apenas um cão, no entanto, sua gentil recepção pareceu ser de bom agouro.

Ah, mas como fiquei decepcionado! Bati pela segunda vez. Eram dez horas. Desta vez, alguém veio abrir a porta. Era uma menina de aproximadamente doze anos que perguntou o que eu desejava.

Disse-lhe que gostaria de falar com o Sr. Dittrich.

- Meu pai está no banho e não será possível falar com ele antes de uma hora, disse-me indicando-me o banco na varanda.

O que mais me restava? Eu não poderia surpreendê-lo no banheiro. Só restava esperar até que o senhor cunhado pudesse receber-me.

Esperei até às onze horas, no entanto, ninguém se importou comigo.

dennoch tat mir sein freundlicher Empfang wohl und erschien wie ein günstiges Omen.

Ach, wie bitter wurde ich enttäuscht! – Ich klopfte jetzt zum zweiten Mal an, es war gerade zehn Uhr. Diesmal kam jemand und schlob auf. Ein Mädchen von ungefähr zwölf Jahren stand vor mir und fragte nach meinem Begehren.

Ich drückte den Wunsch aus, Herrn Dittrich zu sprechen. “Mein Papa ist jetzt im Bade und vor einer Stunde nicht zu sprechen; aber wenn Sie warten wollen –“ Damit deutete sie auf eine Bank in der Veranda. – Was blieb mir weiter übrig? Im Bade konnte ich ihn nicht überfallen, also nochmals warten, bis der Herr Schwager zu sprechen war.

Ich wartete bis elf. Niemand kümmerte sich um mich. Ich hörte wohl hin und wieder einen Laut im Hause, auch ein paarmal klingeln und eine grobe Uhr schlagen, aber die Fenster und Türen blieben verschlossen. Ich wurde hungrig und durstig und geriet schließlich in eine sehr üble Laune. Endlich hörte ich den Sand im Garten unter den Tritten eines Menschen knirschen. Ein Mann mit einer Harke in der Hand kam langsam den Gartenweg herauf. Als er mich erblickte, kam er schnell auf die Veranda zu. Es war wohl der Gärtner.

“Kann ich Herrn Dittrich jetzt zu sprechen bekommen?” fragte ich bescheiden. Der Mann musterte mich ganz misstrauisch von oben bis unten. Ich mußte ihm wohl mit meinen von der Reise sehr mitgenommenen Kleidern höchst verdächtig vorkommen, denn er herrschte mich kurz an: “Wer hat Ihnen denn erlaubt, hier einzutreten?” Jetzt lief mir aber die Galle über und ich antwortete grob: “Scheren Sie sich zum Teufel, ich komme auch ohne Sie hinein!”

Der Gärtner stand erst eine Weile verduzt über meine Frechheit da, dann lief aber, so schnell er konnte, um das Haus herum und verschwand. Wahrscheinlich meldete er jetzt, was für ein Vagabund sich eingeschlichen hatte. Gleich darauf hörte ich eilige Schritte. Die Tür wurde aufgerissen, und Schwager Julius mit dem Gärtner hinter sich erschien. Er blickte keineswegs freundlich auf mich. Er war noch derselbe von drüben: lang, mager mit bleichem, bartlosem Gesicht und langen Haaren. Er erkannte mich nicht und ich wunderte mich nicht darüber; denn seit unserer letzten Zusammenkunft in Berlin hatte ich mich doch sehr verändert.

“Wer sind Sie, und was wollen Sie?” fragte er barsch.

“Ich bin Theodor Kleine und will meinen Schwager Julius Dittrich

De vez em quando escutava algum som na casa, mas as janelas permaneciam fechadas. Comecei a sentir fome e sede, fiquei mal-humorado. Enfim, escutei passos no jardim. Um homem subia vagorosamente o caminho do jardim, segurando um ancinho. Ao avistar-me, veio depressa até a varanda. Devia ser o jardineiro.

Perguntei resignado:

- Posso agora falar com o Sr. Dittrich?

O homem me olhou desconfiado de cima para baixo. Eu devia parecer-lhe suspeito com as roupas rotas da viagem, pois falou rispidamente comigo:

Então, fiquei furioso e respondi com grosseria:

- Vá pro diabo, entrarei sem o senhor.

O jardineiro ficou perplexo com minha mal-criação, correu o mais que pode em volta da casa e desapareceu. Certamente foi falar sobre o vagabundo que se infiltrara. Em seguida escutei passos rápidos. A porta foi escancarada e o cunhado Julius apareceu seguido pelo jardineiro. Ele não me olhou amavelmente. Ainda era o mesmo de sempre: alto, magro com o rosto pálido sem barba e com cabelos longos. Não me reconheceu e nem me espantei com isso, pois eu havia mudado muito desde nosso último encontro em Berlim. Perguntou com rispidamente:

- Quem é o Sr. e o que deseja?

- Eu sou Theodor Kleine e quero falar com o cunhado Julius Dittrich, respondi tão alto, que ele conseguiu ouvir sem o seu aparelho para surdez.

Ainda vejo a perplexidade estampada em seu rosto e a cara comprida do jardineiro. Julius havia reconhecido minha voz, segurou minha mão e puxou-me para dentro da sala. Exclamou repetidas vezes:

- Como foi possível você se transformar tanto! Vem, vem, elas estão tomando café e ficarão alegres em revê-lo.

Realmente, a família estava sentada à mesa do café numa sala mobiliada com requinte. Todos se levantaram espantados, quando Julius me apresentou formalmente.

Querida mulherzinha, gostaria que tivesses visto os trajes matinais delas! Sabe, que para esta gente fina o dia somente começa perto do meio-dia. As duas meninas mais velhas cresceram tanto, que quase não as

sprechen,” antwortete ich so laut, daß er es auch ohne sein Hörrohr verstand. Ich sehe noch immer das bestürzte Gesicht von ihm und das lange Gesicht des Gärtners, als ich die Worte gesprochen hatte. Julius hatte mich jetzt an der Stimme erkannt, ergriff meine Hand und zog mich in das Zimmer hinein. “Wie ist das nur möglich, daß du dich äußerlich so verändern konntest!” rief er einmal über das andere aus. “Komm nur, komm! Sie sitzen gerade beim Kaffee und werden sich freuen, dich wiederzusehen.” – Richtig, in einer fein möblierten Stube saß die ganze Familie am Kaffeetisch. Sie standen alle erstaunt auf, als Julius mich ihnen in aller Form vorstellte. Ich wollte, liebes Weibel, du hättest ihre Morgentoilette sehen können! Denn bei den Herrschaften fing der Tag erst um Mittag herum an. Die beiden ältesten Mädchen waren so gewachsen, daß ich sie kaum wiedererkannte. Alle fein, bleich, nach der neuesten Mode gekleidet, lauter Salonpuppen.

Ich Urwaldmensch fühlte mich recht beklommen in dieser noblen Gesellschaft, und der Kontrast von einst und jetzt trat mir hier so recht vor Augen und berührte mich so peinlich, daß ich es bereute, Julius überhaupt aufgesucht zu haben. Zu einem herzlichen Austausch kam es gar nicht, lauter hohle Phrasen, banale Höflichkeitsformeln und nichtssagende Worte, die mich nur anekelten; kurz, ich fühlte mich in hohem Grade unbehaglich und merkte nur zu deutlich, daß ich hier sehr überflüssig und unbequem war. Am liebsten wäre ich gleich wieder umgekehrt. Ich mußte natürlich mit frühstücken. Du lieber Gott! Bei meinem gewaltigen Hunger war es kein Wunder, daß die paar Milchbrötchen ganz schnell vom Teller verschwanden. Satt wurde ich freilich nicht davon, aber es war eben nichts mehr da, und ich mußte mich aufs nächste Mal vertrösten. Julius führte mich nun durchs ganze Haus. Alles war geschmackvoll auf europäische Art eingerichtet und ausgestattet. Dann ging es nach der Fabrik, wie Julius seine Ziegelei nannte. Auch hier alles bestens eingerichtet, wie es im Buche stand. Öfen, Dampfmaschinen, Rollwagen auf eisernen Schienen, Trockenhäuser, Wohnungen für die Arbeiter und vieles andere mehr. Die Arbeiter in der Ziegelei arbeiteten wohl, das heißt sie bewegten sich, aber mir schien es, als ob kein rechter Trieb dahinter war. – Ich wurde dem Werkmeister vorgestellt, den Julius mit Familie herüber gebracht hatte und der hier ein recht anständiges Gehalt bezog, außerdem sich aber noch kontraktlich ausgemacht hatte, wenn es ihm nicht gefiel oder Julius die Ziegelei aufgab, daß er ihn und seine Familie frei zurückbefördern müsse. Welche Torheit von Julius! Der Werkmeister mochte ja wohl seine Sache

reconheci. Ambas muito elegantes e pálidas, vestidas de acordo com a última moda, umas bonecas de salão.

Eu, homem do mato, não me senti bem entre esta nobre companhia e o contraste de antes se tornou agora mais evidente, tocando-me dolorosamente, tanto que me arrependi em ter procurado Julius. Nem deu para conversarmos como amigos, eram apenas frases ocas, regras de etiqueta banais, palavras sem sentido que me enojaram. Enfim, senti-me muito mal e percebi nitidamente que, ali, eu era demais. Minha vontade foi de ir embora logo.

Claro, que tive de comer com eles. Bom Deus! Não era de admirar que com a fome que eu tinha, os poucos pãezinhos tivessem desaparecido tão depressa do prato. Não fiquei satisfeito, mas não tinha mais nada e tive de me consolar com a próxima refeição. Havia bom gosto em tudo. A casa era decorada bem ao estilo europeu. Então fomos até a fabrica como Julius definia sua olaria. Também aqui tudo estava instalado de acordo. Havia fornos, máquinas a vapor, carros de rolamentos sobre trilhos, estufas, moradia para os trabalhadores e muito mais. Certamente os operários trabalhavam, quer dizer: eles se movimentavam, mas, tive a impressão que não havia muito ânimo. Fui apresentado ao mestre que Julius trouxera da Alemanha com sua família e que recebia um bom salário. Além disso, ele havia estipulado no contrato, que pagaria a passagem de volta para o mestre e família, caso ele não gostasse daqui ou se Julius desistisse da olaria. Quanta tolice de Julius! Com certeza o mestre entendia do assunto, contudo existe uma enorme diferença entre as condições daqui e as da Alemanha, diferença esta que deve ser aprendida e cujo aprendizado é muito caro. Enfim, se um experimento não dava certo ou iniciado errado, não era do seu bolso que saía o dinheiro. Julius era totalmente dependente do mestre, porque ele não entendia nada do negócio, não era nada mais do que o pagador de contas. Às vezes, passavam-se algumas semanas até Julius visitar sua olaria, embora estivesse tão perto. Ao que tudo indicava, ele tinha uma idéia fixa, pois achava que seu mestre conseguiria transformar o barro em ouro. No entanto, o pior era que ambos haviam se enganado nas contas, porque até agora o resultado não havia dado nem para cobrir as despesas com as refeições dos trabalhadores, quanto mais o resto. Julius mostrou tudo e

recht gut verstehen, aber leider ist zwischen den hiesigen und den deutschen Verhältnissen denn doch noch ein gewaltiger Unterschied, der erst gekonnt sein will und gewöhnlich tüchtig Lehrgeld kostet. Aber schließlich ging es ja nicht aus seiner Tasche, wenn ein Versuch nicht gelang oder eine Sache falsch angefangen war.

Julius, der sich ganz und gar auf seinen Ziegeleimeister verlassen mußte, weil er selber nicht das geringste davon verstand, war vollständig in dessen Händen und eigentlich nichts weiter als der Zahlmeister von ihm. Es vergingen manchmal ganze Wochen, bis Julius einmal seine Ziegelei wieder besuchte, obwohl sie doch so nahe war. Es schien bei ihm zur fixen Idee geworden zu sein, daß sein Ziegelmeister aus Lehm Gold machen könne. Nur war das Schlimme, daß sie sich alle beide tüchtig dabei verrechnet hatten; denn bis jetzt war noch nicht einmal die Kost für die Arbeiter dabei herausgekommen, geschweige denn das andere.

Julius führte mich nun überall umher und erklärte mir auf sehr gelehrte Weise, die er natürlich aus Büchern geschöpft hatte, den Zweck der ganzen Einrichtung. Wir standen gerade in einen der sehr langen Trockenschuppen. Julius tippete mit dem Finger auf einen der rohen Steine, um zu sehen, ob er schon trocken wäre. Aber der Stein war noch naß und hinterließ einen feuchten Flecken auf meines Schwagers feinem Handschuh. Julius zog denselben schnell aus und steckte ihn in die Tasche. Ich mußte mich abwenden, um ihm nichts ins Gesicht zu lachen. Weiterhin deutete er auf einen Holzhaufen von so riesigem Umfange, daß ich wirklich staunte, warum eine so grobe Menge von Brennholz angesammelt wurde. "Das langt für zwei Jahre", meinte Julius befriedigt. "Ganz schön", erwiderte ich ihm, "aber du mußt es doch lieber in mehrere Haufen verteilen, sonst ist das unterste ja verfault, ehe du auf den Grund kommst; und wenn nun einmal Feuer in diesem gewaltigem Holzstob ausbricht? Auch hättest du es vielleicht – durch Konkurrenz – im nächsten Jahre billiger haben können."

Schwager Julius stutzte erst einen Augenblick und sagte dann empfindlich: "Das ist Sache meines Werkmeisters, er hat es so angeordnet". Ich schwieg und dachte mir meinen Teil.

Weiterhin kamen wir an eine Stelle, wo ungeheure Massen von zerbrochenen Dachsteinen lagen. "Was ist das?" fragte ich erstaunt. "Ach, bei den ersten Bränden hat er die Mischung des Tones noch nicht verstanden", war die Antwort. – "Versteht er sie denn jetzt? – "Noch nicht so recht, aber er wird hoffentlich dahinterkommen". Kämst du doch auch

explicava com conhecimento de causa a finalidade de todo equipamento, conhecimento este retirado de livros. Estávamos numa estufa muito comprida. Julius tocou de leve num tijolo ainda não cozido para ver se já estava seco. Como ainda estava molhado manchou a luva de meu cunhado. Imediatamente ele a tirou e a colocou no bolso. Tive de me virar para não rir na cara dele. Mais adiante apontou para um monte enorme de lenha, tanto que me admirei do porquê de tanta lenha. Julius disse satisfeito:

- Isso dá para dois anos.

Retruquei:

- Muito bem, mas deverias distribuí-la em montes menores, pois a parte debaixo poderá estar apodrecida antes de chegares até a base, ou pode acontecer algum incêndio nesse monte enorme? Quem sabe, poderias até comprá-la mais em conta no próximo ano através de concorrência.

Julius ficou pensativo e disse meio ofendido:

- Isso é assunto do mestre da olaria, foi ele que determinou assim.

Fiquei quieto, pensando com meus botões. Mais adiante encontramos uma imensidade de telhas quebradas. Perguntei surpreso:

- O que é isso?

Ele respondeu:

- Ah, nas primeiras queimas o mestre ainda não havia compreendido como fazer a mistura da massa.

- E agora ele entende?

- Ainda não muito bem, mas espero que logo descubra.

Fiquei pensando: “seria bom se você também descobrisse logo”. Engoli em seco e fiquei calado.

Enquanto isso já eram quase duas horas, eu estava sentindo fome. Meu estômago pedia algo mais substancioso do que pãezinhos de leite. Pelas minhas contas, logo deveria aparecer o lanche. Realmente ecoou o sino, era o chamado para a mesa. Agora, havia mais duas pessoas, além da família.

- Sr. Knut, meu professor particular – Sr Theodor Kleine.

- Muito prazer etc...

- Sr. Bollmann, meu professor de piano. Theodor Kleine, nosso querido cunhado.

bald dahinter, dachte ich aber ich verschluckte meinen Ärger und schwieg. Mittlerweile war es fast zwei Uhr geworden, und ich verspürte so etwas Hunger in mir. Mein Magen sehnte sich nach etwas Festerem als weiche Milchbrötchen. Meinen gastronomischen Berechnungen nach mußte nun doch bald das Frühstück erscheinen. Wirklich ertönte die Hausglocke und rief uns zu Tisch. Diesmal waren außer den Familienmitgliedern noch zwei Personen mehr am Tisch erschienen. "Herr Knut, mein Hauslehrer – Herr Theodor Kleine" "Habe die Ehre usw.." – "Herr Bollmann, mein Klavierlehrer Herr Theodor Kleine, unser lieber Schwager!" – "Habe die Ehre usw..." Na ja, nun war's überstanden und es konnte losgehen.

Hochfein war alles was aufgetragen war, die Wurstschnittchen und Schinkenscheibchen so durchsichtig, zehn Spiegeleier auf zehn Personen, ein paar Sardinen in Stückchen, Schweizer Käse so grob wie eine Schnupftabaksdose, dazu einige Schnittchen Brot, so dünn, so dünn! Ich schämte mich ordentlich zuzulangen; die anderen leckten auch nur an den delikaten Speisen. Das Ende vom Lied war, daß ich halbsatt aufstand und mich wieder auf die nächste Mahlzeit vertröstete.

Nach Tische führte mich Julius in sein Privatzimmer, und hier kam es zur Aussprache zwischen uns beiden. Er holte erst einige Bogen Papier herbei, die ganz mit Zahlen bedeckt waren, und suchte nun mir zu beweisen, wie es gar nicht fehlen könne, daß er in kurzer Zeit ein schwerreicher Mann sein mußte. Dann sollte ich sein Sekretär und Teilnehmer werden, natürlich mit einem fürstlichen Gehalt. Zuletzt bat er mich, ihm offen meine Meinung darüber zu sagen. Ich hielt es für meine Pflicht, ihm reinen Wein einzuschenken, und wenn wir auch im Zorn voneinander Scheiden sollten. So antwortete ich denn: "Ich werde ebenso wenig dein Sekretär, wie du ein Millionär sei wirst, denn du wirst in kurzer Zeit ein Bettler sein".

Er fuhr zurück, als hätte ihn eine giftige Schlange gebissen. "Wie magst du nur so etwas sagen!" schrie er entsetzt über meine vermeintliche Frechheit. "Ich behaupte das nicht nur, sondern ich will es dir sogleich beweisen", entgegnete ich ruhig. "Sieh, hier sind deine Ausgaben angegeben und hier die Einnahmen. Von deiner eigenen Hand gebucht. Die Ausgaben übersteigen die Einnahme bis jetzt um rund 80 Contos. – Die Zinsen wollen wir vorläufig gar nicht rechnen. – Hier, auf diesem Blatt ist deine Einnahme und Ausgabe für die Zukunft berechnet, bei der wirklich ein Sümmechen alljährlich für dich übrigbleibt, das heiß, wenn alles so geht, wie es hier auf dem Papier steht; aber dennoch mußt du sehr alt werden, ehe du

Tenho o prazer etc...

Bem, agora pudemos começar. A mesa estava posta com requinte, mas as fatias de lingüiça e presunto eram transparentes, havia dez ovos fritos para dez pessoas, alguns pedacinhos de sardinha, queijo suíço do tamanho de uma caixa de rapé, acompanhado de algumas fatias fininhas de pão. Fiquei envergonhado de me servir bem. Os outros apenas lambiscaram as guloseimas. Final da história: levantei da mesa mais ou menos satisfeito e, consolei-me com a próxima refeição.

Após a refeição, Julius conduziu-me até o seu escritório e então tivemos uma conversa séria. Pegou algumas folhas de papel cobertas com cifras e tentou convencer-me que, sem dúvida, em breve seria um homem muito rico. Então eu me tornaria seu secretário e sócio e, obviamente teria um salário opulento. Por fim, pediu minha opinião sincera sobre este assunto. Achei que era minha obrigação dizer-lhe sinceramente tudo, mesmo que tivéssemos de nos separar como desafetos. Assim respondi:

- Eu não serei seu secretário, bem como não serás milionário, pois em pouco tempo hás de ser um mendigo.

Ele recuou com se tivesse sido picado por uma cobra.

- Como podes dizer isso! - berrou horrorizado por meu atrevimento.

Respondi calmamente:

- Eu não só afirmo como provarei. Veja, aqui estão registradas as despesas e aqui a receita. Tudo registrado por tuas mãos. As despesas ultrapassam a receita em oitenta Contos, isso até agora. Por enquanto, deixemos os juros de lado. Nesta folha consta tua receita e despesa para o futuro. Realmente, sobra uma pequena quantia anualmente, isso se tudo correr como consta aqui no papel; no entanto, precisarás ficar muito velho até teres de volta os oitenta Contos que já tinhas em teu bolso. Além disso, perdeste os juros que por si só representam um capital, do qual poderias viver melhor do que teu mestre do diabo, que transforma teu dinheiro em barro. Acredite, você está no melhor caminho para se arruinar totalmente. Por que procura aqui o que já tinha na Alemanha?"

Julius cravou os olhos em mim, como se eu fosse um espírito maligno. Eu percebi o que se passava dentro dele, mas não disse nada.

- Você está enganado. Meus cálculos foram elaborados com muita segurança, para ter-me enganado assim.

die 80 Contos wieder zurückhast, die doch schon in deiner Tasche waren. Auberdem hast du die Zinsen verloren, welche allein schon ein Kapital vorstellen, von dem du besser hättest leben können als von deinem Hexenmeister, der dein Geld in Lehm verwandelt. Glaube mir, du bist auf dem besten Wege, dich gänzlich zu ruinieren. Warum suchst du hier, was du drüben schon hattest?"

Julius starrte mich an, als wäre ich ein böser Geist. Ich sah ihm an, wie es in ihm arbeitete, aber er sagte nichts. Endlich brach er das peinliche Schweigen und meinte: "Du irrts dich; meine Berechnungen sind zu sicher aufgestellt, um mich täuschen zu können". Er sagte das zwar im ruhigen Tone, aber ich fühlte, dab das Freundschaftsband zwischen uns gerissen war. Ich beschwor ihn noch einmal, seine Ideen aufzugeben und zu retten, was zu retten war, aber ich gob nur Öl auf das Feuer. Natürlich wurde mir der Aufenthalt in Julius seiner Familie nun noch peinlicher als vorher, und schon am anderen Morgen nahmen wir kühlen Abschied voneinander. Ich hatte nicht einmal Geld zur Rückreise, aber Koch hat mir etwas geliehen, und so bin ich denn allein und zu Fub wieder nach Blumenau gekommen."

So die Erzählung meines Vaters. Wir wollen nun gleich das Ende von Onkel Julius Schicksal hierher setzen, damit wir weiterhin nicht mehr damit gestört werden. – Schon das Jahr darauf war das von Onkel mitgenommene bare Geld – 100 Contos- bis auf den letzen Heller ausgegeben. Er mußte noch Geld borgen, um nach Deutschland reisen zu können, wo er den übrigen Teil seines Vermögens, welches immer noch an 50 Contos betragen mochte, nachholen wollte, um den letzten Rest auch noch fixen Idenn zu opfern. – Noch hätte er sich mit Ehren aus der Klemme ziehen können und hätte, ohne zu darben, in Breslau wieder anfangen können, wenn er jetzt mit Familie hinübergezogen wäre. War es falsche Scham oder hatte er immer noch nicht eingesehen, was er sich eingebrockt hatte? Kurz, auch das letzte Geld war wie ein Tropfen auf einem heißen Stein verdunstet, und Onkel Julius, der in der letzten Zeit noch so verblindet war, Geld auf sein Besitztum zu leihen, stand als Better auf der Strabe. Er hatte den Kopf so verloren, dab er nicht einmal das Überfahrtsgeld für sich und seine Familie zu retten versucht hatte. Seine Gläubiger waren so gnädig und schenkten es ihm.

Aus Verzweiflung über sein selbstverschuldetes Schicksal starb er später in Deutschland, und seine Frau war nun mit ihren Kindern auf die Gnade ihrer Verwandten angewiesen.-

Ele falou calmamente, mas eu percebi que a nossa amizade se rompera. Eu implorei mais uma vez para ele desistir de suas idéias e salvar o que fosse possível, mas apenas joguei mais óleo na fogueira. É claro, que a minha estadia junto a Julius e família se tornara ainda mais penosa. Já na manhã seguinte nos despedimos com frieza. Eu nem tinha dinheiro para voltar a Blumenau, mas Koch emprestou um pouco e, assim, cheguei a pé e sozinho em Blumenau.”

Essa foi a narrativa de meu pai. Agora vou terminar o assunto, descrevendo o destino de tio Julius para não mais tocar neste assunto.

Já no ano seguinte, meu tio gastara até o último centavo os cem Contos que havia trazido da Alemanha. Ele foi obrigado a emprestar dinheiro para voltar à Alemanha, onde foi buscar cinquenta Contos, o restante de sua fortuna, a fim de gastar tudo em sua idéia fixa. Ele ainda poderia ter saído do aperto de maneira honrosa sem passar necessidade se tivesse levado sua família e recomeçado uma vida nova em Breslau. Afinal, o que o levou a não enxergar o que ele mesmo cavara? Bem, o resto do dinheiro também evaporou e, tio Julius, que ultimamente vivia deslumbrado, ainda emprestou dinheiro, penhorando sua propriedade e acabou vivendo como um mendigo de rua. Ele perdera totalmente a cabeça, tanto que nem tentou salvar o dinheiro da viagem de volta com sua família. Seus credores foram magnânimos e lhe deram de presente o montante devido.

Mais tarde, desesperado por ter fracassado, veio a falecer na Alemanha. Sua mulher e suas filhas ficaram dependendo da bondade de parentes.

As raízes de Blumenau 1847-1850

Klaus Richter*

Artigos

1. Hackradt e o Dr. Blumenau: 1846

“O Sr. Ferdinand Hackradt, de Benrath, um ecônomo muito culto com cerca de 28 anos de idade, chegou-se a mim em Erlangen, no ano de 1847, para colher comigo informações sobre o Brasil, pois ele estava indeciso se deveria ir para a América do Norte ou do Sul. Dizia ter 4 ou 5.000 Thaler. Quando o fiz ler algumas cartas recém-chegadas de Blumenau do Rio Grande, ele próprio escreveu ao Sr. Blumenau e recebeu resposta muito rapidamente, o que lhe bastava para se decidir. Uniu-se a Blumenau, cujo associado se tornou de 1847 a 1850.”¹

Foi assim que Johann Jacob Sturz, mentor de Hermann Bruno Otto Blumenau a partir de 1844, quando ainda na Alemanha havia efetivado contatos, visando o estabelecimento de uma corrente emigratória alemã para o Sul do Brasil². Na retrospectiva em 1868, narrou como os dois homens, que lançariam as raízes de Blumenau, chegaram a se conhecer.

Devido aos 68 anos de vida bastante agitada, a memória de Sturz falhou, tentando lembrar detalhes daquilo que acontecera 22 anos atrás.

* Doutor em História pela Universidade de Hamburgo (Alemanha), ex-arquivista do Arquivo Estadual de Hamburgo.

Errou no ano do encontro com Hackradt que não era 1847, mas sim, 1846.

No final de sua primeira travessia da Alemanha para o Brasil, o Dr. Blumenau havia chegado ao porto de Rio Grande, em 20 de junho de 1846, e depois de passar três semanas no Rio Grande do Sul, desde 13 de julho estava no Rio de Janeiro.³ Portanto, as cartas acima mencionadas por Sturz foram escritas neste curto período, e a correspondência entre Hackradt e Blumenau se deu logo em seguida. Ainda em 1846, Ferdinand Hackradt emigrou da Alemanha para o Brasil.

Pela agenda-diário do Dr. Blumenau, sabemos que os dois se encontraram no Rio em 5 de dezembro de 1846:

*“Veio Hackradt... Com Hackradt no café: (Conversamos sobre) cultivo de cana usando arados, destilação de cachaça, cultivo de café etc”.*⁴

Mais tarde, o Dr. Blumenau chamaria Hackradt de “agricultor prática e cientificamente instruído”.⁵ Nasceria em 1819 na região prussiana de Brandenburg, perto de Berlim.⁶ Conforme Sturz, havia trabalhado como ecônomo em Benrath, na Renânia do Norte.

2. Relatórios do Dr. Blumenau sobre colonização: 1846-1847

Logo depois de chegar no Rio, o Dr. Blumenau havia apresentado ao governo Imperial um detalhado projeto de colonização no Sul do Brasil.⁷ Contudo, só conseguiria tramitar na Assembléia Geral no ano seguinte. Diante destas incertezas, o Dr. Blumenau, em 10 de setembro de 1846, resolveu aderir definitivamente à “*Associação Provisória para a Proteção de Emigrados Alemães com Destino para o Brasil*” fundada em Hamburgo e representada no Rio pelo cônsul geral hamburguês Hermann Schröder. Colocou à disposição dela o seu projeto. Ficou combinado que receberia uma remuneração de 200 mil-réis por mês pelos relatórios que devia apresentar sobre condições e regiões de colonização no Sul do Brasil.⁸

No início, achava que antes de tudo o Rio Grande do Sul seria excelente para estabelecer as primeiras colônias. Porém, não descartou Santa Catarina. Embora continuasse a dar preferência ao Rio Grande do Sul, mais tarde lá constatou limitações na oferta de terras privadas, ao contrário da disponibilidade de tais terras em Santa Catarina. Em seguida registrou que no Rio Grande do Sul não haveria concessões de terras devolutas do Go-

verno, ao contrário do procedimento em Santa Catarina. Diante da impossibilidade de a Associação Hamburguesa obter concessões pelo Governo Imperial, no início de 1847, o Dr. Blumenau estava cada vez mais decidido que Santa Catarina merecia atenção especial pelo fato de oferecer chances ou de obter concessões pela Assembléia Provincial ou de comprar terras privadas. ⁹

Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau

3. O Dr. Blumenau e Hackradt no Rio, começo de 1847

O Dr. Blumenau e Hackradt passaram o reveillon e ano-bom de 1846/47 juntos com amigos da comunidade teuta, no Rio.¹⁰ Um deles, o Sr. Döllinger, havia proposto a Hackradt um projeto comercial, que mais tarde, porém, não se realizou.¹¹ Outrossim, fracassou a tentativa de encontrar emprego na fazenda de um certo March.¹²

Em 24 de março de 1847, numa carta dirigida a Sturz, o Dr. Blumenau resumiu: *"Hackradt ainda não está sabendo bem o que quer. Talvez mais tarde me acompanhará para Santa Catarina ou Rio Grande do Sul, se bem que não quero insistir demais para não ser censurado depois."*¹³ No seu diário, em 30 de março, anotou: *"Falei com Hackradt sobre alguns assuntos do nosso futuro. Ele não está decidido e também parece não ter grande vontade de se ligar comigo."*¹⁴

4. Viagem do Dr. Blumenau para Santa Catarina, abril 1847

Entre 4 de abril e 17 de julho de 1847, o Dr. Blumenau viajou para Santa Catarina e em seguida para o Rio Grande do Sul, estudando as possíveis condições de colonização por parte da Associação hamburguesa. Em Desterro lhe foram concedidas audiências pelo Presidente da Província, Antero José Ferreira de Brito. Joaquim Xavier Neves, Vice-Presidente da Província, despertou a sua atenção entre outros para o vale do Itajaí. Resolveu caminhar a pé do Estreito em direção norte. Chegando enfermo a Santíssimo Sacramento, atual Itajaí, preferiu interromper a viagem e regressar ao Desterro.¹⁵

Como resultado de sua viagem, estava convencido de explorar a bacia hidrográfica do Itajaí: *"Não existe lugar algum em toda a América que facilitasse de tal maneira sem grandes expensas a criação de um ponto central para a emigração alemã e um lar duradouro para o elemento alemão em país estrangeiro"*.¹⁶

Ademais, o Presidente da Província, com o qual conversou várias vezes durante horas em seguida, exortou-o a não perder a chance de adquirir terras em Santa Catarina, enquanto ainda vigorasse a Lei Provincial: *"Não posso dar nenhum Real em moeda, mas um monte de terras, de acordo com a nossa Lei Provincial. Porém, se quisermos fazer algo, tem que ser rápido. Se a Lei de Terras Geral for votada, tudo estará perdido. Vamos tratar, Senhor Doutor. Lavre um contrato e logo em seguida negociaremos, antes que seja tarde demais. Eu pessoal-*

*mente ainda lhe posso conceder vários favores ou então conseguir autorização pela Assembléia Provincial”.*¹⁷

5. Estabelecimento conjunto no Vale do Itajaí, final de 1847

As impressões que recebera em Santa Catarina causaram que o Dr. Blumenau, depois de voltar para o Rio, repensasse o seu futuro. Em agosto de 1847, estava decidido de daí em diante segurar a duas amarras: Continuando até quando fosse possível, no serviço remunerado dos hamburgueses, e ao mesmo tempo agindo como particular em seu próprio interesse, montando, junto com Hackradt, um estabelecimento agro-industrial no Vale do Itajaí.

Em 28 e 29 de agosto, anotou no seu diário: *“À noite junto com Hackradt... Conversamos sobre o nosso assunto: Refinaria e produção de açúcar, serrarias, etc... Almocei com Hackradt à tarde e fiquei até à noite. (Falamos) sobre muitas coisas: o nosso assunto, relação com os hamburgueses, etc. Veremos o que fazer até tivermos conversado com eles”.*¹⁸

Foi o que aconteceu em 16 de setembro, quando o Dr. Blumenau teve uma entrevista com os representantes hamburgueses no Rio, Guiguer e Johns. Disse a eles *“que comprarei terras em Santa Catarina e que procurarei concessões gratuitas de terras, a fim de nelas me estabelecer junto com colonos”.*¹⁹ *“Expliquei aos senhores Guiguer e Johns que, não sabendo bem qual seria a minha futura situação, precisaria procurar meios de subsistência e que pretendia consegui-los, entre outros, comprando terras em Santa Catarina e recebendo concessões de terras para colonização pelo Presidente da Província.”*²⁰

Anotando a visita de Hackradt na noite de 25 de setembro, relatou: *“Falamos muito sobre o nosso assunto: Como desembaraçar-se do compromisso com Döllinger, etc. Hackradt devia explicar ao Döllinger que iria para Santa Catarina a fim de comprar terras para nós dois. Em caso de mais tarde o negócio com Döllinger ainda se realizar, voltaria a ele e entregaria todas as terras a mim. Em seguida conversamos como melhor efetuar a compra, se eu teria que dar procuração a ele, etc. Finalmente decidimos juntar o nosso dinheiro num fundo comum, emitindo letras de câmbio um ao outro.”*²¹

No final de setembro, visitaram juntos três fábricas de máquinas no Rio, colhendo informações sobre diversos aparelhos usados na produção de açúcar.²²

Em 19 de outubro, o Dr. Blumenau escreveu cartas recomendando o seu sócio Hackradt entre outros a Agostinho Alves Ramos em Itajaí e a Ulrich Häberle e Robert von Trompowsky no Desterro.²³ Agostinho Alves Ramos era a figura de proa entre eles. A partir de 1823, como dono de importante casa de comércio, havia se tornado o chefe político da região. Elegeu-se Deputado Provincial e foi encarregado pelo governo para diversas missões, entre outras como diretor das colônias estabelecidas no interior do Vale do Itajaí. Como logo veremos, seria ele a pessoa mais importante nos planos de Blumenau e Hackradt, pois havia obtido vastas extensões de terras à margem direita do Itajaí, desde Itoupava até ao Salto, sendo estas até então desabitadas.²⁴ O comerciante alemão Ulrich Häberle, em Desterro, era amigo do Dr. Blumenau, interessado na vinda de colonos alemães, e mais tarde o ajudaria com empréstimos.²⁵ Robert von Trompowsky, vice-cônsul da Rússia em Santa Catarina, como dono de uma colônia na margem leste do Itajaí-Mirim, desempenhava papel importante na colonização.²⁶

Na mesma ocasião, foram dadas instruções por escrito pelo Dr. Blumenau a Hackradt, seguidas por detalhados comentários em prolongada conversa na véspera da partida de Hackradt para Desterro: *“Finalmente combinamos que Hackradt devia observar tudo e mandar carta a mim pelo mesmo vapor voltando ao Rio. Devia colher informações primeiro na Ilha de Santa Catarina, em seguida visitar São José e São Pedro de Alcântara e de volta me informar por escrito. Depois, devia ir ao Itajaí observando e escutando todos os detalhes e entrar em negociações sobre as terras, preparando tudo para que na minha chegada pudesse ser fechado o contrato de compra e venda desde já. Entrementes, porém, teria que aguardar e prestar atenção para que ninguém descobrisse algo. Devia subir o Itajaí-Açu até o Salto, preparar tudo e em seguida voltar à Ilha de Santa Catarina e falar com José Ramos”*.²⁷

José da Silva Ramos havia ingressado na carreira militar em 1812, sendo na época Tenente-Coronel e Comandante do 3º. Corpo de Cavalaria de Santa Catarina. Foi Vereador à Câmara Municipal de São José quatro vezes em seguida, entre 1833 e 1843. Pelos serviços prestados à sua comunidade, em 1845 recebeu a comenda de Cavaleiro da Ordem da Rosa. A partir de 1850, seria Deputado Provincial. Era, pois, um homem de bastante prestígio social e político.²⁸

Ainda na véspera da partida e no dia da partida mesmo, 22 de outu-

bro de 1847, os dois sócios falaram sobre as modalidades da sociedade deles. Vale notar que até então nada havia sido fixado por escrito! Segundo o Dr. Blumenau, na ocasião Hackradt teria dito que *“eu devia redigir o texto, ele ficaria contente da maneira como eu faria”*.²⁹ De fato, tal contrato foi fechado entre os dois sócios somente quando já ativos no Itajaí, em 1848.

Em 15 de novembro, o Dr. Blumenau recebeu uma carta de Hackradt, à qual respondeu *“insistindo mais uma vez no Salto Grande para que logo negociasse com os proprietários, assim que, quando eu chegar, poderíamos fechar um contrato”*.³⁰

Região do Salto no Grande Rio Itajaí. Acervo - AHJFS

Finalmente, seguiu-lhe, depois de receber um capital de 4 mil táleres (5200 mil-réis) enviado ao Rio pelo seu irmão Julius, da Alemanha.³¹ Partiu de vapor do Rio para Desterro em 21 de dezembro, chegando ali no dia 25.³²

Anotou no seu diário: *“Desembarquei tarde, me encontrando com Hackradt que veio me procurar e ligeiramente trocamos algumas palavras sobre o nosso assunto. À noite fomos visitar Häberle onde ficamos até anoitecer... Ainda à noite, chegou um enviado de Müller, do Itajaí, comunicando que este teria fechado o negócio com o Coronel Agostinho Alves Ramos a respeito das terras dele no Salto, na base de 750 mil-réis, metade à vista, metade dentro de 12 meses, sendo que a siza (imposto de 10% do valor) ficaria por conta nossa. Hackradt respondeu que o preço seria bastante alto e deu instruções a respeito das demais terras de Damião Antonio Alves e dos cinco*

sócios. *Avisou que nós pretendíamos chegar lá no dia 2 de janeiro*".³³

Quanto ao tal Müller, morando no rio Itajaí, sabemos que na época existiam lá dois irmãos com este nome: Peter, o mais velho, e Jacob, o mais novo. É provável que Peter – mais tarde conhecido lojista em Itajaí e pai do célebre catarinense Lauro Müller – tenha atuado como intermediário.³⁴

6. Aquisição de terras, compra de escravos: 1848

Em janeiro de 1848, o Dr. Blumenau e Hackradt juntos realizaram uma viagem pelo rio Itajaí e seus afluentes. Subiram o mesmo com canoas até o local onde pretendiam comprar terras. No Salto se separaram. Hackradt desceu até o acampamento na margem do ribeirão da Velha, para negociar contratos de compra de terras, enquanto o Dr. Blumenau subiu até o rio dos Cedros. De volta no acampamento, assinaram um contrato definitivo e vários provisórios.³⁵

“Fizemos ótima aquisição. Possuímos dois lotes adjacentes com uma área de aproximadamente 5.400 morgos (1350 hectares) na margem sul do rio Itajaí, começando um pouco acima do Salto e acompanhando o rio na sua descida por uma hora. Estas terras foram compradas de primeira mão... O preço total, incluindo a medição e emolumentos, foi de 1.800 mil-réis ou pouco mais”.³⁶ Tratava-se das acima mencionadas terras de Agostinho Alves Ramos.

Havia terras devolutas adjacentes, as quais solicitaram ao Presidente da Província fossem doadas a eles. Seguiu um demorado processo de doação.³⁷ Deu certo, conforme mostra o despacho do Presidente Antero José Ferreira de Brito, dirigido em 28 de abril de 1848 a Agostinho Alves Ramos: *“Aprovo o traspasse feito por Vosmecê ao alemão Fernando Hackerdt e Dr. Hermann Blumenau, da concessão de terras que lhe foram feitas no Itajaí Grande. Conforme as suas informações de 29 de fevereiro à Câmara Municipal (de Porto Belo) e por ser de vantagem à Província, tenho alargado as concessões dos ditos alemães em terras para os fundos das que compraram, abrangendo todo o lado esquerdo do ribeirão do Garcia. Nos fundos das terras que Vosmecê fez traspasse existe uma data de 200 braças de frente e 1000 de fundo, concedidas a um seu sobrinho, que ainda não mediu nem cultivou; eu a tenho mandado compreender na concessão feita aos ditos alemães”*.³⁸

Resumiu o Dr. Blumenau, em 21 de abril: *“Do Presidente da Província recebemos por doação definitiva, uma área situada nos fundos das terras mencionadas,*

condicionada à medição, registro e ocupação... A área das terras doadas é de, aproximadamente, 15.100 morgos (3775 hectares)".³⁹

Em 28 de agosto de 1848 foi assinado o título definitivo de concessão destas terras pelo Presidente da Província: *“Ficam concedidas, sem prejuízo de terceiro, ao Doutor Hermann de Blumenau e Fernando Hackradt, fabricantes e lavradores alemães, uma data de terras no Rio Grande de Itajaí, no termo da Vila de Porto Belo desta Província, para ali formarem um estabelecimento rural e industrial, com o número de braças e confrontações abaixo mencionadas: Pela parte do Norte, por onde se divide com terrenos que ali possuem por compra os concessionários, e com os de Agostinho Alves Ramos, tem 2.395 braças (5.269 metros); pela parte do Sul divide-se com terrenos devolutos, e tem igual número de braças, isto é 2.395 braças (5.269 metros); pela parte de Leste, a contestar com terras de José Henrique Flores, tem 3.600 braças (7.920 metros); e pela parte de Oeste, estremando com terras do Comendador Marcos Antonio da Silva Mafra, tem 3.000 braças (6.600 metros). E compreende, dentro das mesmas terras, o ribeirão denominado – do Garcia”*.⁴⁰

É interessante notar quais foram os proprietários de terras na região da futura Blumenau. Além da já mencionada figura de proa, Agostinho Alves Ramos, eram igualmente homens importantes. José Henrique Flores se estabeleceu na região em 1835 com muito dinheiro e escravos, tornando-se cedo político de destaque. Possuía quase todos os terrenos desde o Ribeirão Gaspar até as proximidades da Vila de Itajaí.⁴¹ Marcos Antonio da Silva Mafra era proprietário agrícola e comerciante, atuando como Vereador à Câmara Municipal do Desterro (1829) e seu Presidente (1833), Membro do Conselho Geral da Província e do Conselho da Presidência da Província, assim como Deputado Provincial (1838-1847). Reformou-se como Major de Milícias.⁴²

A segunda parcela de terras que o Dr. Blumenau e Hackradt compraram ficava na margem norte do Itajaí, um pouco acima do Salto. Tratava-se da quinta parte de uma gleba concedida a uma companhia de cinco pessoas, perfazendo 12.000 morgos (3.750 hectares).

*“Pagamos pela quinta parte 150 mil-réis e pretendemos comprar também as 4 partes restantes. Mas os quatro sócios se negaram a vendê-las e nos propuseram comprar a nossa parte. Nós não concordamos e a negociação está parada. Temos a quinta parte e espero manobrar o restante para nossas mãos.”*⁴³

Terras que fazem margem com o Ribeirão Garcia. Acervo - AHJFS

Estabeleceram a sede do futuro estabelecimento na margem do Ribeirão da Velha, próximo ao Itajaí -Açu, numa grande área plana, delimitada em três lados por águas, que seriam usadas para pastagem e cultivo de cana-de-açúcar. Escolheram um lugar apropriado para um engenho de serra, que proporcionaria os meios para ampliar o empreendimento, e outro para um engenho de açúcar, que mais tarde seria construído no outro lado do ribeirão defronte à serraria. Começaram com as derrubadas.⁴⁴

“Depois de muitas ponderações, chegamos à conclusão de que, em vista dos salários altos e a incerteza em conseguirmos mão-de-obra, não podíamos continuar sem o trabalho de alguns negros. Em virtude disto, Hackradt viajou imediatamente para o Rio de Janeiro, a fim de receber o dinheiro (remessa do pai do Dr. Blumenau no valor de 2 mil táleres = 2837 mil-réis⁴⁵) e trazer alguns negros. Ele trouxe cinco, entre eles uma negra que cozinha, costura, lava roupa e passa ferro. Os negros, inclusive despesas da viagem, custaram-nos 2.700 mil-réis. A compra não foi má. Nós não estávamos muito entusiasmados, mas não tivemos outra alternativa. Temos os negros e espe-

*ramos que tudo vá bem. Todos são novos, exceto um que tem 38 a 40 anos. São fortes e estão com boa saúde. Aqui cada negro custa normalmente 600 a 700 mil-réis... Hackeradt escreveu-me que não está satisfeito com os diaristas que pedem 154 mil-réis e trabalham pouco. Vai melhorar, pois com os negros economizamos cada dia 4 mil-réis, e sob os olhos do patrão o trabalho rende mais".*⁴⁶

Quem escreveu estas observações em 21 de abril de 1848, como empresário no Vale do Itajaí, foi o mesmo Dr. Blumenau que, como agente da Companhia Protetora de Emigrantes Alemães em Hamburgo, pouco antes, em 16 de março de 1848, havia apresentado aos Deputados da Assembléia Legislativa Provincial, em Desterro, um projeto de colonização. Nele também teceu observações sobre o trabalho escravo, se bem que de um ponto de vista radicalmente contrário:

*"Artigos Fundamentais para o Estabelecimento de Colônias de Alemães na Província de Santa Catarina – Artigo 12º: Fica desde já e para sempre proibida a entrada de escravos nas terras concedidas pelo governo a companhia e seus colonos, para se empregarem em serviço de qualquer natureza nessas terras ou em serviço doméstico, proibição esta que se estende às aquisições de terras devolutas nacionais, que de futuro houverem de fazer a companhia ou os colonos, e que fica também autorizada a companhia, de impor, conformando-se às circunstâncias especiais, nas terras particulares que comprar ou adquirir por qualquer outro título. Nunca poderão entrar escravos no serviço da companhia, nem das pessoas estabelecidas nas terras concedidas pelo governo à companhia e seus colonos, e nenhum proprietário de qualquer parcela destes terrenos poderá ficar ao mesmo tempo dono de escravos."*⁴⁷

É óbvio que a consciência do Dr. Blumenau era bastante maleável de acordo com os seus respectivos interesses econômicos! Mais tarde voltaremos ao assunto, seguindo por enquanto a sua carta:

"O próximo trabalho importante será a construção do nosso engenho de serra. Contratamos a construção com dois norte-americanos competentes. O engenho terá um quadro com duas serras, uma de cada lado da roda d'água, construído conforme o costume da terra... Todo o conjunto, galpão do engenho, casa para moradia e mato derrubado vai nos custar 3.000 a 4.000 mil-réis... Nossos recursos financeiros são suficientes, se bem que escassos, mas com os negros economizamos muito em salários.

*Em breve o engenho começará a produzir. Então poderemos dispensar um bom número de diaristas que atualmente estão ocupados em cortar madeira, serrar tábuas à mão, etc.”*⁴⁸

*“Pretendemos operar a serraria com um ou dois negros. Se não der certo, teremos que empregar dois brancos, pagando a eles diariamente uma dúzia de tábuas. Sobrarão para nós, diariamente, 12 mil-réis. Em 300 dias serão 3.600 mil-réis, ou no outro caso, 4.800 mil-réis... Se quisermos trabalhar exclusivamente com negros, necessitaremos seis a oito. Se calcularmos sete negros, estes irão custar 4.000 mil-réis... Neste caso o lucro líquido diário será de 32 mil-réis no mínimo ou 7.600 mil-réis por ano. Os negros também poderão ajudar no trabalho do campo”.*⁴⁹

*“Somente mais tarde poderemos pensar na fabricação de açúcar e cachaça, porque o equipamento é muito caro e requer muita mão de obra. Nos primeiros dois anos não poderemos pensar nisto”.*⁵⁰

Finalmente, os dois sócios fecharam um contrato, criando a firma “Blumenau e Hackradt”. 60% dos lucros ficariam com o Dr. Blumenau e 40% com Hackradt.⁵¹ *“Negociei boas condições para mim, não podia conseguir ou pleitear mais, pois neste caso ele provavelmente teria me deixado na mão. Preciso dele ou de outro agricultor devido aos outros negócios que tive e continuo tendo (projeto de colonização por parte da Companhia Protetora de Emigrados Alemães em Hamburgo, na Assembléia Legislativa Provincial, entre março e maio de 1848⁵²), e não pude perder a época apropriada para começar os trabalhos. Hackradt também tinha recebido outras propostas vantajosas no Rio de Janeiro”.*⁵³

Até julho de 1848, o Dr. Blumenau havia investido 7000 mil-réis na empresa, incluindo 900 táleres (1277 mil-réis) dos 2 mil táleres (2837 mil-réis) remetidos pelo pai no início do ano. Segundo Blumenau, o investimento do seu sócio Hackradt só era de 1500 mil-réis. Refletindo sobre o que fazer com o restante da remessa do seu pai, viu as seguintes opções: *“Ou deixo agora o dinheiro aqui (no Rio) a 6% de juros ou escreverei a Hackradt se ele quer assumir por nós e que venha para cá e com aquele dinheiro que ele ainda tem lá (no Itajaí) poderá comprar aqui (no Rio) mais 6 ou 7 negros. Então teremos 11-12 e com eles vai mais rápido e contínuo.”*⁵⁴

7. Colonização do Dr. Blumenau ao lado do estabelecimento conjunto: 1848-50

Entrementes, em 25 de março de 1848, havia sido liquidada em Hamburgo a Sociedade Provisória de Colonização. Diante das negociações de 1847, fracassadas com o Governo Imperial no Rio ⁵⁵ e com o Príncipe de Joinville em Paris ⁵⁶, e diante da incerteza política e econômica causada por levantes revolucionários na Alemanha, havia sido tomada tal decisão, sem sequer esperar pelo resultado da acima mencionada última tentativa do agente Dr. Blumenau de conseguir um projeto pela Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina, tentativa esta, aliás, igualmente fracassada em 2 de maio de 1848. ⁵⁷

“Aqui também estou profundamente humilhado no túmulo das minhas esperanças e dos grandes planos de uma colonização em grande escala pela Sociedade Hamburguesa”. ⁵⁸ Terminado o serviço remunerado dos hamburgueses, perdera uma das duas amarras às quais até então se havia segurado. Seria ele, doravante, capaz de realizar a alternativa decidida em setembro do ano anterior ⁵⁹: dedicar-se à colonização privada ao lado do empreendimento agro-industrial fundado de comum acordo com Hackradt?

Frustrado o projeto do Dr. Blumenau como agente da Sociedade Hamburguesa, a Assembléia Legislativa Provincial ao mesmo tempo favoreceu o projeto do Dr. Blumenau colonizador por conta própria, conforme mostra o ofício final dirigido ao Presidente da Província, em 2 de maio de 1848:

“A Assembléia Legislativa Provincial rejeitou o projeto de Lei sobre a colonização proposta pelo Doutor Hermann Blumenau como representante da companhia auxiliadora de emigrados alemães, estabelecida na cidade de Hamburgo... E julgando a mesma Assembléia que Vossa Excelência, pelas disposições dos Decretos Provinciais número 49 de 15 de janeiro de 1836 e número 79 de 2 de maio de 1839, está autorizado a entrar em contato com qualquer particular, ou companhia, que empreenda a colonização na Província, espera que Vossa Excelência o fará com o sobredito Blumenau, instruindo-a na sua futura reunião de quaisquer modificações ou alterações, que seja preciso fazer nos indicados Decretos, para que o contrato se conclua...” ⁶⁰

Logo em seguida, Antero José Ferreira de Brito entrou em contato com o Dr. Blumenau, oferecendo uma concessão de terra, porém... “Não

*convindo o oferecimento que fiz a Vossa Senhoria da concessão de um distrito de colônia de quatro léguas quadradas na forma da Lei Provincial nº 49 para ensaio, e mesmo para já se formar um núcleo para a futura emigração em grande escala, sinto que Vossa Senhoria se não tivesse aproveitado da minha boa disposição em respeito aos seus trabalhos e fadigas.”*⁶¹

Parece estranho que o Dr. Blumenau não se tivesse entusiasmado pela chance de receber do Presidente da Província a tão desejada concessão de terra para colonizar. Todavia, em comparação ao projeto anterior junto com a Companhia Hamburguesa, que visava a concessão de duas datas de terra, cada uma de cinco a seis léguas quadradas⁶², a nova oferta ficava aquém das suas expectativas:

*“O Presidente da Província... continua tendo boa vontade comigo e pretende dar-me quatro léguas quadradas para a colonização. Com esta área não se pode fazer grande coisa e estou indeciso quanto à aceitação da proposta, caso ele não me ceda ou garanta mais terra.”*⁶³

Pelo que se vê, o Dr. Blumenau conseguiu convencer. Já em junho de 1848, lhe foi conferido pelo Presidente a licença para poder medir e demarcar dois distritos de colônia na banda sul do rio Itajaí Grande para arranjar neles colonos e tirar o título definitivo, depois da medição e demarcação.⁶⁴

*“Com o Presidente da Província de Santa Catarina negocieei sozinho, recebi oito léguas quadradas de terras destinadas à colonização. Destas, quatro léguas estão destinadas para os colonos e quatro são de minha propriedade tão logo distribua alguma terra aos imigrantes. Elas estão atrás das minhas e de Hackeradt. Além disso fechei um contrato que me coloca à disposição três léguas quadradas de terra particular para colonos.”*⁶⁵

No entanto, existia o problema de como colonizar estas vastas extensões de terras por conta própria, pois a autorização do Presidente de contratar com o Dr. Blumenau excluía terminantemente qualquer ajuda financeira por parte da Província de Santa Catarina.⁶⁶

Diante deste impasse, o Dr. Blumenau mais uma vez tentou recorrer ao Governo Imperial no Rio, em requerimento de 26 de julho de 1848:⁶⁷

“Não obstante, porém, de o abaixo assinado haver se estabelecido na Província de Santa Catarina em companhia de um agricultor alemão, prática e cientificamente instruído, comprando terras particulares e pedindo outras do Governo Provincial (em virtude das leis Provinciais existentes) para este estabelecimento agrícola e industrial, principiou com o engenho de serras e pretende aliar mais a fabricação e refinação de açúcar, de óleos vegetais durosos, aguardente, espírito de vinho e vinagre, empregando aparelhos aperfeiçoados e apoiando-se nos últimos progressos das ciências e indústrias relativas, e de anelar com a maior estância o estabelecimento de colonos tanto na vizinhança do seu estabelecimento como em outras partes da Província e do Império, e apesar de ser investido do Governo da Província em virtude da Lei Provincial nº 49 do ano de 1836 com um distrito de colônia para o fim de povoá-lo de colonos alemães, e de estar cheio das melhores intenções e do maior zelo para obras em favor deste fim e da colonização alemã no Brasil em geral, contudo não pode se ocultar e deve pronunciar francamente, que nas circunstâncias atuais a colonização bem arranjada e executada como unicamente acharia apoio na Alemanha, lhe parece uma impossibilidade sem o socorro eficaz do augusto Governo do Brasil”.

Pareciam-lhe indispensáveis as seguintes contribuições: Concessão de um empréstimo, sem juros de no mínimo 50 contos de réis, para compra de terras; isenção do pagamento da siza (imposto de 10% do valor das terras compradas e vendidas); isenção dos direitos de ancoragem para os navios trazendo mais de 50 colonos; isenção dos direitos de importações dos objetos domésticos e profissionais dos colonos; isenção dos custos pelo visto dos passaportes e mais documentos; permissão de poder desembarcar os colonos no ancoradouro mais próximo da colônia; aprovação e formação de um regulamento especial para o regime interno das diversas colônias.

Foi tudo em vão... *“Com o Governo nada havia a fazer porque o Ministério não tinha nem oito semanas e todos se sentiam muito inseguros, e principalmente em parte porque eu não podia e não queria utilizar o dinheiro para propina, sem a qual aqui nada se consegue.”*⁶⁸

O Dr. Blumenau dependia antes de tudo do dinheiro da família dele para poder realizar os seus planos, conforme mostra a carta escrita ao cunhado Götter, em 5 de agosto de 1848:

*“Uma situação pendente é ainda meu problema de dinheiro. Para mandar medir minhas 8 léguas quadradas e preparar a colonização ali, ainda preciso de dinheiro, quanto mais, melhor, independente da grande colonização que não poderei iniciar sem ter muito dinheiro... Agora me dirigirei primeiro ao meu pai e irei pressioná-lo para que ele assuma o que devo a Julius (irmão) e me ceda finalmente o que presumivelmente receberei dos bens e colocarei a juros nas mesmas taxas de Julius, e apresentarei ao meu pai que é injusto tirar de um filho para dar a outro, como por exemplo baixas taxas de juros para Julius e altas para vocês e para mim. Eu gostaria de pagar 4% para o pai... Se puder receber mais, além do que oxalá o pai me dará, então aceitarei com taxas de juros mais altas...”*⁶⁹

Quanto à medição e demarcação dos terrenos conferidos, assim como à introdução de colonos neles, o Dr. Blumenau não podia perder muito tempo, pois o Artigo 7 da Lei da Colonização da Província de Santa Catarina 1836 – nº 49 exigia claramente: *“Dentro do prazo de dois anos depois da concessão, será obrigado o Empreendedor a medir e demarcar o Distrito Colônia, pelas quatro faces; e dentro de quatro anos completará a distribuição das sortes de terras. As que no fim deste prazo estiverem por distribuir, serão consideradas devolutas.”*⁷⁰

A fim de incentivar a vinda de emigrantes para o sul do Brasil instalando-se, entre outras, nas terras concedidas, o Dr. Blumenau, em 8 de setembro de 1848, viajou do Rio para a Alemanha, voltando somente em 11 de junho de 1850.⁷¹

O resultado dos seus esforços foi pouco significativo. Não tendo o Presidente da Província conferido ao Dr. Blumenau um título definitivo sobre aqueles dois distritos, mas só a licença de poder medi-los e demarcá-los, não conseguia prometer aos colonos que pretendia engajar senão um título provisório sobre os lotes futuros, até que ele mesmo tivesse medido e demarcado as terras e recebido por si mesmo o título definitivo. Esta incerteza sobre a validade e segurança dos títulos causou desconfiança em vários possíveis colonos, assim que 250 prussianos, entre os quais muitos artesãos, que já se haviam comprometido, afinal desistiram.⁷²

Pelo menos algumas pessoas haviam atendido ao seu chamado, conforme comunicou a Sturz em 19 de março de 1850, na véspera de sua partida de Hamburgo: *“15 a 20 pessoas, entre elas algumas instruídas, 3 ou 4*

*famílias de trabalhadores e 4 a 5 pessoas instruídas, jovens homens com algum capital, vão me seguir daqui a três meses para o Itajaí. Isto já é um começo. Só estou com medo de que (as autoridades Catarinenses) me tirem, no fim, os meus terrenos (por não ter cumprido o Artigo 7 da Lei da Colonização). Se este for o caso, irei para a Califórnia ou ao Chile, porém espero que sejam sensatos...”*⁷³ E foram, conforme mostra o futuro desenvolvimento da Colônia!

Como estava previsto, o embarque se deu em junho no porto de Hamburgo, viajando os colonos a bordo do veleiro hamburguês “*Christian Matthias Schröder*”, da empresa do mesmo nome. Há 20 anos, esta casa comercial e companhia de navegação estava desempenhando papel importante nas relações comerciais entre o Brasil e Hamburgo. A partir de 1846, foi a primeira de Hamburgo a se empenhar regularmente em transportar emigrantes alemães para o sul do Brasil.⁷⁴

O navio aportou em Desterro depois de 72 dias de viagem, chegando os imigrantes às margens do ribeirão da Velha, em 2 de setembro de 1850, sendo lá recepcionados pelo Dr. Blumenau. Eram ao todo 17 pessoas, entre elas o sobrinho pelo lado materno, Reinhold Gärtner, que agiria como braço direito do seu tio.⁷⁵

8. Dissolução da empresa Blumenau e Hackradt: 1850

Durante a longa ausência do Dr. Blumenau, o estabelecimento agro-industrial conjunto com Hackradt havia passado por dificuldades muito sérias.

Em carta ao seu ex-mentor Sturz, escrita na Alemanha, o Dr. Blumenau fez referência a uma carta recebida do seu sócio Hackradt, no Itajaí:

*“Hackradt me escreve, com data de 26 de fevereiro (de 1849), que comprou mais um pouco de terras... Que há muita falta de trabalhadores e que ele, por isso, ainda não pôde cortar nada no engenho. Por isto ele comprou mais 5 negros no Rio. Um negro doente ele vendeu e este negro veio a falecer na casa de seu novo dono; um outro se encontra doente. Isto também é bastante sério!”*⁷⁶

Quando publicou essa carta do seu ex-amigo, 19 anos mais tarde, Sturz entrementes estava duramente censurando o escravismo do Dr. Blumenau. De qualquer jeito, pelas leis brasileiras na época não era ilegal e correspondia àquilo que os grandes donos de terra vizinhos na região do

Itajaí estavam praticando. O equívoco é que como dono de um empreendimento agro-industrial fazia uma coisa e como propagandista da colonização alemã professava outra. Vejamos o que escreveu na sua obra “Sul do Brasil em suas Relações à Emigração e Colonização Alemã”, prefaciada em 19 de março de 1850: *“Lamentavelmente no Brasil existe a escravidão, esta indigna instituição da humanidade... Para qualquer país a escravidão não é apenas uma mácula, mas também fonte de desgraça e desmoralização”*.⁷⁷

Em extensa carta dirigida a um amigo de Hamburgo, em 11 de janeiro de 1854, o Dr. Blumenau narrou do seu ponto de vista os eventos desde a sua travessia da Alemanha para o Brasil, a partir de março de 1850, até a situação da sua colônia, no início de 1854.⁷⁸ Quase quatro anos depois de ter voltado ao Rio, em junho de 1850, e recebido as funestas comunicações do seu sócio Hackradt sobre as dificuldades do estabelecimento, não havia esquecido a decepção pela qual passara naquela época:

*“A terceira carta era do meu sócio o qual pedia que eu levasse dinheiro, e já, porque havia o perigo de perder tudo quanto se fizera. Além disso, desistia, irrevogavelmente, do contrato que fizera comigo e pretendia mudar-se do Vale do Itajaí. O engenho de serra que ele construiu e eu paguei, estava mal feito e ameaçando ruir a cada momento; as tábuas não tinham preço e ele não tinha mais dinheiro. De nove negros que ele comprou com o meu capital, existiam apenas dois; os outros, ou fugiram, ou foram seduzidos pelos patrícios e vizinhos. Em 1848, eu entregara ao meu sócio 4000 táleres e deixei à disposição dele, no Rio, quando parti para a Alemanha, mais 1500 e, daqui do Rio lhe mandei outro tanto. Ele escreve agora que não fez muita coisa porque os negros fugiram há muito tempo, de forma que as roças eram poucas e ele, assim, quase nada tinha preparado para receber os colonos.”*⁷⁹

“Afinal, depois de uma ausência de quase dois anos, cheguei ao Itajaí. Novas e desagradáveis surpresas me esperavam. No local onde eu havia empregado o melhor de 6000 táleres, encontrei apenas algumas choupanas mal feitas que não valiam 300 táleres; um negro paralítico e uma preta velha; um engenho de serra que com a menor enchente já não trabalhava mais. Nada de plantação a não ser um pasto miserável no qual estavam fechados uns oito ou dez bois carreiros. Não havia nada preparado para receber e abrigar os colonos que já estavam em viagem. Meu sócio estava firmemente resolvido a retirar-se. Como um verdadeiro irmão eu aceitei a minha parte nos prejuí-

zos, sem reclamação, continuando a estimá-lo e a considerá-lo, atribuindo ao imprevisto, à fatalidade, os danos sofridos. Mais tarde verifiquei que a maioria deles aconteceu pela sua negligência muito culpável. Com o meu dinheiro ele havia feito hábeis negócios para si, comprando, em seu nome, terras que eu me vi forçado a recomprar dele por cerca de 1100 táleres.”⁸⁰

“Entretanto, chegaram os primeiros imigrantes, dos quais só alguns consegui hospedar; os outros, entre eles meu sobrinho e alguns rapazes bem instruídos, acharam abrigo fora do meu rancho. O meu sócio despediu-se agora (15 de outubro de 1850). Levou o seu capital com os juros e 800 mil-réis de gratificação.”⁸¹

Dr. Karl Fouquet, o mais completo, pela profundidade e cientificidade, dos biógrafos do Dr. Blumenau, quando escreveu a primeira edição da biografia⁸², ainda teve acesso a uma fonte lamentavelmente perdida no incêndio da Prefeitura de Blumenau em 1958.⁸³ Se tratava de um manuscrito de 21 páginas de Theodor Lüders, parte inicial de uma biografia do Dr. Blumenau, abrangendo os anos de 1819-1850. O ex-arquivista da Prefeitura, falecido em 1938, utilizou-se de muitos documentos que se extraviaram depois de sua morte.⁸⁴ Do manuscrito constavam, entre outros, excertos da escrituração de Hackradt.⁸⁵

Baseado nestes excertos, Fouquet chegou à conclusão que Hackradt havia lutado com enormes e incalculáveis dificuldades, e, sendo mais comerciante do que colonizador, teria notado logo que a empresa não oferecia nenhuma perspectiva de êxito econômico, tratando, portanto, da rescisão do contrato.⁸⁶

Resumindo, Fouquet passou algumas valiosas informações adicionais:

“A empresa Blumenau e Hackradt foi dissolvida em 15 de outubro de 1850, e em dezembro, o Dr. Blumenau pagou ao seu ex-sócio o capital inicial de 2000 táleres e 800 táleres a título de compensação pela direção dos trabalhos preliminares. Segundo outras fontes, ter-se-ia tratado de 2 contos de réis e mais 800 mil-réis, fora os juros sobre o capital. Tornou-se assim único proprietário das terras e das instalações e assumiu o passivo da firma extinta.”⁸⁷

NOTAS DE FIM

¹ VOIGT, André Fabiano (Org.). Cartas Reveladas. A troca de correspondência entre Hermann Blumenau e Johan Jacob Sturz. Blumenau: Cultura em Movimento, 2004, p. 25(português), p. 73(alemão).

² Ibidem, p. 16-19.

³ Ibidem, p. 34.

Carta aos pais e parentes. In: Blumenau em Cadernos, Tomo XXXIX, nº 6, junho 1998, p. 21-22.

⁴ Niedersächsisches Staatsarchiv Wolfenbüttel, 192 N, XVII.1) = CD no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva em Blumenau (AHJFS). Vide PETRY, Sueli M. V. Fontes para a História Regional. In: Blumenau em Cadernos, Tomo XLVI, nº 9/10, setembro/outubro 2005, p. 84.

⁵ Niedersächsisches Staatsarchiv Wolfenbüttel, 192 N, XIII.1) 142 = CD e cópia com transcrição no AHJFS, P 02.1/18.

⁶ ENTRES, Gottfried (Org.). Gedenkbuch zur Jahrhundert-Feier deutscher Einwanderung in Santa Catharina. Florianópolis: Livraria Central, 1929, p. 157.

⁷ VOIGT, cit. nota de fim 1, p. 35-36 (português), p. 78-79 (alemão).

RICHTER, Klaus. Primórdios da Colonização Sistemática Alemã em Santa Catarina – 1846-1848. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 3ª. fase, nº 23, 2004, p. 15-16.

⁸ RICHTER, p. 16-18.

⁹ Commerzbibliothek Hamburg, 73 rot, 37: 14 a (Relatório 27-07-1846/ 02-08-1846) p. 19-29; 14 b (Relatório 20-09-1846) p. 15; 14 d (Relatório 11-01-1847) p. 11-13. = Cópias BLUMENAU 1, 2, 4 no AHJFS. Vide PETRY, cit. nota de fim 4, p. 83.

¹⁰ Niedersächsisches Staatsarchiv Wolfenbüttel, 192 N, XVII. 1) = CD no AHJFS.

¹¹ Ibidem, 17-12-1846, 09-03-1847, 30-03-1847, 25-09-1847.

¹² Ibidem, 22-03-1847, 30-03-1847.

¹³ Commerzbibliothek Hamburg, 73 rot, 37, 6 = Cópia BLUMENAU 5 no AHJFS.

¹⁴ Niedersächsisches Staatsarchiv Wolfenbüttel, 192 N, XVII. 1) = CD no AHJFS.

¹⁵ Commerzbibliothek Hamburg, 74, 3 rot Nr.41 (Extrato de carta de SC, 19-04-1847) = Cópia BLUMENAU 6 no AHJFS.

FOUQUET, Dr. Karl. Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau – Vida e Obra. In: Blumenau em Cadernos, Tomo XL, nº 10, outubro 1999, p. 29-31.

¹⁶ Commerzbibliothek Hamburg, 73 rot, 37, 14f (Relatório 28-09-1847) p. 68-69= Cópia

BLUMENAU 8 no AHJFS.

¹⁷ Commerzbibliothek Hamburg, 73 rot, 37, 14 g (Relatório 23-11-1847) p. 2 = Cópia BLUMENAU 12 no AHJFS.

¹⁸ Niedersächsisches Staatsarchiv Wolfenbüttel, 192 N, XVII.1) = CD no AHJFS.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Commerzbibliothek Hamburg, 74, 1 rot, 34, p. 5 = Cópia BLUMENAU 10 no AHJFS.

²¹ Niedersächsisches Staatsarchiv Wolfenbüttel, 192 N, XVII. 1) = CD no AHJFS.

²² Ibidem, 16/ 21-09-1847, 28-09-1847.

²³ Ibidem, 19-10-1847.

²⁴ SILVA, José Ferreira da. História de Blumenau. Florianópolis 1972, p. 18-20.

PIAZZA, Walter F. (Org.). Dicionário Político Catarinense. 2ª. edição revista e ampliada. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994, p.636.

RENAUX, Maria Luiza. Vida de Pedro Wagner. Uma Faceta do Império no Vale do Itajaí. Blumenau: Editora da FURB, 2000, p.21-23, p. 94-96, p.117-118.

²⁵ Dr. Hermann Blumenau. Um Alemão nos Trópicos. Dr. Blumenau e a Política Colonizadora no Sul do Brasil. Edição Bilíngüe. Blumenau: Cultura em Movimento/ Instituto Blumenau 150 anos, 1999, p. 271.

SILVA, cit. nota de fim 24, p. 44-45.

²⁶ Dr. Hermann Blumenau, cit. nota de fim 25, p. 271, 273.

²⁷ Niedersächsisches Staatsarchiv Wolfenbüttel, 192 N, XVII.1), 21-10-1847 = CD no AHJFS.

²⁸ PIAZZA, cit. nota de fim 24, p. 644.

²⁹ Niedersächsisches Staatsarchiv Wolfenbüttel, 192 N, XVII.1), 22-10-1847 = CD no AHJFS.

³⁰ Ibidem, 15-11-1847.

³¹ Carta aos pais e parentes, Desterro 21-04-1848. Texto alemão in: FOUQUET, Karl. Dr. Hermann Blumenau. Ein Bild seines Lebens. Anhang: Briefe 1846-50. São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1979, p. 123.

Tradução in: Blumenau em Cadernos, Tomo XXXIX, nº 3, março 1998, p. 13 (se trata de 4000 táleres).

³² Niedersächsisches Staatsarchiv Wolfenbüttel, 192 N, XVII.1) = CD no AHJFS.

³³ Ibidem, 25-12-1847.

³⁴ VOIGT, André Fabiano. A Migração de Alemães para o Vale do Itajaí (1838-1850): Processo

Informal de Ocupação de Terras. In: Blumenau em Cadernos, Tomo XXXVIII, nº 4, abril 1997, p. 25.

KONDER, Marcos. Lauro Müller. Ensaio Biobibliográfico. Florianópolis: Imprensa Oficial, 2ª. ed. 1957, p. 12-13.

³⁵ Carta aos pais e parentes, cit. nota de fim 31, p. 123-126 (alemão)/ p.13-17 (português).

³⁶ Ibidem, p. 128/ p. 19.

³⁷ Ibidem, p. 130/ p. 20-21.

³⁸ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Registro do Presidente da Província para Diversos 1848/1851, 28-04-1848.

³⁹ Carta aos pais e parentes, cit. nota de fim 31, p.128-129 (alemão) / p.19 (português).

⁴⁰ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Livro de Títulos Definitivos de Terras nº 763, fls. 85-85v.

⁴¹ SILVA, cit. nota de fim 24, p. 20.

RENAUX, cit. nota de fim 24, p. 25, p. 97.

⁴² PIAZZA, cit. nota de fim 24, p. 428.

⁴³ Carta aos pais e parentes, cit. nota de fim 31, p. 129 (alemão)/ p.20 (português).

⁴⁴ Ibidem, p. 129/ p. 19-20.

⁴⁵ Carta ao cunhado Götter, Rio 05-08-1848. Texto alemão in: FOUQUET, cit. nota de fim 31, p. 135.

Tradução in: Blumenau em Cadernos, Tomo XXXIX, nº 8, agosto 1998, p. 19.

⁴⁶ Carta aos pais e parentes, cit. nota de fim 31, p. 130 (alemão)/ p. 21 (português).

⁴⁷ Dr. Blumenau e sua proposta de colonização. In: Blumenau em Cadernos, Tomo XLI, nº 7, julho 2000, p. 27-28.

⁴⁸ Carta aos pais e parentes, cit. nota de fim 31, p. 131 (alemão)/ p. 21-22 (português).

⁴⁹ Ibidem, p. 131-132/ p. 22-23.

⁵⁰ Ibidem, p. 132/ p. 23.

⁵¹ Carta ao cunhado Götter, cit. nota de fim 45, p. 136 (alemão)/ p. 20 (português).

⁵² RICHTER, cit. nota de fim 7, p. 36-41.

⁵³ Carta aos pais e parentes, cit. nota de fim 31, p. 132-133 (alemão)/ p. 23-24 (português).

⁵⁴ Carta ao cunhado Götter, cit. nota de fim 45, p. 136 (alemão)/ p. 20 (português).

- ⁵⁵ RICHTER, cit. nota de fim 7, p. 22-26.
- ⁵⁶ Ibidem, p. 26-32.
- ⁵⁷ Ibidem, p. 41-47.
- ⁵⁸ Carta aos pais e parentes, cit. nota de fim 31, continuação de 11-05-1848, p. 133 (alemão)/ p. 24 (português).
- ⁵⁹ Cf. notas de fim 19 e 20.
- ⁶⁰ Impresso por deliberação da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina, em sessão de 2 de maio de 1848. In: JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. Um alemão brasileiroíssimo o Dr. Blumenau. Florianópolis, 1966, p. 105-106.
- ⁶¹ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Registro do Presidente da Província para Diversos 1848/1851, 11-05-1848.
- ⁶² Dr. Blumenau e sua proposta de colonização, cit. nota de fim 47, p. 26 Artigo 1º.
- ⁶³ Carta aos pais e parentes, cit. nota de fim 31, continuação de 11-05-1848, p. 134 (alemão) / p. 25 (português).
- ⁶⁴ AHJFS, P 02.1/17.
- ⁶⁵ Carta aos pais e irmãos, Rio 03-09-1848. Texto alemão in: FOUQUET, cit. nota de fim 31, p. 139.
- Tradução in: Blumenau em Cadernos, Tomo XXXIX, nº9, setembro 1998, p. 13.
- ⁶⁶ AHJFS, P 02.1 / 17.
- ⁶⁷ Niedersächsisches Staatsarchiv Wolfenbüttel, 192 N, XIII.1) = CD e cópia com transcrição no AHJFS, P 02.1/18.
- ⁶⁸ Carta aos pais e irmãos, cit. nota de fim 65, p. 139 (alemão)/ p. 13 (português).
- ⁶⁹ Carta ao cunhado Götter, cit. nota de fim 45, p.137 (alemão)/ p. 21 (português).
- ⁷⁰ Dr. Hermann Blumenau, cit. nota de fim 25, p. 135.
- ⁷¹ FOUQUET, cit. nota de fim 15, p. 42-48.
- ⁷² AHJFS, P 02.1/17.
- ⁷³ VOIGT, cit. nota de fim 1, p.64 (português), p. 95 (alemão).
- ⁷⁴ RICHTER, cit. nota de fim 7, p. 27.
- ⁷⁵ SILVA, cit. nota de fim 24, p. 40-41.
- ⁷⁶ VOIGT, cit. nota de fim 1, p. 61 (português), p. 93 (alemão).

⁷⁷ Dr. Hermann Blumenau, cit. nota de fim 25, p. 57.

⁷⁸ SILVA, José Ferreira da. O Doutor Blumenau. Rio de Janeiro, 1933, p. 47-49, 52-55, 59-71, 73-83.

⁷⁹ Ibidem, p. 52-53.

⁸⁰ Ibidem, p. 54-55.

⁸¹ Ibidem, p. 59.

⁸² FOUQUET, Dr. Carlos. Vida e Obra do Doutor Blumenau – Ensaio Biográfico. In: Centenário de Blumenau – 2 de Setembro - 1950. Blumenau: Edição da Comissão dos Festejos, 1950, p. 52-115.

⁸³ Informação da Professora Sueli M. V. Petry, Diretora do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, a qual agradeço.

⁸⁴ FOUQUET, cit. nota de fim 15, p. 99 nota de fim 2).

⁸⁵ Ibidem, p. 100 nota de fim 27) .

⁸⁶ Ibidem, p. 49-50.

⁸⁷ Ibidem, p. 50.

Conflitos interétnicos, patriotismo quebra-vidraças e a Livraria Central de Alberto

Felipe Matos²

Artigos

(Florianópolis
durante as duas
Grandes Guerras
Mundiais). ¹

“Desterro é o poema de pedra da tranqüilidade...”

(Othon D’Eça. Desterro, Alma do Mar e da Saudade.)

Se os historiadores, como afirma Sandra Pesavento³, enxergam diferente, pois vêem o mundo com os olhos no passado, quem caminha por Florianópolis não necessita de lentes de aumento para perceber os indícios de uma antiga cidade que se faz presente, não invisível, nem esquecida, mas soterrada por si mesma, como a cidade de Olinda, de Ítalo Calvino: “uma nova cidade que abre espaço em meia à primeira cidade e impele-a para fora”.⁴ Quem anda pela Praça XV de Novembro logo se depara com um vistoso monumento erguido em homenagem aos mortos na Guerra do Paraguai. Logo mais abaixo, a estátua do coronel Fernando Machado, de espada à mão e boné um pouco aos olhos, fitando tranqüilo a Barra Sul. Vítor Meireles e Jerônimo Coelho também possuem suas hermas, assim como Cruz e Souza e tantos outros. Marcos, hermas, placas, em toda a cidade topamos com esses sinais de evocação ao passado.

Ainda hoje experimentamos Desterro em Florianópolis: em expressões religiosas como a Festa do Divino ou a Procissão do Senhor dos Passos; no traçado urbano de ruas estreitas como a Tiradentes, Conselheiro Mafra, nos casarios coloniais que sobreviveram ao tempo e aos homens. Experimentamos Desterro nas redes de sociabilidades daqueles que sobreviveram ao fuzilamento em Anhatomirim e mantiveram-se de alguma forma próximos ao poder institucionalizado.

Se Desterro era “a alma do mar e da saudade”, Florianópolis há muito possui a fama de ser uma cidade sem grandes alterações da ordem estabelecida, uma ilha provinciana, isolada culturalmente dos principais fatos de seu tempo, um poema de pedra da tranqüilidade. Mesmo após ter sido inserida na *Belle Époque* dos anseios da burguesia emergente, nas primeiras décadas do século passado, a cidade continuava a ser descrita como “pacata”, “tranqüila”, “monótona”. De fato, por muitas vezes assim o era.

Contudo, o grupo social hegemônico exerceu transformações profundas nas antigas sociabilidades ao consagrar o triunfo de seus ideais: o afastamento da população “rude” incrustada no âmago da cidade, o alargamento de ruas, a construção de avenidas, a desodorização e a contenção da insalubridade. A mudança no traçado urbano, a derrubada de casarões coloniais, a normatização dos corpos e das condutas, a condenação de hábitos e de costumes⁵, a inauguração de instituições públicas como asilos, abrigos, sanatórios, presídios, escolas, faculdades, institutos politécnicos, bibliotecas, um Instituto Histórico e Geográfico, uma Academia de Letras!

Esta revolução barulhenta, pouco discreta, assume-se como uma cruzada de regeneração social e redenção da situação colonial. E, como se sabe, quanto mais uma sociedade aburguesa seus hábitos, mais ela estreita seus laços à outra revolução, silenciosa e despercebida, que é a imersão na cultura impressa. É a revista que circula, são os homens e as mulheres que a compram, ávidos para se verem em um dos numerosos clichês impressos em suas páginas, surpreendidos pelo fotógrafo ao fim da missa. É o engraxate, ou o peixeiro, que dão novas utilidades ao jornal de ontem. São as normalistas a cruzarem a Praça XV de Novembro, carregando seus livros.

Novos atores sociais adquirem sua distinção, como o professor, o jornalista, os letrados e os não letrados, o poeta da academia e as “minorias intelectuais”, o leitor da biblioteca pública, seu bibliotecário, o freqüentador

de livrarias, o livreiro... Na historiografia, esses sujeitos são personagens periféricos, escritos a lápis nas margens do palimpsesto da cidade. Tal como as marginálias que são, só sobrevivem na história das práticas de leitura, na história editorial, numa história que pretende ler as relações entre a cidade e seus leitores, através de suas livrarias, livreiros e livros.

Ao historicizarmos a leitura, tipógrafos, livreiros e leitores assumem um papel de destaque como difusores da cultura impressa circulante, tornam-se “ingrediente dos acontecimentos”, fazem parte de uma “ampla gama de atividades humanas” envolvidas nos processos de produção, edição, e, principalmente, circulação do livro, pelo fato de que o trabalho e os prazeres de suas vidas nos fornecem indícios para decompor os modos em que certas idéias penetraram, foram apropriadas e incidiram sobre os rumos da sociedade. Neste caso, destaca-se o estudo dos mediadores entre o livro e o leitor, os possuidores dos canais de comercialização: os livreiros.

Se o século XIX foi o período de imersão da cidade na cultura escrita - época em que aos poucos habituava-se aos letreiros, rótulos, bulas, receitas e estampas, documentos, cadernos, diários, jornais, folhetins... - nas primeiras décadas do século XX houve a consolidação da relação da cidade com a comunicação impressa. Um dos indícios desta consolidação é o fato de que, em Desterro, os livros disputavam espaço nas estantes do comércio com salames, biscoitinhos, sardinhas em conserva, charutos. Eram vendidos tanto nas próprias tipografias quanto em bilhares, hotéis e loja de ferragens.

Já na Florianópolis do início do século, os leitores se habituaram com casas especializadas em todo o material concernente à leitura e ao próprio ato físico da escrita. No mesmo estabelecimento comprava-se o papel em branco, a caneta ou lápis, as tintas e a borracha. Comprava-se também a escrivaninha e a cadeira, onde o autor sentaria para escrever o livro que seria impresso e vendido, tudo no mesmo local. Nesta era de livreiros-editores, duas casas do ramo destacam-se na história editorial da cidade: a **Livraria Moderna**, do italiano Paschoal Simone & Filhos; e a **Livraria Central**, do alemão Alberto Entres e seu irmão, Godofredo Entres.

Casa fundada em 1886, a *Livraria Moderna* possuía uma das mais modernas oficinas tipográficas da cidade, sendo a única representante para o Estado de Santa Catarina da *Sociedade Anonyma Augusta*, de Turim (Itália), tradicional empresa européia de máquinas gráficas, tipos e todo material

tipográfico e litográfico, com estabelecimentos em grandes centros italianos, como Milão, Roma, Gênova e Florença⁶.

Com amigos influentes – um de seus clientes fiéis era José Boiteux, que abastecia os armários da *Academia Catarinense de Letras* com material comprado na Livraria Moderna –, uma casa comercial tradicional, há décadas estabelecida na cidade e de boa fama, o italiano Paschoal Simone não haveria de temer a entrada do Brasil na Primeira Guerra, ao contrário de outros livreiros da cidade que, por serem de origem alemã, sofreram com as tensões trazidas pela eliminação da alteridade durante as duas Grandes Guerras Mundiais, quando o discurso contra o “perigo alemão” ganhou força.

A imigração alemã em Santa Catarina ocorreu no período compreendido entre 1815 e 1914, dentro do ciclo de grandes emigrações européias pós-guerras napoleônicas e início da Primeira Guerra⁷. Segundo a historiografia da imigração, a vinda da maior parte dos imigrantes, entre 1850 e 1890, está associada aos problemas econômicos enfrentados pelos mesmos nas regiões que formaram a Alemanha no decorrer do século XIX⁸.

Em Desterro, a presença desses imigrantes está intimamente relacionada com a fundação da primeira colônia alemã no Estado, São Pedro de Alcântara (1829). Várias foram as famílias que, no caminho entre a Alemanha e a colônia ao qual destinavam-se, permaneceram em Desterro e São José⁹.

Ao se instalarem na cidade encontraram um núcleo populacional já estabelecido. O elemento germânico não é pioneiro, nem fundador, como nos casos de Joinville e Blumenau, por exemplo. Desterro já possuía seus líderes, sua cultura e tradições, o que poderia acelerar o processo de assimilação destes sujeitos a esta sociedade.

Para tentar evitar, ou ao menos retardar este processo de assimilação, desenvolveram mecanismos de defesa de sua germanidade através do seu associativismo. No início do século XX, Florianópolis já possuía seu *Clube Germânia*, a *Associação do Cemitério da Comunidade Alemã*, a *Associação Escolar Alemã*, a *Associação da Frota Alemã*, a *Associação dos Atiradores*, a *Associação Ginástica Jahn*, a *Comunidade Evangélica Alemã*, a *Associação de Senhoras Alemãs*, a *Sociedade Beneficente Alemã*, entre outras¹⁰.

Ainda neste período, a maior parte das iniciativas industriais e do

comércio estavam em mãos de empresas familiares alemãs, como os Hoepcke, Hackradt, Ebel, Wellman, Bade, Moellmann, Kirbach, etc. O mesmo pode ser dito em relação aos profissionais liberais, médicos, farmacêuticos, arquitetos... e livreiros como Alberto Entres.

Fundada em 1910, a *Livraria Central* logo destacou-se entre as demais casas do ramo, situada sempre na rua Felipe Schmidt, nº 14, esquina com a rua Trajano. Assim como as demais livrarias de sua época, possuía amplo acervo de materiais concernente à cultura escrita, como tinteiros, canetas, artigos escolares, diversas qualidades de papel, “régua milimetrada e de calcular, esquadros, transferidores de madeira, metal e celulóide”, carimbos “de toda espécie e formato”, livros em branco para “cartórios, tabelliães, farmácias, registro de letras e commerciaes, livros e talões em qualquer modelo para collectorias¹¹”.

Anunciava o maior sortimento em brinquedos da cidade, além de material fotográfico para amadores, como filmes, revelação e as próprias máquinas. Comercializava também uma coleção própria de cartões-postais, com centenas de modelos diferentes. Recebia semanalmente as últimas novidades publicadas e era depositário de revistas de circulação nacional como *Vida Doméstica*, *Ilustração Brasileira*, *Chácaras e Quintaes*, *Cinelândia*, *A Casa*, *Boletim de Ariel*, *Cinearte*, *O Malho*, *A Careta* e *Tico-Tico*. Vendia também revistas destinadas ao público feminino que serviam de manuais de como se vestir e comportar-se para as moças das “boas famílias” da cidade, que faziam questão de estarem cientes das novidades dos centros urbanos maiores, como *Moda e Bordado*, *Arte de Bordar*, *Jornal das Moças*; e entre as importadas: *Modenschau*, *Record*, *Wienerin*, *Distinction*, *Deutsche Modenzeitung*, *Grande Revue des Modes*, *La Parisienne*, *L'Enfant*, *Lingerie Moderne*, *Revue Parisienne*, *Elite*, *Saison Parisienne*, *Smart*, *Star*¹² entre outras.

Além de possuir um *estoque* permanente de livros, possuía moderna oficina de tipografia, estereotipia, pautação e encadernação. De seu prelo saiu um dos primeiros mapas rodoviários do Estado, em 1935; além de novas edições dos livros escolares da série Fontes, *Cartilha Popular*, *Primeiro*, *Segundo*, *Terceiro* e *Quarto Livros de Leitura*, adotados nas escolas públicas de todo o Estado.

Livraria Central de Alberto Entres

CASA FUNDADA EM 1910
RUA FELIPPE SCHMIDT, 14 - CAIXA POSTAL 131
End. Telegr.: "ENTRES"
FLORIANÓPOLIS - Sta. CATARINA

Editora das seguintes obras:

GUIA DO ESTADO DE STA. CATARINA
QUINQUENÁRIO

(livro comemorativo do centenário da colonização alemã no
Estado de Sta. Catarina). PREÇO 155000.

MAPA RODOVIAÁRIO DO ESTADO
na escala de 1:800.000 com os novos municípios. PREÇO 55000

LIVROS ESCOLARES DA SÉRIE FORTES
adoptados oficialmente em todas as escolas públicas do Estado

Stock permanente de livros e artigos escolares em geral

Semanalmente recebe as últimas novidades editadas em
Porto Alegre, S. Paulo e Rio de Janeiro.

Atende-se, com a maior presteza possível, as pedidos do interior do Estado

Anúncio publicitário da Livraria Central.

Fonte: Guia do Estado de Santa Catharina (1942).

Publicou também a coleção de hinos e poesias de Delminda Silveira de Souza, *Cancioneiro* (1914); uma reimpressão do original de 1847 de *Assembléia das Aves*, de Marcelino Antônio Dutra (1921); mesmo procedimento adotado para a reimpressão, em 1932, da *Memória política sobre a capitania de Santa Catarina*, de Paulo José Miguel de Brito, a partir de um exemplar original impresso em Lisboa em 1829.

Entre as demais publicações destaca-se o livro *A fome e a sede no Ceará*, de Trajano Margarida (1919); as *Lucubrações. Ensaio de theorias e ideas*, de Artur Galetti (1922), assim como *Na seara do pensamento* (1928), do mesmo autor; o livro de poesias *Canções incultas*, de Nicolau Nagib Nahas (1922); *Rimas da Solidão*, do lageano Mário Costa (1928); a monografia *Os municípios de Tijucas Grande e Porto Belo*, de Henrique Boiteux (1928); *Oeste Catharinense (De Florianópolis a Dionísio Cerqueira)*, de José Boiteux (1931) e *Águas Passadas* (1932), do mesmo autor; as *Esperanças Catarinenses: antologia por alunos do*

Anúncio publicitário da Livraria Central.

Fonte: Guia do Estado de Santa Catharina (1942).

Publicou também a coleção de hinos e poesias de Delminda Silveira de Souza, *Cancioneiro* (1914); uma reimpressão do original de 1847 de *Assembléia das Aves*, de Marcelino Antônio Dutra (1921); mesmo procedimento adotado para a reimpressão, em 1932, da *Memória política sobre a capitania de Santa Catarina*, de Paulo José Miguel de Brito, a partir de um exemplar original impresso em Lisboa em 1829.

Entre as demais publicações destaca-se o livro *A fome e a sede no Ceará*, de Trajano Margarida (1919); as *Lucubrações. Ensaio de theorias e ideas*, de Artur Galetti (1922), assim como *Na seara do pensamento* (1928), do mesmo autor; o livro de poesias *Canções incultas*, de Nicolau Nagib Nahas (1922); *Rimas da Solidão*, do lageano Mário Costa (1928); a monografia *Os municípios de Tijucas Grande e Porto Belo*, de Henrique Boiteux (1928); *Oeste Catharinense (De Florianópolis a Dionísio Cerqueira)*, de José Boiteux (1931) e *Águas Passadas* (1932), do mesmo autor; as *Esperanças Catarinenses: antologia por alunos do*

Ginásio Catarinense (1937); além de *Em casa de um vizinho*, impressões da viagem a Florianópolis de Othelo Rosa (1932); *O Assassinato de Boaventura Fraga*, de João de Oliveira (1948); e uma série de *Guias do Estado de Santa Catarina* e seus suplementos (1927, 1935, 1937, 1938, 1940, 1941 e 1952).

Muitas foram as publicações de obras oficiais, como os *Hymnos Patrióticos e Canções Militares* (1918); o *Formulário para uso das delegacias e sub-delegacias de Polícia do Estado de Santa Catharina*, organizado por Gil Costa e João de Deus Faustino da Silva (1919); o *Regulamento para o Serviço Policial do Estado* (1920); o *Catálogo Geral dos jornais catarinenses existentes na Biblioteca Pública do Estado e publicados até 31 de Dezembro de 1934*, organizado pelo bibliotecário Fernando Machado Vieira; os *Discursos e allocuções. 1926-1928*, de Adolpho Konder (1928), assim como *A Estrada de Rodagem Florianópolis-Tubarão*, do mesmo autor, também em 1928. De Fúlvio Aducci publicou *Ainda a questão da luz. Razões de apelação*, em 1936.

Entretanto, tal aproximação com o Estado e figuras influentes na cidade não foi o suficiente para impedir que a Livraria Central fosse um dos alvos dos conflitos envolvendo brasileiros e alemães durante a Primeira Guerra. Sua localização, próxima à Praça XV de Novembro, coração da cidade e palco de suas principais manifestações sociais, acabou por deixar seu edifício à mercê do “patriotismo quebra-vidraças”¹³, expressão cunhada pelo jornal *O Dia*, ao referir-se ao apedrejamento de residências e estabelecimentos comerciais de alemães durante a guerra.

Tudo começou numa tarde de sol, em 28 de outubro de 1917, dois dias após o Brasil ter declarado guerra à Alemanha¹⁴. Nas imediações do *Café Popular*, em torno do jardim *Oliveira Bello*, grupos de populares faziam pequenas rodas, onde se comentava a declaração de guerra. Um mais exaltado comentava em voz alta os acontecimentos. Havia sido anunciado para aquela tarde um grandioso *meeting*, com diversos oradores de renome na cidade, e todos estavam por ali um tanto quanto ansiosos e irrequietos.

Com o passar do tempo, os grupos foram ficando mais compactos, crescendo e se avolumando cada vez mais. *Com a rapidez de uma faísca*, o entusiasmo tomou de repente a massa já bastante numerosa. *Viva o Brasil!*, partiu de repente, um grito. Outros vivas se sucederam, acolhidos e fortemente respondidos pelos populares. Quanto mais se gritava, mais a massa se avolumava, atraindo curiosos e patriotas de todas as partes.

Vamos buscar a bandeira nacional!, disse um. Daí a pouco se via, saído não se sabe de onde, uma bandeira nacional sendo desfraldada em meio à multidão, seguida por uma corte enorme de povo, aos vivas ao Brasil e às nações aliadas. Dentro em pouco, as bandeiras destas nações juntavam-se à bandeira brasileira, organizando-se rapidamente *um formidável préstito patriótico*, que saiu pela Praça XV de Novembro para percorrer as ruas da cidade e ouvir os oradores inscritos para discursarem em diferentes pontos da cidade.

A primeira parada foi em frente ao consulado italiano. Da sacada do consulado estava anunciado para falar o jovem advogado Nereu Ramos. Com o *entusiasmo* do orador, a platéia o interrompia a cada novo pedaço de discurso, aclamando-o com *aprovação*. Dando prosseguimento, fez-se ouvir Telasco Vereza, do consulado Inglês, cujas palavras foram recebidas com *entusiasmo* pela população, *ávida de quem lhe aquecesse ainda mais os sentimentos patrióticos que já possuía*. Depois deste orador, falaram ainda o Prof. Orestes Guimarães, do Consulado Português; Marinho Lobo, da redação do jornal O Estado; e Alfredo V. Trompowsky, do Clube Doze de Agosto, todos *intensamente aplaudidos* e recebidos com alvoroço pelo povo *cada vez mais insatisfeito de dar expansão ao ardor incontido que acumulava*.

Grande parte desta multidão não guardava apenas o ardor patriótico. Acumulava-se também, em muitos deles, o rancor contra os imigrantes de origem germânica. Silvia Arend já demonstrou que as tensões interétnicas entre alemães e brasileiros na província de Santa Catarina remontam ao século XIX, quando “o espectro dos quistos étnicos começava, lentamente, a rondar os discursos da elite lusa¹⁵”. O “perigo alemão” tornava-se assim, naquele imaginário, uma realidade capaz de ameaçar a integridade do território nacional, e não mera fantasia de nacionalistas extremados.

Segundo Falcão¹⁶, ganhava impulso a imagem de que o país era vítima de uma conspiração para criar a Alemanha Antártida, tramada por agentes de organizações alemãs ou do próprio governo imperial alemão. O sucesso de um tal plano estaria assentado no fato de ser o Brasil um país ainda novo, com um ‘caráter nacional’ em formação, em nítido contraste com a homogeneidade cultural e a força do espírito empreendedor atribuídas aos alemães.

Portanto, não é de se estranhar que a manifestação tenha tomado tal vulto “com a rapidez de uma faísca”. Tais populares não estavam apenas “ávidos de quem lhe aquecesse ainda mais os sentimentos patrióticos que já possuía” como também encontraram na passeata uma válvula de escape para seus medos e ressentimentos, encontrando nos discursos oficiais a legitimidade para suas angústias.

Pois antes de ouvirem Telasco Vereza a multidão estacionou em frente ao Palácio do Governo, encontrando em sua sacada o Governador Felipe Schmidt, acompanhado pelo Secretário Geral do Estado e demais autoridades. Erguendo vivas ao Brasil, à bandeira nacional, ao Presidente da República e ao Governo do Estado, o povo viu suas aclamações e anseios correspondidos e repetidos por Felipe Schmidt e pelos demais, sendo executado na ocasião, pela Sociedade Amor à Arte, o hino nacional brasileiro, *acompanhado com a voz forte e delirante a patriótica mocidade catarinense*.

Ouvido o último orador, pouco a pouco o grande grupo popular fracionou-se, as bandeiras foram recolhidas e voltaram os pequenos grupos difusos, parecendo estar tudo *arrefecido* e o povo *desagravado* com o *desabafo pacífico* que havia feito. Já era fim de tarde e o sol se punha, com as ainda parcas iluminações das ruas e das casas sendo acendidas.

Foi quando, de repente, ouviram-se *gritos ensurdecedores* e o barulho denunciador de vidraças se quebrando... Era o primeiro atentado, bem perto dali, na rua da República (atual Felipe Schmidt), esquina com a Trajano, onde ficava localizada a *livraria de Alberto Entres*, o primeiro estabelecimento para onde incidiram as iras de um grupo que *num abrir e fechar d'olhos* começou a apedrejar as vidraças e portas. Na vitrine, entre livros e pedras, cacos de vidro das nove janelas espatifadas.

O grupo tentou ainda arrombar, sem sucesso, as portas do estabelecimento, que àquela hora de domingo já havia fechado. Mesma sorte não teve o *Club Germania*¹⁷. Atacada a *Livraria Entres*, novos atentados tomaram vulto. Eram oito e meia da noite quando começou a destruição do Club Germania, que foi feita, *quando muito, em um quarto de hora*.

Antigo edifício da Livraria Central.

Fonte: Acervo Iconográfico de José Boiteux, IHG/SC.

Nada foi poupado. *Destroços por todos os lados, quadros sem molduras, estatuetas partidas, livros pelo chão, cortinas rotas, vidros e lustres todos espatifados, portas arrombadas.* O piano foi jogado *à força de pulso* pela janela, destruindo-se em pedaços no meio da rua, com outros objetos também atirados. A biblioteca, bilhar, cadeiras, mesas, cenários do teatrinho particular do clube, *tudo completamente inutilizável e irreconhecível.*

Dentro do edifício residia uma família que tomava conta do local e *que foi obrigada a fugir* logo que este foi tomado de assalto. Em seus aposentos particulares, todos os móveis foram quebrados e arrancadas até as *torneiras e bacias higiênicas presas às paredes.* A muito custo, alguns populares conseguiram dissuadi-los da idéia de atear fogo ao edifício, o que certamente provocaria uma calamidade ainda maior, *pois pegaria fogo ao quarteirão inteiro.*

Entretanto, se o edifício salvou-se das chamas, não pode se dizer o mesmo das centenas de livros de sua biblioteca, atirados no meio da rua e

ateado fogo¹⁸. Tais livros, certamente a maioria em língua alemã adquiridos através da *Livraria Central*, eram um dos principais meios do Club Germania concretizar seu propósito de “preservar e cultivar o caráter alemão, língua e costumes”¹⁹. Tudo morto pelas chamas nem dos primeiros “autos-de-fé” que se tem notícia em Florianópolis.

Em pior estado ficou ainda o *Tiro Alemão*, situado à rua José Veiga (atual Mauro Ramos), onde a tradicional sociedade possuía *um belo edifício próprio caprichosamente construído*. Correndo a notícia de que seria o próximo alvo a ser atacado, a cavalaria da polícia partiu *a toda à brida* para o local, sem sucesso. Quando chegaram, uma dezena de populares com papéis e panos encontrados atearam fogo ao edifício, repleto de munição para o tiro ao alvo, ocasionando *durante muito tempo explosões ininterruptas*.

As chamas rapidamente se espalharam, alcançando os móveis e o pavimento superior, onde três jovens haviam subido a fim de completarem a destruição. Quando quiseram descer se depararam com o fogo na escadaria a impossibilitar a saída. *Desesperadamente*, resolveram se atirar pela janela, de uma altura aproximada de nove metros.

Arlindo Godin, vinte e três anos de idade, solteiro, mecânico que há alguns dias havia ingressado como *Voluntário da Armada* e um dos três jovens presos ao andar superior, ao pular do pavimento fê-lo de uma maneira que, ao tocar no solo, bateu com a cabeça na laje, fraturando o crânio.

Levado às pressas para a *Pharmácia Popular*, na Praça XV de Novembro, faleceu *antes que pudessem administrar-lhe os necessários curativos*. No lado de fora da farmácia, a agitação era grande com a chegada do destacamento de quinze praças da polícia militar com baionetas à mão, recebidos com vaias, pedras e pedaços dos móveis trazidos do *Club Germania*, um deles atingindo a cabeça do capitão *Joe Colaço*.

A situação só apaziguou-se com a interferência do Secretário Geral do Estado, *Fúlvio Aducci*. O policiamento da cidade pela polícia e por voluntários adentrou a noite adentro, mantendo a cidade relativamente calma. Ao menos até a manhã do dia seguinte, quando após o enterro de *Arlindo Godin*, novas depredações e atentados ocorreram, a despeito do policiamento das ruas.

A residência de *Guilherme Kasper*, à rua Conselheiro Mafra, foi ape-

drejada aos gritos de morra ao alemão. O mesmo deu-se ao *Colégio Alemão*, ao *Hotel Metropol*, de *Miguel Terschticht* (que por sinal, era austríaco); a residência de *Hermann Beck*, na Prainha; e a do comerciante *Otto Ebel*, também na rua Conselheiro Mafra. No trapiche municipal, um grupo de exaltados quase linchou o russo *Germann Lilja*, pensando que este fosse alemão.

No ano seguinte, quando nova concentração popular é convocada a participar das manifestações em comemoração ao 14 de Julho, a livraria de Alberto Entres foi novamente alvo do *fervor patriótico* de alguns brasileiros, reunidos em torno da Praça XV de Novembro, ao lado de *autoridades civis, militares e eclesiásticas, clubes e associações com os seus estandartes, escolas e bandas de música*.

Após uma passeata em torno da praça, o préstito estacionara defronte à *Livraria Moderna*, onde estavam novamente os cônsules das nações aliadas, incluindo Paschoal Simone, um dos responsáveis pelo consulado italiano na cidade. Entre os membros da comissão central da *festa cívica* estava novamente Nereu Ramos, diretor do jornal *A Noite*, filho do ex-governador Vidal Ramos, secretário do diretório estadual da *Liga de Defesa Nacional* e personagem central das campanhas de nacionalização das zonas coloniais nas décadas de 1930 e 1940, quando assumira o governo estadual²⁰. Em seu discurso, apresentou-se de forma veemente contra ao germanismo em Santa Catarina, recordando a manifestação de 28 de outubro do ano passado, à qual essa se assemelhava, segundo disse o orador.

Ao fim, o cortejo saiu pelas ruas com vistas a angariar donativos para os marujos. Ao passar, porém, em frente ao *Hotel Metropol*, um grupo exaltado, aos gritos de “*morras*”, apesar dos pedidos do delegado auxiliar Cid Campos, furavam com as bandeiras os vidros do hotel, atirando contra a vidraça um capacho de arame que se achava à entrada da porta.

Logo em seguida, novamente foi atacada a *Livraria Entres*, que ficou com os vidros espatifados. Tentaram novamente arrombar suas portas, sem sucesso. Uma outra casa particular, pertencente a um alemão, também sofreu com as pedras atiradas em suas vidraças. De volta à praça, falou aos manifestantes o senador Vidal Ramos, que, depois de aludir aos fatos do dia, pediu que se dissolvesse a passeata e fossem guardadas as bandeiras²¹.

Personagens dos acontecimentos, às livrarias *Moderna* e *Central* junta-se a *Livraria Cysne*, de Mathias Schonnenbeck. Às 19 horas do dia 21 de maio de 1919, enquanto a cidade se achava às escuras, populares invadiram a tipografia da livraria devido à recusa de publicação, por parte de Schonnenbeck, de um artigo a respeito do Kaiser, manifestando o proprietário da tipografia “sentimentos considerados irritantes, sobre a pessoa do ex-imperador da nação inimiga”. Os prejuízos foram pequenos, pois a polícia “*acudiu prontamente ao local*”, abrindo “*rigoroso inquérito a respeito*”²².

Segundo Falcão, o resultado mais visível deste processo “foi manter inalterada a situação de exclusão social vigente no país”, o que no caso dos imigrantes e descendentes de alemães “era agravado por desconfianças e preconceitos que reforçavam os obstáculos para sua efetiva integração ao conjunto da vida brasileira”²³.

Ao fim da Primeira Guerra, a despeito dessas desconfianças e preconceitos, a família Entres continuou ativa em sua comunidade, expressando-se também em ocasiões importantes do meio social da cidade, como em 1927, quando Godofredo Entres manifestou-se em repúdio aos atos que resultaram no assassinato de Crispim Mira, jornalista que sempre fora “um grande defensor do germanismo no Estado”²⁴.

Dois anos depois, em 1929, o mesmo Godofredo Entres foi membro da Comissão Central da Colônia Alemã, encarregada dos festejos comemorativos do *1º Centenário da Colonização Alemã em Santa Catarina*. Passado-se mais de dez anos dos trágicos acontecimentos daqueles dias de guerra, a Praça XV de Novembro agora cobria-se de flores, serpentinas e confetes, a saudar os alemães.

Como parte das comemorações, a própria Livraria Central forneceu de sua tipografia uma edição especial, em capa dura, fartamente ilustrada, de um *Gedenkbuch*, livro organizado por Godofredo Entres com uma história da colonização alemã no Estado, as principais colônias, indústrias e estabelecimentos comerciais de alemães na região, rica fonte para pesquisas e totalmente escrito em alemão.

Fonte: ENTRES, Gottfried. **Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier Deutscher Einwanderung in Santa Catarina**. Fpolis: Livraria Central, 1929. p. 304.

Como podemos perceber, os Entres mantinham os laços de cultura, língua e pátria próprios de um duplo pertencimento à categoria de teuto-brasileiros. Assim como grande parte da comunidade alemã na cidade, mantenedora de seus jornais, clubes, igrejas, nomes, língua e costumes, o seu *Heimat*, o “ser” alemão e ter sua nacionalidade vinculada à Alemanha, desassociada à sua cidadania brasileira. Como nos lembra Marlene de Fáveri, onde quer que viva, “o alemão poderá construir sua *Heimat*, desde que mantenha os laços culturais e sentimentais com o lugar de origem, a identificação étnica, à pátria, portanto²⁵”.

Sentimento de pertença que novamente traria problemas para a família Entres quando do rompimento de relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha e demais países do Eixo, em 22 de agosto de 1942, durante a Segunda Guerra Mundial. Sob o comando de Nereu Ramos, voltou a haver

mais fortemente em todo o território estadual a “suspeição/demonização” dos alemães pela imprensa, de forma mais explícita, veiculando artigos a apresentar os estrangeiros e descendentes como inimigos do país e prováveis colaboradores do Eixo, detonando – novamente – um clima de violência em cidades como Blumenau, Joinville, Florianópolis, e muitas outras.

Estabelecimentos comerciais de alemães e descendentes começaram a sofrer boicotes silenciosos. De um dia para o outro, os fregueses habituais sumiram, temerosos de serem associados aos alemães. Um exemplo claro é o caso da mercearia de *Fernando Springmann*, no centro de Florianópolis, que viu seu faturamento cair em até 70% e só manteve-se em funcionamento porque todos os seus funcionários eram brasileiros²⁶.

Prédio reformado da Livraria Central, ainda existente.
Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

Uma nuvem de medo envolveu a cidade. Medo de falar alemão em público, medo de ser associado aos alemães, medo de que se repitam aquelas manifestações de décadas atrás, dos apedrejamentos, linchamentos, insultos, de ver sua casa e seus bens arderem em chamas. Ao medo juntava-se a vergonha de andar na rua e ser apontado como um *5ª Coluna*. Livros

eram enterrados para não serem destruídos. As conversas eram em voz baixa. As luzes já não eram acessas, a fim de não chamarem mais atenção. Uma atmosfera que nem de longe lembra o discurso homogenizador das elites culturais que estabeleceram o estereótipo da ilha bucólica e pacata, sem lugar para apedrejamentos e fogueiras de livros.

Tendo sua livraria sido alvo, por duas vezes, da ira de manifestações extremadas, Alberto Entres mudou – não se sabe se de espontânea vontade ou forçado pela massa popular que percorria as ruas da cidade – o nome de sua *Livraria Central* para *Livraria Baependi*²⁷, em homenagem ao navio brasileiro afundado por submarinos alemães na costa do Nordeste.

Assim como a livraria, outros estabelecimentos comerciais de alemães e italianos tiveram seus nomes alterados. A *Casa Venezia*, à rua Conde Mafra, passou a chamar-se *Casa V*, “*augurando a vitória do direito e da civilização, bens humanos que os nazi-nipo-fascistas convencionalmente desconhecem...*”²⁸ João Ricardo Schuldt, também alemão, mudou o nome de sua pequena Livraria Schuldt para Livraria Progresso.

Para evitar supostas “*maquinações anti-patrióticas ou possíveis atividades contra a segurança do país*” por parte de “*súditos ou simpatizantes do eixo*”²⁹, as autoridades catarinenses começaram a confinar alemães e italianos que pudessem, segundo a ótica da época, representar alguma ameaça, prática que se tornou comum, com vistas ao desenraizamento de suas relações familiares e desestruturação de suas redes de sociabilidades.

Segundo Marlene de Fáveri, quando estourou a guerra, diversas prisões foram feitas em Florianópolis. Alguns alemães e italianos, apesar de não serem presos, eram afastados da cidade. Entre eles, Alberto Entres, enviado a Bom Retiro, onde permaneceu por um ano e meio, junto com mais seis alemães, acomodados no *Hotel Probst*³⁰.

Afastados de suas famílias, de suas relações econômicas e sociais, com a chegada do Natal estes homens reuniram-se para cantarem juntos a tradicional música *Noite Feliz*, em alemão. Foi o suficiente para serem presos e enviados do Hotel para a cadeia local. Segundo o processo aberto pelo *Tribunal de Segurança Nacional* pesquisado por Fáveri, entre os acusados e processados, além de Alberto Entres, estavam Hebert Molenda, Bruno Jonas, Kal Alpersted, Erich Georg Czesnat, Hugo Schonoor, Herbert Jung e Carlos Pieratzki³¹.

Segundo este mesmo processo, Alberto Entres alegou estar apenas esperando a distribuição dos presentes aos filhos da dona da pensão, Amélia Schmidt Waltrick. Herbert Jung tocava Noite Feliz em sua gaita e algumas pessoas cantarolavam. Sem a pretensão de desrespeitar nenhum brasileiro, quem não sabia falar em português, cantou em alemão...

Impossibilitados de permanecerem na cadeia local, cujos cubículos estavam cheios de presos comuns, foram enviados ao Presídio da Trindade, em Florianópolis. Lá, nomearam como advogado de defesa Osvaldo Bulcão Viana, que argumentou que todos tinham filhos brasileiros, que eram trabalhadores e que “*mal sabiam eles que a Noite Feliz se transformariam em noite infeliz...*” Em 21 de junho de 1943, quase seis meses depois do ocorrido, todos foram absolvidos da acusação³².

Em momento algum do processo Alberto Entres ou qualquer dos demais acusados foram acusados de nazistas. Estavam apenas, conforme Fáveri, “*afastados pela contingência da lei e acabaram processados por terem cantarolado Noite Feliz em alemão*”³³. Percebe-se a preocupação do governo em afastar os estrangeiros de zonas consideradas de segurança nacional, como o litoral. No Estado, as cidades de Bom Retiro, Lages e São Joaquim foram os locais que mais receberam estes afastados, por situarem-se a mais de trezentos quilômetros da costa.

Como era de se esperar, a livraria Entres enfrentou dificuldades para manter-se neste período, como os demais estabelecimentos de alemães e italianos. Poucos anos depois do fim da Segunda Guerra morria Alberto Entres, e com ele, sua *Livraria Central*, transformada em *Livraria e Papelaria Record*, no início da década de 1950.

Godofredo Entres tentou manter-se no ramo, instalando, em 1948, no Estreito, a *Livraria Internacional “A Ponte”*, distribuidora e editora de publicações nacionais e estrangeiras, mas não chegou a obter o mesmo sucesso dos tempos de Livraria Central.

A morte de Alberto Entres selou o fim de uma era de Livreiros-editores que só voltaria a ter destaque em 1972, com a fundação da *Editora e Livraria Lunardelli*, de Odilon Lunardelli. Paschoal Simone já havia falecido e sua *Livraria Moderna* estava sob o comando de Pedro Xavier, que apesar de mantê-la durante anos, não a utilizou para a editoração de livros da

Rua Felipe Schmidt, década de 1950, Livraria Record.
Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Nas ruas da cidade já não se ouvia discursos patrióticos. A Praça XV de Novembro passou a ser ocupada pelo ponto de ônibus. No largo da alfândega, na Conselheiro Mafra, na Felipe Schmidt, na Trajano, o movimento das ruas recomeçava repleto de pessoas que já não tinham medo de saírem de casa devido a temerários bombardeios e blackouts. Os jornaleiros faziam os pregões dos matutinos, as rádios transmitiam seus programas de músicas alegres e tristes. Sob a figueira, leitores liam seus jornais e revistas, discutindo *football* e política. Entre os livros da vitrine e a rua, a única pedra que permanecia era a própria cidade, serena, apesar dos dias de vento sul.

NOTAS DE FIM

1 Este texto é um excerto (com algumas alterações e simplificações) do segundo capítulo da monografia de conclusão de curso do autor, na qual tenta-se desenvolver uma introdução à história editorial de Florianópolis: MATOS, Felipe. *Uma Ilha de Leitura: notas para uma história da cidade através de suas livrarias, livreiros e livros (Florianópolis, 1830-1960)*. Florianópolis, 2005. Departamento de História, Universidade do Estado de Santa Catarina. 135p.

2 O autor é Licenciado e Bacharel em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina, instituição no qual atuou, como bolsista, no Grupo de Pesquisa Sociedade, Memória e Educação, vinculado ao CNPq. Atualmente participa - como pesquisador voluntário - do projeto de pesquisa "Tenha Modos! Educação e Sociabilidades em Manuais de Civilidade e Etiqueta (1845 a 1950)", coordenado pela Prof. Dra. Maria Teresa Santos Cunha. felipematos@hotmail.com.

3 PESAVENTO, Sandra. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: **Esboços: Dossiê Cidade e Memória**. Nº11. 2004. P.25

4 CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. SP: Cia. das Letras, 1993. P.119.

5 Ver ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. Tese (Doutoramento em História). São Paulo. PUC: 1989.

6 *Anuario catharinense para 1904, com a biographia do almirante José Marques Guimarães - 1o. anno*. Florianópolis: Typ. da Livraria Moderna, [1904].

7 KLUG, João. **Imigração e Luteranismo em Santa Catarina. A comunidade alemã em Desterro-Florianópolis**. Fpolis: Papa-Livro, 1994. P. 26.

8 AREND, Silvia. Relações interétnicas na província de Santa Catarina. Cf. **História de Santa Catarina no século XIX**. Fpolis: Edufsc, 2001. P. 32.

9 KLUG, João. **Imigração e Luteranismo em Santa Catarina. A comunidade alemã em Desterro-Florianópolis**. Fpolis: Papa-Livro, 1994. P. 61.

10 Idem. P. 72.

11 Anúncios publicados no **Guia do Estado de Santa Catharina - chorographico, commercial e industrial**. Editado por Alberto Entres. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres, 1935.

12 Cf. **Guia do Estado de Santa Catharina - chorographico, commercial e industrial**. Editado por Alberto Entres. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres, 1935.

13 Cf. Jornal *O Dia*. 17/07/1918.

14 O relato a seguir dos acontecimentos do dia 28 baseia-se em reportagem publicada em 30/10/1917, no jornal *O Dia*. As expressões em *itálico* foram retiradas do original.

15 AREND, Silvia. Relações interétnicas na província de Santa Catarina. Cf. **História de Santa**

Catarina no século XIX. Fpolis: Edufsc, 2001. p.37.

16 FALCÃO, Luís Felipe. *A Guerra Interna (Integralismo, Nazismo e Nacionalização)*. Cf. **História de Santa Catarina: Estudos Contemporâneos.** Fpolis: Letras Contemporâneas, 2000. p.169.

17 “*Mais antiga sociedade da capital. Fundado em 1866 sob o nome de Euterpe, mas em 1871, em homenagem à restauração do grande império alemão, substituiu aquele nome pelo de Germania. (...) Funcionando sempre em prédio alugado, (...) conseguiu por meio de ações passadas entre seus sócios contruir um elegante edifício à rua Tenente Silveira. Possui uma biblioteca que contém 520 obras, representadas em 610 volumes*”. Cf. **Anuario de Santa Catharina para 1900.** Fpolis: Gabinete Sul-Americano, 1899.

18 FALCÃO, Luís Felipe. **Entre Ontem e Amanhã: diversidade cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX.** Tese (Doutorado em História). USP: 1998. p.85.

19 KLUG, João. *Fragmentos de Vida: Carl Hoepcke e a Germanidade em Santa Catarina.* Cf. **Revista Catarinense de História.** Nº 04. Fpolis: Insular, 1996. p.58.

20 Cf. *Jornal O Dia.* 14/07/1918.

21 Cf. *Jornal O Dia.* 16/07/1918.

22 Cf. *Jornal República.* 23/05/1919.

23 Cf. FALCÃO, 1998. P.74.

24 Cf. KLUG, João. **Imigração e Luteranismo em Santa Catarina.** A comunidade alemã em Desterro-Florianópolis. Fpolis: Papa-Livro, 1994.

25 Cf. FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina.** Itajaí: Univali; Fpolis: Edufsc, 2004.p.68.

26 Idem. p.390.

27 Cf. *Jornal O Estado.* 20/08/1942.

28 Idem.

29 Cf. *Jornal O Estado* 01/09/1942.

30 FÁVERI, 2004. P.243.

31 Idem. p.244.

32 Idem. p.245-246.

33 Idem. P.246.

BIBLIOGRAFIA RESUMIDA

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República.** Tese (Doutoramento em História). São Paulo. PUC: 1989.

AREND, Silvia. Relações interétnicas na província de Santa Catarina. Cf. **História de Santa Catarina no século XIX**. Fpolis: Edufsc, 2001.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. SP: Cia. das Letras, 1993.

ENTRES, Gottfried. **Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier Deutscher Einwanderung in Santa Catarina**. Fpolis: Livraria Central, 1929.

FALCÃO, Luís Felipe. *A Guerra Interna (Integralismo, Nazismo e Nacionalização)*. Cf. **História de Santa Catarina: Estudos Contemporâneos**. Fpolis: Letras Contemporâneas, 2000.

FALCÃO, Luís Felipe. **Entre Ontem e Amanhã**: diversidade cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Tese (Doutorado em História). USP: 1998.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra**: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Itajaí: Univali; Fpolis: Edufsc, 2004.

KLUG, João. *Fragments de Vida: Carl Hoepcke e a Germanidade em Santa Catarina*. Cf. **Revista Catarinense de História**. N° 04. Fpolis: Insular, 1996.

KLUG, João. **Imigração e Luteranismo em Santa Catarina**. A comunidade alemã em Desterro-Florianópolis. Fpolis: Papa-Livro, 1994.

MATOS, Felipe. **Uma ilha de Leitura**: notas para uma história da cidade através de suas livrarias, livreiros e livros. Trabalho de Conclusão de Curso (História). UDESC: Florianópolis, 2005.

PESAVENTO, Sandra. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: **Esboços: Dossiê Cidade e Memória**. N°11. 2004.

São Martinho

Paola May Rebollar¹

Artigos

Rupturas e
desdobramentos
(1937 – 1960)

1 Introdução

As sucessivas levas migratórias que contribuíram para a colonização do Brasil têm-se mostrado campo fértil para pesquisas. Devido à grande diversidade de migrantes, aos diferentes modos como cada grupo encontrou para adaptar-se ao novo território, bem como às distintas relações que os mesmos mantiveram com a sociedade nacional, este tema oferece múltiplas possibilidades de estudos. Segundo NODARI (2001, p. 31), “A historiografia brasileira em relação as correntes imigratórias...discute entre outros temas, o da etnicidade, tendo como principal eixo o processo de assimilação ou aculturação, ou não, dos estrangeiros dentro do corpo político e da estrutura social do país”. Dentro desta perspectiva, um dos focos centrais tem sido encontrar explicações para a formação de “quistos étnicos” nas colônias onde os imigrantes foram assentados.

Observa-se, atualmente, uma nova tendência dentro da historiografia para buscar explicações menos reducionistas, que contemplem a grande variedade de processos pelos quais passaram

¹ Historiadora - Universidade do Sul de Santa Catarina - lagunapaola@yahoo.com.br

os imigrantes ao chegarem ao Brasil e que os levaram a criar uma identidade social distinta daquela que trouxeram da Europa e distinta, também, daquela idealizada durante o processo oficial de construção da identidade nacional do brasileiro. Esta nova identidade, negociada aqui, no novo território, pode ser enquadrada naquilo que Jeffrey Lesser denomina de novas categorias étnicas hifenizadas (2001, p.19). Segundo este autor, em poucas situações podemos realmente encontrar exemplos de assimilação – desaparecimento de uma cultura – no caso brasileiro, enquanto que “... a aculturação (a modificação de uma cultura em resultado do contato com uma outra) foi comum, mesmo entre aqueles que, de forma ostensiva, rejeitavam a sociedade majoritária, permanecendo em comunidades fechadas.”(p. 22). Dentro desta categorização, denominam-se teuto-brasileiros, imigrantes que vieram da região da atual Alemanha (KLUG, 2003, NODARI, 2001, TRAMONTINI, 1999).

Para compreender os processos de adaptação de imigrantes e seus descendentes, tanto no caso brasileiro como em outros, tem-se usado atualmente o conceito de etnicidade, ou seja, “... pertencer e ser reconhecido pelos outros como pertencente a um grupo étnico”(NODARI, op. cit., p.33). Uma excelente revisão bibliográfica sobre o tema pode ser encontrado nas obras de Philippe Poutignac, Teorias da Etnicidade, e Katheleen Conzen et al., The Invention of Ethnicity: a perspective from the USA. Uma tentativa de criar um conceito para compreender o fenômeno da etnicidade foi desenvolvida inicialmente por Shills e Clifford Geertz, na década de 1960. Tal teoria é denominada de primordialista por defender a tese de que o ponto de união de um grupo étnico estaria na sua suposta ancestralidade comum, tendo esta existido de fato ou não. Segundo seus autores, “...os vínculos primordiais são dotados de uma significação infável como aquela que se atribui aos vínculos de parentesco, e são caracterizados pela intensidade da solidariedade que suscitam, por sua força coercitiva e pelas emoções e o sentimento de sagrado que lhes são associados.” (POUTIGNAC, 1998, p.88).

Já na década de 1970, Glazer e Moynihan desenvolveram uma nova teoria, denominada instrumentalista ou mobilizacionista, que definia os grupos étnicos como grupos de interesse. Segundo esta teoria, a identidade étnica se tornaria fator efetivo de mobilização do grupo em busca de obje-

tivos políticos e econômicos comuns. Segundo Nodari (2001, p. 35), devido às condições desiguais em que as pessoas vivem atualmente em sociedades compostas por vários grupos étnicos, estas poderiam organizar-se melhor nestes grupos étnicos do que em classes sociais para alcançarem seus objetivos sócio-econômicos.

Uma outra teoria que analisa a etnicidade como forma de interação social foi desenvolvida na década de 1970, por Fredrik Barth. Este autor desenvolveu o conceito de fronteiras étnicas e deu ao conceito de etnicidade características mais dinâmicas em oposição a concepção estática dos teóricos primordialistas. Segundo a teoria de Barth, a identidade étnica é "... construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem os limites entre tais grupos, definindo os que o integram ou não." (LAPIERRE, 1998, p. 11).

Mais recentemente, Katheleen Conzen et al (1992) apresentam uma nova teoria que postula que a etnicidade é um processo de construção ou invenção que incorpora, adapta e amplia as solidariedades comunitárias culturais e memórias pré-existentes" fundamentadas dessa forma na experiência social (Nodari, 2001, p. 35). Segundo esses autores, as identidades são construídas e reconstruídas na mesma proporção em que se modificam as realidades interna e externa do grupo étnico. É dentro desta perspectiva que este artigo se organiza.

O ato de migrar configura, dessa forma, uma forte mudança nas estruturas da identidade étnica. A inserção dos indivíduos numa nova realidade econômica, política e social, muitas vezes, os obriga a rever relações sociais e de trabalho, hábitos e tradições, enfim, aquilo que o identificava em sua comunidade de origem. A chegada de novos personagens geralmente causa conflitos, principalmente pela diferença, pela oposição nós- outros. "A diferença é constantemente ratificada, o que, por sua vez, transforma-se num dos fundamentos para o caráter étnico da organização social dos colonos, da construção e reafirmação do mito de origem comum, com tradições, língua e religiosidade partilhada e contrapostas às dos nacionais." (TRAMONTINI, 1999, p. 1163). A necessidade de superar conflitos e sobreviver diante da diferença faz com que os grupos étnicos renegociem e reconstruam suas identidades muitas vezes, ao longo do tempo.

2 Imigração - Colonização

A partir do século XIX, começam a surgir em alguns meios acadêmicos europeus a idéia da desigualdade das raças humanas. Diversas teorias foram propostas na tentativa de demonstrar a superioridade racial européia e, assim, justificar as atitudes imperialistas das potências daquele continente. Tais teorias impulsionaram os nacionalismos ocidentais e junto com as idéias de cultura própria, história nacional e território formaram o ideário das ideologias nacionalistas na Europa (SEYFERTH, 2000, p. 83).

Estas idéias influenciaram o pensamento das elites políticas e intelectuais brasileiras que visualizaram uma maneira de impulsionar o país a “estágios mais avançados” tanto social quanto economicamente: a imigração. Através da vinda de imigrantes seria substituído, paulatinamente, o trabalho escravo e, pela miscigenação, poderia - se branquear a população, surgindo daí, um tipo genuinamente brasileiro. O imigrante europeu seria o mais adequado a estes objetivos.

O binômio imigração-colonização foi bastante forte durante o Império e seguiu na República. As elites políticas e intelectuais queriam para o Brasil uma imigração preferencial de lavradores brancos europeus que pudessem implantar no país uma nova forma de produção agrícola, baseada na pequena propriedade” (p. 84 idem). Mas os grupos migrantes não corresponderam exatamente às expectativas. Devido às circunstâncias de sua chegada e instalação e às conseqüentes renegociações identitárias pelas quais passaram neste processo, muitos optaram por manter sua ligação sentimental com a terra natal e acabaram por viver em grupos isolados.

Com o fortalecimento dos nacionalismos étnicos, na Europa na segunda metade do século XIX, o Brasil vê-se diante do impasse de homogeneizar sua população para poder construir a identidade étnica do brasileiro. Nesta tarefa, esbarra nas etnicidades construídas a partir da experiência compartilhada no processo imigratório, o que a dificulta muito o processo. Segundo Giralda Seyferth (p. 88) “ neste contexto, a etnia paradigmática da exclusão é a alemã, considerada a mais irredutível ao caldeamento e assimilação”.

Apesar deste problema, o tema do branqueamento no Brasil chega até a primeira metade do século XX, mas muda de tom a partir da década de 30, quando a preocupação com a etnicidade do brasileiro se alia ao

“perigo estrangeiro” no período dos grandes conflitos mundiais. Mesmo assim, a idéia de branqueamento através da miscigenação e assimilação esteve sempre presentes no discurso nacionalista brasileiro .

A partir do regime autoritário do Estado Novo, esta vindoura homogeneidade nacional, aliada ao perigo, representadas pelas ideologias nazi-fascistas, para a soberania nacional serviu de justificativa para uma campanha - no sentido militar da palavra – para “abrasileirar” as comunidades etnicamente organizadas. Isto ocorreu através de práticas assimilacionistas ou mesmo à força, inclusive, com intervenção militar. Segundo Seyferth, “a assimilação forçada começou, formalmente em 1937, com a proibição do ensino em língua estrangeira e prosseguiu em 1939 com o fechamento de todas as instituições comunitárias que pudessem remeter a sentimentos de pertencimento primordial às nações de origem. Logo depois houve a proibição do uso de línguas maternas em público e o cerceamento geral das liberdades individuais de todos os que não fossem considerados suficientemente brasileiros”, buscando pôr, de fato, em prática as expectativas de branqueamento e unidade nacional.

O processo desencadeado a partir do Estado Novo, provocou uma nova reelaboração das identidades étnicas dos teuto-brasileiros. Segundo Klug (2003, p.8), “... neste empreendimento cultural/militar, a identidade teuto-brasileira foi violentamente sufocada.”. Assim, com a repressão, a identidade étnica teuto-brasileira foi reelaborada, reconstruída, buscando adaptar-se às exigências da nova realidade que se apresentava. Esse processo de reconstrução aconteceu de modo peculiar dentro de cada grupo ou comunidade.

3 São Martinho

Os colonos que fundaram São Martinho, chegaram ao porto Rita Maria, em Desterro, dentro do modelo oficial de imigração. Dirigiram-se inicialmente à Colônia Teresópolis, “... a 48 km da capital sobre a estrada de Lages [que] foi criada pelo governo imperial em 1859...” e ocupada, inicialmente, por colonos alemães provenientes das fazendas de café do Rio de Janeiro (DIRKSEN, 1995, p. 45). À medida que mais famílias eram introduzidas na região, a colônia começou a expandir-se pelo vale do rio Cubatão e seus afluentes. Dentre os afluentes, encontra-se o rio Capivari

que nasce a 800 m acima do nível do mar, na serra do Cubatão, corre no sentido norte-sul até desaguar no rio Tubarão, formando um fértil vale. No alto do vale surge São Bonifácio e no baixo vale, São Martinho.

A princípio a região pertencia à comarca de Laguna que distava um dia e meio a cavalo, segundo Dirksen (1995, p. 103). Em 1890 é criado o município de Imaruí, abarcando São Martinho. Este seria elevado a distrito apenas em 1892.

Os caminhos seguidos pela comunidade teuto-brasileira de São Martinho para reelaborar sua identidade étnica, expressam a maneira pela qual o grupo reagiu às mudanças em sua prática cotidiana, a partir das restrições estabelecidas pelo Estado Novo. Tais mudanças tiveram seu auge na década de 60, com o êxodo rural que marcou a sociedade brasileira deste período.

Desde o início da colonização da região, pouco receberam os colonos do governo brasileiro. Não houve preocupação com acesso e escoamento da produção, educação ou saúde: “O governo não dava nada. Os colonos se juntavam, faziam o tijolo a braço, puxavam carro de boi, levantavam as paredes com massa de barro”. (May, 2005).

Segundo Tramontini (1999, p. 1163), o governo tinha dificuldades em “definir e delimitar o espaço social e político deste grupo social”. Considerava-os cidadãos, exigindo-lhes os votos nas eleições, sem, no entanto, provê-los. E, assim, continuava reafirmando as diferenças.

Apesar deste isolamento em que se encontravam com relação ao governo federal, sempre houve algum tipo de contato com outros grupos étnicos do entorno. Segundo a senhora Lúcia Hülse:

“Lá era assim, a maioria das famílias tinham empregados durante a semana, lá de Imaruí de onde o pessoal vinha trabalhar. As pessoas sempre vinham, a gente sempre tinha pessoas que falavam português em casa, empregadas domésticas. Eles queriam aprender, muitas pessoas que não tinham escolarização queriam aprender o português com essa gente.”

Nesta situação de alteridade, o grupo construiu ao longo do tempo sua identidade. Essa construção ocorreu a partir de diferentes vivências como a Igreja, o futebol e principalmente a escola que, aliadas à família, eram mantenedoras da língua alemã.

“A gente acompanhava o futebol. Uma vez a cada três meses tinha um torneio e à tarde tinha também dança. E aí a gente se divertia. As festas eram feitas nos salões das comunidades, cada comunidade tinha seu salão.” (Hülse, 2005).

Outra característica da organização social da comunidade eram os casamentos intra-grupo. A senhora Cerena May nos conta que “não havia outras pessoas lá, a não ser os trabalhadores diaristas, os camaradas, e com estes dificilmente alguém se envolvia. Caso isso acontecesse haveria fortes restrições. Assim, só restavam os descendentes de alemães com quem era possível se relacionar.”

A escola apresentava-se neste grupo também como de grande importância. Assim como em muitas outras colônias teutas, a comunidade de São Martinho dava grande importância à educação básica de seus filhos. No início da colonização, assim que se estabeleceram, logo os colonos construíram uma pequena escola. O senhor João May, hoje com 83 anos, lembra que “a escola era lá do outro lado do rio, não era onde é hoje. Era uma escola que os colonos construíram.”

Dirksen (1995, p. 124) informa que desde 1910, São Martinho possuía escolas comunitárias confessionais, cujos professores eram pagos pelos pais dos estudantes. Em 1918, a principal escola da região tornou-se pública: a Escola Mista Estadual Rio Capivaras. Em 1938, após a abertura da estrada geral, a escola foi transferida para o povoado de Praia Redonda.

Apesar das várias dificuldades para freqüentar a escola, como problemas de acesso ou a necessidade de liberar braços do trabalho cotidiano, a imensa maioria das crianças freqüentava a escola por pelo menos alguns anos. A senhora Cerena May relata que: “Era uma escola reunida do 1º. ao 4º. ano, havia só um professor que dava aula para todos na mesma sala, apenas divididos em grupos. Ali, as crianças freqüentavam a escola, no máximo, por 4 anos. Quem quisesse estudar mais tinha que sair de lá.”

No período de análise, uma grande ruptura ocorreu, com a proibição do ensino em língua alemã e a introdução de professores de outras regiões. Em 1937, com a instauração do regime ditatorial de Getúlio Vargas, o Estado Novo, Nereu Ramos foi nomeado interventor de Santa Catarina. Segundo Campos (1999, p.149), o governo de Nereu Ramos, neste período, estabeleceu um projeto assistencialista com investimentos sobre a socieda-

de nas áreas de saúde, higiene e educação. “ Teve o caráter de educar a população , seu corpo, sua mente, disciplinando hábitos e comportamentos”. Durante seu governo, o interventor utilizou-se da bandeira da educação para aglutinar amplos segmentos da elite estadual. Para tanto, buscou aperfeiçoar e ampliar o sistema escolar como a única maneira de alcançar o objetivo de educar a população.

Este governo criou várias normas para tornar obrigatória a frequência escolar para utilizar a educação como ferramenta nacionalizadora, unificando costumes e língua. Uma de suas primeiras atitudes foi, então, a proibição do ensino em língua estrangeira. O último professor que ensinava em língua alemã em São Martinho foi Fridolino Hülse. A senhora Lúcia Hülse conta que “meu tio era o professor, foi transferido para Conguiri que era uma comunidade de Imaruí e a professora de lá teve que vir trabalhar em São Martinho”.

Esta transferência ocorreu em 1940. Segundo Dirksen (1995, p. 129), tal ruptura promoveu algumas alterações fortes nas vivências da geração que estava frequentando a escola neste período. A princípio percebe-se o choque lingüístico, pois muitas crianças não sabiam falar a língua portuguesa e, portanto, encontravam sérias dificuldades de comunicação com os novos professores.

Com o tempo, essa dificuldade de comunicação tornou-se a obrigação de saber o “brasileiro” para não “passar vergonha”, como conta o senhor João May: “ Nós não falávamos o português em casa, ninguém sabia. Mas quando vieram os novos professores, tivemos que aprender porque senão quando a gente falava alguma coisa em alemão as pessoas riam de nós. A gente não gostava.” Assim percebemos que, através das crianças que frequentavam a escola, o idioma nacional disseminou-se aos poucos entre as famílias de São Martinho.

Ainda por ocasião das medidas restritivas impostas pelo Estado Novo, diversas outras situações foram percebidas pela comunidade. Como conta o senhor Marino Ricken cuja família vivia em uma propriedade na região central da comunidade: “ Havia um Davi que era espião, assim camuflado. Estava ali para ver quem estava falando alemão. Nem em casa era permitido falar alemão. Às vezes a gente falava, porque nós não sabíamos falar brasileiro direito e a mãe gritava para ficar quieto.”

Segundo o senhor João May, o fato das lideranças da comunidade serem francamente favoráveis ao prefeito de Imaruí, fez com que os moradores de São Martinho não fossem excessivamente perseguidos: “Em São Martinho não aconteceu nada grave porque o prefeito deu cobertura, ele disse pra deixar eles lá que não estão fazendo nada, era o Pedro Bittencourt. Nereu Ramos era o governador, ele era meio covarde. Era bem interior, nem estrada não tinha.” O senhor José Feuser também se recorda deste fato: “O Pedro Bittencourt dizia que no município dele, ele mesmo tomava conta. Parece que ele foi até nomeado capitão naquela época” (Feuser, 2005).

Ainda assim, as medidas oficiais mudaram muitas práticas cotidianas dos teuto-brasileiros da região. Marino Ricken diz que :

“Armas eram escondidas, espingardas também não podia ter. Na nossa casa foi tudo escondido nas caixas de abelhas. Além disso, na casa da minha avó tinha um bauzinho que foi enterrado e eu nunca mais vi. Nesse baú tinha a Bíblia e outros livros em alemão. Não podia. Até as assinaturas de revistas eram confiscadas no correio.”

O senhor João May também faz referência à proibição de documentos impressos na língua alemã: “Nós tínhamos o livro com os vocabulários, nós tínhamos que aprender pelo livro. Eles até recolhiam os livros em alemão, queimavam, uma burrice. Não era necessário fazer, era por causa da guerra.”

Percebe-se até mesmo na questão dos nomes dados às crianças, uma preocupação relacionada às práticas do Estado Novo e à Segunda Guerra Mundial. A senhora Lúcia Hülse conta que “até mesmo um tio meu que usou o nome de Adolfo para batizar um filho, foi chamado a atenção”.

Inclusive sobrenomes foram alterados no intuito de “abrasileirar” e, assim, evitar represálias. A senhora Cerena May diz que:

“Nós somos oito filhos, os quatro últimos que nasceram em 1942, 1944 e 1946 foram batizados com sobrenomes diferentes. Nosso nome é May e meu pai registrou Mai. Ele tinha medo de perseguição. Sempre quisemos ter o nome verdadeiro, é mais bonito. Eu mesma nunca assinei desse jeito. Assim que pudemos, entramos na justiça e conseguimos mudar. Mai não significa nada”

No entanto, tais alterações aparecem apenas nos documentos prove-

nientes do cartório de registro civil da localidade. Uma observação atenta dos livros de registros de batismo da paróquia, os nomes aparecem invariavelmente com a grafia original.

Com o fim da guerra, muitas dessas medidas foram revogadas, mas, seus efeitos jamais foram apagados. Na década seguinte, ao final da 2ª. Guerra Mundial, iniciaram-se as obras de construção da estrada para Tubarão. A estrada vinha resolver o problema de acesso e escoamento de mercadorias que os colonos enfrentavam. Segundo o senhor João May : “Lá no Salto de São Martinho era o tio Paulo, irmão do meu pai quem tinha comércio e a mercadoria descia em canoa até Armazém ou Gravatal, e lá tinha um barco melhorzinho e daí esse levava até Laguna, onde o vapor do Hoepcke levava pra Florianópolis”.

Com a abertura da estrada, no entanto, começaram a chegar novas famílias à região. Nesta mesma época, muito membros da comunidade e até famílias inteiras deixaram a região em direção aos núcleos urbanos regionais como Tubarão, Criciúma, Forquilha entre outros. Tais migrações ocorreram por diferentes motivos, como a necessidade de estudar, conseguir empregos ou ainda pela ilusão de que a cidade traria uma vida menos sacrificada. A senhora Ludmilla May diz que: “na colônia nós trabalhávamos muito, você nem imagina, trabalhávamos de sol a sol. Até mesmo para ir à escola tínhamos que ir correndo e sempre chegávamos atrasados de tantas coisas que tínhamos que fazer”.

A partir deste processo de inserção de novas famílias na região, aos poucos vão tornando-se mais comuns os casamentos interétnicos. No entanto, vários exemplos mostram que muitos filhos destes casamentos assumiram a identidade étnica teuto-brasileira e foram naturalmente aceitos pela comunidade. Além disso, diversas famílias que deixaram a região, continuaram cultivando a identidade teuto-brasileira e, mesmo de forma esporádica, participando das solidariedade grupais. Segundo a senhora Cerena May “mesmo quando já estávamos em Criciúma, sempre mandávamos e recebíamos notícias, sempre tínhamos visitas e acolhíamos parentes que vinham de lá”.

4 Conclusão

O processo de assimilação forçada, imposto pelo governo brasileiro

durante o regime ditatorial de Vargas, não alcançou o objetivo de homogeneizar a população. Este processo serviu como motor para a reconstrução da identidade étnica de muitas comunidades, como a comunidade teuto-brasileira de São Martinho. Enquanto de um lado havia a exigência social de mudança de comportamento para adaptar-se a nova realidade, por outro havia o desejo de manter a mesma mentalidade, o mesmo imaginário, as mesmas práticas cotidianas que constituíam a base de sua identificação étnica.

As memórias das pessoas pertencentes à comunidade de São Martinho no período estudado, ilustram a maneira pela qual ocorreram as continuidades e inovações dentro do processo de reconstrução de sua etnicidade. Segundo Conzen (1992, p.5) “o conceito de invenção permite o aparecimento, a metamorfose, o desaparecimento e o reaparecimento das etnicidades”.

Na comunidade de São Martinho, as mudanças ocorreram, principalmente, na esfera do público e, aos poucos, foram sendo absorvidas no mundo privado. A partir das modificações causadas pelas restrições oficiais aos descendentes de imigrantes, somadas à súbita facilidade de acesso promovida pela construção da estrada, a ampliação dos contatos com outros grupos étnicos e a saída de muitas famílias da comunidade, bem como a inserção de outras, provocaram a reelaboração da identidade étnica deste grupo específico. O senhor João May coloca que : “assim eram todos registrados brasileiros, mas é claro, sempre tem uma saudade da origem, isso não se acaba, isso já está no sangue”.

Dessa forma, apesar da reelaboração de sua etnicidade, a identidade étnica teuto-brasileira dos moradores de São Martinho e seus descendentes se manteve, e continua sendo perpetuada através do ensino da língua alemã como língua materna e fator de identificação do grupo, através do registro de sua história, seus costumes e tradições e ainda através de festas e comemorações que ressaltam o caráter étnico do grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Cynthia Machado. *As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas*. In: BRANCHER, Ana. **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 149 – 166

CONZEN, Katheleen Nehls; GERBER, David ^a; MORAWSKA, Eva; POZZETTA, George E.; VECOLI, Rudolph J. *Fórum – The Invention of Ethnicity: A Perspective from the U.S.A.* In: **Journal of American History**, Fall :1992

DIRKSEN, Valberto. **Viver em São Martinho: a colonização no vale do Capivari.** Florianópolis: Edição do autor, 1995.

FEUSER, José. Entrevista concedida a Paola May Rebollar, Vargem do Cedro, julho de 2005

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996

HÜLSE, Lúcia. Entrevista concedida a Paola May Rebollar. Florianópolis, maio de 2005

KLUG, João. **A imigração alemã e a construção da identidade teuto-brasileira no sul do Brasil.** ADLAF – Jahrestagung/ 2003. Institut und dem Seminar für Wissenschaftliche Politik der Albert- Ludwigs Universität. 13 – 15 de novembro de 2003, Freiburg, DE

LAPIERRE, Jean Willian. “Prefácio”. In: POUTIGNAC, Philippe. **Teorias de Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LESSER, Jeffrey. *O Hífen Oculto.* In: **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil.** São Paulo: Editora da UNESP, 2001, p. 17 – 35.

MAY, Cerena. Entrevista concedida a Paola May Rebollar, Criciúma, maio de 2005

MAY, João. Entrevista concedida a Paola May Rebollar, Criciúma, maio de 2005

NODARI, Eunice Sueli. *O Oeste de Santa Catarina e a renegociação das fronteiras étnicas.* In: **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n.9, 2001, p. 29 – 50.

POUTIGNAC, Philippe. **Teorias de Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RICKEN, Ludmila May. Entrevista concedida a Paola May Rebollar, Criciúma, maio de 2005

RICKEN, Marino. Entrevista concedida a Paola May Rebollar, Criciúma, maio de 2005

SEYFERTH, Giralda. *Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão migratória no Brasil.* In: ZARUR, Jorge Cerqueira Leite. **Região e Nação na América Latina.** Brasília: Editora da UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 81 - 109

TRAMONTINI, Marcos Justo. *Etnicidade e Política.* In: **Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História: História: Fronteiras.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: ANPUH, 1999, p. 1159 – 1168.

Locomotiva¹

Artigos

A Companhia de Colonização Hanseática começou a lotear os terrenos de sua concessão nas margens do rio Hercílio, ou seja, Itajaí do Norte, por volta de 1900, o que tornaria ainda mais precária a situação de transporte dos produtos coloniais. Visando dirimi-la em 18 de dezembro de 1899, plantava-se solenemente a estaca zero da primeira Estrada de Ferro Santa Catarina, a “Tramvia a vapor Blumenau Aquidaban”, que tinha como concessionário von Ockel. Infelizmente a estrada não passou daí.

No ano de 1904, Pedro Christhiano Feddersen entrou em contato, na Europa, com os círculos influentes da Alemanha, interessados em desenvolver um centro importador de produtos alemães, como já era o Vale do Itajaí. Nesse mesmo ano a Cia. Hanseática, de Hamburgo, recebia do governo do Estado de Santa Catarina (Decreto nº 227, de 26-09-1904) a concessão para construir e explorar a Estrada de Ferro. No ano seguinte foi levado a efeito o levantamento topográfico.

A 26 de fevereiro de 1906 era a concessão transferida à Sociedade Anônima Estrada de Fer-

¹ Fonte: Revista Paulista de Indústria. Data: Setembro de 1954 – nº 26 – Ano IV p. 281/282.

ro Santa Catarina, com sede em Berlim. A construção foi iniciada, em 2 de dezembro de 1906, a cargo da sociedade construtora de Artur Koppel & Cia. (Berlim), que construiu, em condições econômicas a pequena estrada colonial entre Blumenau e Hansa, com 69,700 Km. O primeiro trecho de Blumenau a Warnow, foi inaugurado no dia 3 de maio de 1909. Ficando o 1º de outubro, o tráfego aberto, até Hansa.

Oficialização da estrada de ferro

Atendendo à importância dessa via, sob o ponto de vista econômico e estratégico, o Governo Federal encampou, pelo decreto n. 9.155, de 29-10-1911, o trecho construído e, por ato de 26 de dezembro do mesmo ano, arrendou à Companhia, ex-proprietária, pelo prazo de 60 anos a exploração da rede que se formaria com os prolongamentos até o Peperi-guaçu, Itajaí e construção do ramal de Brusque.

Os estudos procederam-se da alteração do traçado, partindo do porto de Itajaí, nos anos de 1913 e 1914. Em consequência do estado de guerra entre o Brasil e o Império Alemão, através do Decreto nº12.907, de 6-3-1918, o contrato com a Companhia, de propriedade alemã foi rescindido passando a estrada à administração do Governo Federal.

Em 9 de abril de 1919 (decreto n. 13.539) a “Companhia de Navegação Fluvial a Vapor Itajaí-Blumenau”, com 72.300 m de linha de navegação, foi incorporada à Estrada de Ferro Santa Catarina. E, em outubro de 1922 através do (decreto n. 15.152, de 2-12-1921) a União arrendou a Estrada, por 30 anos, ao Estado de Santa Catarina. Esse arrendamento, pela lei 771, de 21-7 de 1949, foi prorrogado por mais 30 anos.

A construção do prolongamento da linha Itajaí-Blumenau iniciou-se a 10 de maio de 1926. A primeira linha de penetração inaugurada foi a do Km 63, estação de Subida a Lontras, inaugurada a 1º de abril de 1929. A 10 de agosto do mesmo ano ficava concluída. Com a revolução de 1930 paralisaram-se todos os trabalhos. Na serra, com a participação ao Governo do Estado foram, anos mais tarde, retomados os trabalhos e concluída a construção até Barra do Trombudo, trecho inaugurado em 24 de julho de 1937. Onde ficaram paralisados. Em janeiro de 1938 a EFSC inaugurava-se o trecho rodoviário de 15 Km entre Ibirama e Presidente Getúlio. A penetra-

ção para o Oeste catarinense foi reiniciada em 1948, tendo sido terminado o primeiro avançamento de 12 quilômetros até Trombudo Central, tendo sido iniciado o assentamento de trilhos.

Para além de Trombudo Central, a construção prosseguiu numa extensão de 24 quilômetros. No sentido do Porto, foi concluída em 1950 a segunda ponte sobre o Itajaí. Iniciou-se, também, em ritmo acelerado, a construção do ramal Itajaí-Brusque que se encontra em fase adiantada. Se não houver esmorecimento no impulso de construção, dentro em pouco a E.F.S.C. atingirá a primeira etapa de sua finalidade econômica, entroncando-se com a linha Rio Negro-Caxias e ligando esse traçado ao principal porto madeireiro da América do Sul: Itajaí. A extensão, em tráfego da rede é de 114,200 Km. Tem como diretor o Eng. Bráulio Mueller.

Errata

Na edição de N° 11/12 – Novembro / Dezembro – 2005, no texto de Luiz Carlos Henkels, **“Macuca, patrimônio histórico do Vale do Itajaí”**, a fotografia da página 100, foi publicada erroneamente.

Na realidade a foto publicada mostra uma locomotiva, marca BORSIG, rodagem 0-6-4T, realmente a N° 1 entre 1908 e 1932. No entanto, em 1932 estas locomotivas foram sucateadas, motivando uma renumeração nas máquinas da EFSC, conforme texto do autor.

A Macuca, que até então era a N° 3, **somente a partir de 1935 teve o direito ao uso do glorioso N° 1**, em decorrência desta renumeração, também conforme o texto do autor.

Foto da Macuca, no pátio das oficinas em Itoupava Seca, nos anos 50, já no final das suas atividades ferroviárias. Notem a lenha que aparece junto à porta da cabine, e que conforme o texto do autor, deu muita dor de cabeça ao picador de lenha, que precisava cortá-la especialmente para as dimensões da fornalha e depósito desta locomotiva. Deve-se reparar também a placa contendo dados de fabricação da Macuca, logo abaixo da placa do número, que infelizmente desapareceu no período em que a locomotiva passou a ser exposta em praça pública.

Autobiografia

Prof^a. Júlia Strzalkowska¹

Autobiografia

A intenção de publicar a biografia da professora Júlia Strzalkowska é trazer para o conhecimento do leitor a história de uma personagem que dedicou toda a sua vida ao ensino. Júlia Strzalkowska escreveu sua própria biografia, portanto deve ter selecionado os melhores e certamente classificado os difíceis momentos de sua história de vida. O texto inicia com um breve histórico da criação da extinta Escola São José. Vamos então aos fatos:

A Escola São José

Até o ano 1928 no Garcia havia apenas uma escola, na rua Amazonas, onde agora está o quartel, e outra na rua Progresso, havendo entre uma e outra mais de 5 quilômetros. As crianças em idade escolar, da atual rua da Glória, que naquela época se chamava “Specktiefe”, tinham de percorrer a pé aquelas distâncias.

Frei Beda Koch vinha semanalmente à Specktiefe ministrar doutrina para as crianças daquela zona.

¹ Faleceu em 30 de maio de 1982.

Viu a necessidade de uma escola naquele centro, pois a doutrina que dava, era em casa da senhora Clara Schatz. Convocou os moradores daquela zona para uma reunião e tratou logo do caso: “Uma escola paroquial”. Combinou-se que a escola seria particular-paroquial e iria funcionar em casa alugada do Sr. Carlos Loos. Todos concordaram. E o material didático, arranjar de onde?

A paróquia de São Paulo Apóstolo cedeu 10 carteiras que eram bancos feitos a facão e havia lugar para 6 alunos em cada banco. Quem seria o professor?

Frei Beda soube que uma professora estava apta para assumir o cargo, era Júlia Strzalkowska.

Eu nasci no dia 20 de janeiro de 1904, em Massaranduba, município de Blumenau, onde fui registrada. Meus pais: Ignácio Strzalkowska e Adelheit Strzalkowska.

Com 5 anos de idade fui matriculada numa escola particular, situada na propriedade de meus pais. O meu primeiro professor se chamava José Cisz e só lecionava em polonês. Assim aprendi a literatura polonesa.

Quando completei 10 anos de idade, a minha avó, que morava conosco, me levou à cidade de Blumenau (uma distância de mais ou menos 65 quilômetros feitos a pé, em dois dias).

Fiquei matriculada no colégio Sagrada Família, estudando a língua alemã. Gostei muito desta língua e após três meses, já compreendia, falava e escrevia em alemão, com letras góticas.

Em 1918, o Brasil declarou guerra à Alemanha e então o ensino desta língua foi suspenso e tive professora de português: Irmã Conrália, com a qual estudei até o 2º ano Complementar, incluindo no programa o ensino de francês. Em 1921 tinha completado o curso Complementar, equivalente ao atual Ginásio. Durante o tempo em Blumenau, eu já substituía professoras da 1ª e 2ª série primária. O meu desejo era ser professora de verdade. E sabe? Fui mandada a Rio Negro, no Paraná. Lá lecionei no 1º ano do Colégio São José.

A passagem mais importante para mim foi o que segue: Em 1922, o Brasil inteiro comemorou e festejou o 1º Centenário de sua independência.

Também o Colégio São José tomou parte dos festejos centenários. Houve muitas passeatas, música e cantos. Justamente no dia 7 de setembro choveu muito e os festejos eram comemorados em clubes e salões e a passeata foi feita no mês de outubro. Em princípios do ano de 1923 segui para Florianópolis. Matriculei-me na Escola Normal Colégio Sagrado Coração de Jesus. Estudei na parte da manhã e à tarde lecionava na 2^o série do curso primário. Em 1925, a superiora do colégio mandou-me a Joinville, onde lecionei até o fim do ano.

Em 1926 fui transferida para São Bento do Sul, ficando no mesmo colégio até o fim de 1927. Em 1928 voltei a Florianópolis e continuei a estudar num curso de letras com a Irmã Cecília e Irmã Benvarda. Não terminei o curso, mas para poder lecionar, prestei exame no Ministério da Educação, sendo examinadores: Dr. Henrique Fontes, Dr. João dos Santos Areão e dona Edésia Aducci. Fui aprovada com o grau 9,8 e recebi um Certificado de Professora, podendo lecionar em qualquer Estado do Brasil. Em fins do ano 1928 voltei a Blumenau para tratamento de saúde, sendo hóspede no Colégio Sagrada Família, e depois fiquei dois meses com meus pais.

A chamado de Frei Beda Koch, em 1929 cheguei a Blumenau e já no dia 2 de fevereiro fui ao Garcia. Chegou finalmente o dia 14 de fevereiro. Uma casa de madeira com janelas de tábuas, sem luz, pois a rua da Glória ainda não estava ligada à rede elétrica. Estava mobiliada com aquele material rústico, à espera dos alunos.

No dia 14 de fevereiro, às 8 horas com a presença do Frei Beda, alguns pais e 48 alunos, deu-se início à inauguração: Frei Beda benzeu a sala, cantou-se do livro “Cecília” Viva Jesus nossa verdade e vida e um Pai-Nosso recitado por todos os presentes. Eu fiz a chamada dos alunos e em seguida um teste com os alunos presentes que constou de um ditado de 5 frases. E como os alunos não possuíam cadernos nem papel disponíveis, toda a classificação foi feita na lousa com lápis de pedra. Depois de verificar os trabalhos, constatei que 20 alunos nada fizeram, 15 alguma coisa e 13 eram regulares. Dividi em 3 classes: 20 – 1^a série; 15 – 2^a série e 13 alunos da 3^a série. Estes alunos, assim classificados, recebiam o ensino

numa só sala, no mesmo horário com uma só professora.

Em fins de 1930, já construído um prédio no terreno adquirido da Sra. viúva Clara Schatz, podia receber os alunos num ambiente mais confortável. Foi neste ano (1930) que a Escola foi confiada à Divina Providência com o nome de Escola Paroquial “São José”. Houve dificuldades financeiras, alguns casos políticos, mas com a proteção divina tudo ficou superado.

Em 1931, já havia 2 professores; eu lecionei para o 2º e 3º e a senhora Elisabeth Margarida para o 1º ano. Outras professoras auxiliares foram: Anita Vogel, Maria Rila, Nadir Gonçalves, Ágatha Schramm, Corina Trilha, Mercedes Trilha, Emeraldina de Jesus, Ana Jacomossi, Clara Pereira e Arnolda Pizeta.

Em 1959, a pedido do Frei João Maria OFM, vieram Irmãs da Província do Sul de Minas e tomaram a direção da Escola São José. Eu fiquei no prédio velho dando aulas para a 5ª série, e os outros alunos se transferiram para o prédio novo, atual Grupo Celso Ramos.

Em 1961, aposentei-me, mas continuei dando aulas particulares e ajudando na catequese no Colégio Pedro II, Escola Barão do Rio Branco, Grupo Escolar de Pomerode e no atual Grupo Júlia Lopes de Almeida, Luiz Delfino e Santos Dumont.

No ano de 1962, a 8 de março, o Vigário Frei Brás fundou a Escola Paroquial São Paulo Apóstolo, recebendo todos os alunos do sexo masculino do curso primário do Colégio Sagrada Família. Fui co-fundadora desta escola, dando aula até o ano de 1972, ao todo 10 anos. Em 1973, a Escola Paroquial ficou anexa ao Colégio Santo Antônio, transferindo-se o corpo docente e discente para o Colégio acima citado, no qual, até a presente data leciono religião e caligrafia nas 2ª e 3ª séries, e atendo a todos os alunos do Colégio no serviço de pronto socorro.

Reminiscências futebolísticas de Blumenau

Dr. Walmor E. Beltz¹

Foto legenda

Desde 1943, e já estávamos em 1948, que o G. E. Olímpico não conseguia conquistar um título da Liga Blumenauense de Desportos, pois seu rival Palmeiras Esporte Clube sempre venciam. Na época, estava na moda possuir um mascote. Ao modelo do Botafogo Clube e Regatas do Rio de Janeiro com seu famoso Biriba.

Nós, do Olímpico, adotamos um belo carneiro lindamente branco e montamos uma máquina de vencer. Ganhávamos a partir daí todos os títulos, invictos, desde a série Juvenil, Aspirante e Titulares, culminando com o tão cobiçado título de Campeão Estadual, invicto em 1949.

Curiosamente, o que dizem as más línguas, a torcida do Palmeiras, conhecida como a da “Farroupilhas”, trucidou nosso inocente mascote. E pasmem, após o desaparecimento dele, perdemos para o Palmeiras o campeonato de 1950. E o pior, o título do Centenário de Blumenau, numa nova partida em que necessitávamos apenas de um empate, derrotados em 31/12/1950 por um a zero, na nossa baixada. Não acredito em bruxas, mas que existem, existem.

¹ Médico – desportista - fevereiro de 2006.

Em pé, da esquerda para direita: Pachequinho, Honório, Nicolau, Oscar, René, Jaeger.
Agachados: Testinha, Nicolau, Walmor, Aduci, Arécio, Ana e o carneirinho.
Blumenau, 1949.

Garimpeiros em Botuverá

Dionísio Tomio

Entrevista

Na entrevista realizada no dia 7 de maio, pela acadêmica de História da FURB Josiani Mariani, o senhor Dionísio Tomio descreveu como era a vida dos garimpeiros, sobretudo a sua, em Botuverá na década de 1940. Foi por conta dessa atividade que a demografia se elevou no então distrito de Porto Franco¹, sobretudo no bairro do Ribeirão do Ouro. Porém, as famílias mantiveram como atividade paralela ao garimpo uma agricultura de subsistência.

Natural de Botuverá, Dionísio Tomio, filho de Ermínia e Sílvio Tomio, nasceu em 15 de maio de 1922. Estudou apenas até o terceiro ano primário, na escola da localidade do Lajeado, em Botuverá. Nessa mesma época, foi o responsável por uma espécie de jornal, onde divulgava os principais acontecimentos da pequena comunidade. Hoje, aos 83 anos, é um senhor aposentado que relembra com orgulho seu passado difícil, mas compensador.

JM: Josiani Mariani

DT: Dionísio Tomio

¹ O município de Botuverá, só fora emancipado de Brusque em 28 de abril de 1962.

JM- Quando e por que o senhor começou a garimpar?

DT- Fui junto com o meu pai na primeira vez. Era bem pequeno, tinha oito anos, porque até então ele trabalhou com madeira. Depois, quando se encontrou ouro, ele me levou junto para lavar o ouro. Na primeira vez, achei uma pepita de 8 gramas e dois décimos. Já me deu um orgulho.

JM- Mas o senhor só extraía ouro nessa época, ou se dedicava a outro tipo de trabalho?

DT- O pai tinha família, então, nós trabalhávamos na roça. Ele trabalhou um ano só no ouro. Todo dia nós íamos. Quando eu não ia, ia o João, meu irmão.

JM- O senhor garimpava ouro de aluvião ou havia uma mina?

DT- Era nas gretas de costão. Lavava aquele material e depois ia no túnel.

JM- Então no túnel, o senhor chegou a encontrar um veio grande de ouro?

DT- Tinha bastante! Ainda tem aquele lugar lá que, se fosse feita uma escavação, em duas horas com máquinas, seria possível retirar 2 kg de ouro. O rapaz (referindo-se a um dos filhos) já sabe. Mas agora está tudo parado, não pode mais tirar. Se tiver liberdade (para explorar), o rapaz já sabe onde tem!

JM- Somente os mineiros tiravam ouro aqui, ou qualquer pessoa tirava?

DT- Qualquer um! Qualquer um que quisesse, que fosse acampar com a calha, tirava ouro.

JM- Então as pessoas descobriam que havia ouro e vinham garimpar...

DT- Dizem que foi a defunta mãe, que matou uma marreca e quando limpou achou um pedacinho de ouro igual a um grão de milho. Era uma pedrinha bonita, parecia um grão de milho. Ela botou em cima de um altazinho que nós tínhamos. De vez em quando, caía no chão e eu botava de volta. O nono Bépe Caresia levou a pepita para um marinho. Ele veio porque pensou que se achava ouro aos montes, havia lugares em que teve muito ouro um dia. Eles começaram a pesquisar. Meu tio Luís Caresia pesquisou e achou. Qualquer um se colocava rio afora nas beiradas dos barrancos e pagava renda de 10%.

JM- Então essa terra era arrendada, mesmo sendo na beirada do rio, para que se pudesse garimpar. E nas terras que, digamos, não eram de ninguém, não tinham um proprietário, qualquer um podia tirar ouro?

DT- Qualquer um podia entrar. Só que terras assim, sobrando, não havia. Quase não existiam terras sem donos. Do Ribeirão do Ouro para cima eu conheço pouco, mas sei que não havia devolutos. Ali nos Pavesi havia, foi achado muito ouro. Não sei de certeza, mas ninguém pagou renda lá.

JM- Havia gente que tinha uma outra atividade? Vamos supor: era agricultor e nos finais de semana se dedicava a garimpar ouro?

DT- Tinha a turma que ia, por exemplo, uma semana ou duas. Se achassem ouro ficavam mais tempo, se não iam embora. Aqui trabalhavam mais na roça de milho e aipim. Nós não perdíamos nada indo procurar ouro, não deixávamos de plantar na roça. Primeiro plantávamos, depois íamos procurar ouro. Não havia quem trabalhasse no garimpo e não plantasse milho ou outra lavoura.

JM- Então, apesar de ter muito ouro, ainda assim as pessoas tinham receio e se dedicavam à agricultura de subsistência?

DT- Sim! Elas não deixavam de plantar a lavoura para poderem comer.

JM- Muitas pessoas de outras cidades vieram para Botuverá em busca do ouro?

DT- Houve algumas. Nas terras do Rodrigues tinha a turma do manganês. Foi feita uma escavação lá, bem onde nós achamos aquele ouro para pagarmos a hipoteca. Eu achei o ouro um mês ou dois antes de chegar o prazo final da hipoteca. Eram 100 gramas de ouro, só na minha parte, pois repartíamos na calha o ouro em dois montes. Pesei o ouro com fósforos e com tampinhas de garrafas de cerveja (risos), mas 10g davam 11g e, no vidro, havia 100g que davam 110g, mas eu deixei por 90g para desipotocar a terra.

JM- Então a balança não era muito precisa!?

DT- Não era, mas eu estava contente e dei aquele ouro para ele me dar a terra.

JM- As pessoas que garimpavam tinham algum alvará ou decreto de lavra?

DT- Nada. Naquele tempo não tinha nada. Só combinavam com o dono das terras o arrendamento. Se lá houvesse ouro perguntava-se “Tu podes deixar

garimpar?” “Ah, dá 10%”. Depois, o Santo Comandolli cobrou mais porque não havia pedido para ele, cobrou 3% a mais. Era só “de boca”.

JM- Então não se pagava nem imposto para o governo?

DT- Nada. Nós vendíamos o ouro e ganhávamos o dinheiro. Vendíamos a maior parte para o Santo Comandolli, mas também para o Zé Morelli. Vendi até no exército, aquela vez em que eu tinha uma “baguinha” de 3/10. Era só para mostrar para os outros quando a gente falava do ouro. Era igual a um chumbinho. Um deles lá no exército perguntou: “Quanto tu queres para vender isso aí?” “Dá 10 mil réis que eu vendo”! Ganhávamos 24 mil réis por mês, por isso ele achava caro, mas um dia veio com 10 mil réis. “Eu quero comprar o teu ouro”, e me deu os 10 mil réis.

JM- O senhor ouviu falar do Alexandre Barni ou do velho Bonomini, que também compravam esse ouro e revendiam em Itajaí?

DT- Sim! O Alexandre Barni comprava. Todo mundo comprava esse ouro no preço que estava, porque tinha comissão talvez! Eu vendia a 13 mil réis, mas o meu pai com 140g comprou as terras do Oliveira. Em Tijucas deram-lhe 14 mil réis a grama, e ele comprou as terras por dois contos e duzentos.

JM- As pessoas que trabalhavam no garimpo, trabalhavam por conta própria, ia a família toda trabalhar? Havia mulheres também, ou somente os homens?

DT- Trabalhava um ou outro, talvez um por família, mas nem todas as famílias do Lajeado, somente algumas. Quando iam, tinha o homem, como o Guilherme Caresia, filho do Luís Caresia, mas ele vendia e se enchia de cachaça.

JM- Pessoas contratavam outras para trabalharem no garimpo?

DT- Não! Muito pouco. Eu cheguei a trabalhar de empregado no Arraial do Ouro, em Gaspar, alguns dias.

JM- Contam várias histórias sobre ouro, quase lendas. E tem gente que fala de algum ouro roubado pelos empregados, que às vezes o escondiam. O senhor chegou a ouvir alguma história?

DT- Não! Eu fui muito junto com os amigos, mas nunca tirei um grãozinho de um deles.

JM- Ninguém revistava ou as pessoas confiavam muito?

DT- Tinha gente que revistava. Em Gaspar revistavam, lá havia patrão. Na última calhada no Arraial, tirei uma pepita de 59g limpa, igual a um isqueiro (dizendo isto pegou um isqueiro na mão para mostrar o tamanho da pepita que encontrara).

JM- Essas pessoas que trabalhavam no garimpo, como era a vida delas? Elas tinham uma casa perto do ribeirão onde extraíam o ouro, por só se dedicarem a isso, ou tinham residência fixa aqui? Havia muito luxo naquela época, ou as pessoas eram simples?

DT- Não! Vivíamos na miséria! As ferramentas eram a alavanca, picareta, pá e calha.

JM- Não havia ferramentas mais sofisticadas, como o escafandro?

DT- Ah, tinha um que estava com o escafandro por aí. Era o Paulo garimpeiro, como nós o chamávamos, mas ele era de fora, acho que era de Brusque. Tinha também um motor d'água. Eu sei que trabalhei um pouco por dia, e depois trabalhei um pouco para uma companhia do Nestro, de Itajaí.

JM- Essas ferramentas, eram de ferreiros daqui de Botuverá ou vocês as compravam de outros lugares?

DT- Eram de ferreiros de Botuverá. Eu vi o mercúrio de um homem que veio tirar ouro. Ele botava na calha e fazia uma bola que parecia água, mas era mercúrio. Não tinha lugar que dava para uma turma trabalhar muito tempo.

JM- E como era a rotina? Quantas horas, mais ou menos, se trabalhava por dia, trabalhava-se muito?

DT- Não tinha hora! Sempre que ficava escuro a gente tinha que deixar, mas não tínhamos hora fixa. Quando achávamos ouro, aproveitávamos. Na roça também, quando eram 5 horas, íamos ver o "lacinho"². Vivíamos de caça também, eu sei que em seis meses comemos sessenta tatus, treze pacas, um cuati... fora os peixes, os inhambus (risos). Até no domingo nós íamos lavar ouro na calha, para depois termos dinheiro para gastar no outro domingo.

² "Lacinho" é uma espécie de armadilha para capturar pássaros.

Naquele lugar que eu digo que era o principal, tirávamos 07, 08, 10g de ouro por dia.

JM- O senhor se lembra de algum acidente que tenha ocorrido com algum garimpeiro?

DT- O Colombi ficou debaixo de uma barreira, nos Pavesi. Morreu! Foi machucado com o “casqueirão”³ que caiu em cima dele. Eles o tiraram e levaram para o hospital, mas morreu. Se eu tivesse ido lá talvez o tivesse salvado. Teve uma vez, naquele túnel em que vinham aqueles pedacinhos de barro, eu avisei “sai daí, tá caindo isso aí!”. Quando o tio Guilherme saiu “BROOM” (fazendo som de desmoronamento). Isso foi no último dia antes de eu ir para o exército.

JM- Como era a cidade naquela época? É verdade que o Ribeirão do Ouro poderia ser considerado o centro da cidade de tanta gente que havia lá?

DT- Lá havia muita gente! Havia quase mais gente que em Botuverá. Umás duas ou três vendas bem grandes que eram do Alexandre Barni, Andréas Colzani, Augustinho Werner ... e havia os botecos também! Havia umas trezentas pessoas quando nós estávamos lá.

JM- E a paisagem, o senhor acha que ela se modificou por causa da extração de ouro? Houve algum dano ecológico?

DT- Por causa da extração do ouro, na beirada do rio, não foi destruído nada, nem causou enchente. E aqui no nosso lugar, tem mais ouro ainda do que já foi retirado.

JM- O senhor conhece alguém que tenha ficado rico tirando ouro?

DT- Eu posso dizer que o Santo Colzani e o Henrico José se fizeram com o ouro. Eu vi até 300g de ouro. Ele vendia. Mas eles plantavam a roça também. Tinha a família, mas na maior parte se dedicavam ao ouro. Quem se fez rico mesmo, de poder, foi o Vicente Bissoni. Ele comprou e vendeu ouro, tinha um litro de ouro e deu para o Ernesto Assini, o professor.

JM- Faziam festas quando achavam muito ouro?

³ Viga de madeira que sustentava a barreira.

DT- Faziam festa! O Scarpa comprou uma roda de queijo assim (disse ele fazendo o gesto com os braços para mostrar o quão grande era o queijo). Depois de bêbado, não estavam mais lhe dando cerveja e cachaça, então, começou a quebrar copos porque queria gastar o dinheiro que havia ganhado naquele dia com o ouro.

JM- Então as pessoas gastavam muito dinheiro com festas?

DT- Sim. De manhã diziam “Hoje com o que achamos vamos nos reunir, tomar cerveja e fazer festa!”. Quando chegava a noite faziam festa com aquele ouro. Naquela vez, ele soltou o queijo e foi parar no bueiro porque estava bêbado. Foram buscá-lo e ele passou mal. Depois, faziam comentários da pessoa, imagina!

JM- O senhor chegou a ouvir alguma história sobre ouro escondido? Porque dizem que algumas pessoas, para que outras não achessem o ouro que elas haviam tirado, escondiam dentro do fogão à lenha ou enterravam...

DT- Eu sei que um que veio da Itália escondeu. Enterrou a panela cheia de libra esterlina. Fizeram um fogão à lenha e colocaram a panela no meio. Depois, os velhos morreram. Aconteciam barulhos naquela casa! Vieram dois ou três ali, desmancharam o fogão e foram embora.

JM- Quando e por que o senhor abandonou o garimpo do ouro?

DT- Depois que voltei do exército, em 1947, não me dediquei mais tanto ao garimpo. Seis meses depois me casei, então, passei a ir um mês ou dois por ano, quando não era época de trabalhar na roça. Como tinha serviço por uns oito ou dez anos não fui mais.

JM- Então o senhor se dedicou mais ao garimpo enquanto precisava pagar a hipoteca?

DT- Sim. Isso valeu porque com o dinheiro daquele ouro eu desipotequei essa terra. Ela passou a ser nossa, dei um pedaço para cada um dos meus irmãos. Poderia ser toda minha por causa da hipoteca. Dividi até uma cacimba⁴ que eu fiz. Os velhos falavam para os meus irmãos que eu embolsava dinheiro, então, eles quiseram repartir, queriam trabalhar juntos. Eu queria fazer

⁴ Poço cavado até um lençol de água.

sozinho, mas para comer eles vinham lá em casa. Então, fui embora, arrumei madeira e fiz a casa. Só sei que por sete, oito, dez anos não fui mais garimpar ouro. Depois, passei a ir um mês ou dois por ano. Para mim, valeu! Foi o garimpo que salvou a minha vida. Os velhos diziam que era somente eu quem podia assistir a família e ajudar a crescer junto: “É só Nísio quem pode assistir, se nós morrermos.”

JM- O senhor era o responsável pela família, então?

DT- Não era bem assim. É que eu tive amor pelas palavras, porque o Germano que era o mais velho, não tinha valor nenhum. Os outros pulavam daqui, pulavam dali. Um era pequeno e eu tinha dezessete anos. Aos doze anos, a mãe já me ensinava a enfrentar as dívidas, comprar: “Olha, hoje nós não temos dinheiro, mas na semana que vem ou na próxima a gente recebe e paga.” Tínhamos que fazer essas propostas...

JM- Então, muito obrigado por ter concedido a entrevista.

DT- Imagina! Acho que eu falei até demais... Mas o que eu falei, falei porque sabia que estava certo.

Melado com farinha

Urda Alice Klueger¹

Crônicas do
cotidiano

É uma sexta-feira 13, e na minha cidade de Blumenau faz tanto calor quanto penso o tanto de calor que um dia senti em Cartagena das Índias, no Caribe Colombiano. Sobrevive-se, creio, por conta da magia do canto das cigarras, que lá fora, às centenas, parecem querer cantar até re-bentar, e deixam na boca da gente um gosto como o chocolate que se come no Natal, quando se é criança.

Então, num calorão destes, jamais imaginaria que estaria, faz algumas horas, a ter recordações dos ternos invernos da minha infância, dum tempo da minha vida em que tudo era tão diferente que nem dá para fazer comparações. E o que terá acontecido para me trazer o refrigério dos invernos do passado para dentro desta loucura de calor eivado de canto de cigarras?

Acho que tudo aconteceu porque o tempo passou, e crescemos, e envelhecemos, e minhas sobrinhas e sobrinhos cresceram e tiveram seus filhos e filhas, e agora já é tempo de velhas vivências com os novos membros da família, que ensaiam seus primeiros passos na vida. Para en-

¹ Escritora Blumenauense. Cronista pertencente à Academia Catarinense de Letras. Formada em História pela FURB.

curtar conversa, conto que nesta semana estive acampando por três dias com três dos bisnetos dos meus pais, mais minha sobrinha Anna Paula. Era uma escadinha de crianças adoráveis, entre 3 e 6 anos, Valentina, Alice e Bartolomeu. Diogo não veio; Rafael ainda vai nascer em abril. Foram tantas as vivências nesses parques três dias que penso que sempre terei mais o que escrever a respeito.

Quando soube que haveria tanta gente para acampar e que iria armar minha barraca grande, bateu a preocupação: faltava aonde dormir, precisava de mais colchonetes. Pensei primeiro em comprar alguns modernos colchonetes infláveis, mas aí minha mãe, do alto dos seus 84 anos, me cortou a intenção: ora, deixaria ela os bisnetos dormirem em algo menos que a sua coleção de antigas cobertas de algodão em novelo, verdadeiras relíquias que ela guarda tão ciumentamente desde seus tempos de noiva? Não, claro que não – e ela tirou cada coberta do seu esconderijo, e passou toda uma semana a virá-las e revirá-las ao sol, fazendo o antigo algodão lembrar-se dos seus tempos de planta, e abrir-se em flocos, deixando cada coberta transformada em pura maciez.

O acampamento passou com coisas inesquecíveis, como as crianças a irem dormir com receio do Saci-Pererê, por exemplo, e agora tento retomar a vida e organizar o que ficou a ser organizado. Antes de devolver as cobertas à minha mãe, no entanto, tirei suas capas brancas para lavá-las – e como foi grande o impacto dos primeiros invernos da minha infância que me chegou dentro deste dia de calor!

Ela está aqui, a minha cobertinha de quando tinha menos de 4 anos. Dobrei-a e coloquei-a ao lado do computador, tamanha energia emana. Acabo de medi-la com uma régua: tem um metro de comprimento por 80 cm de largura, e ainda é do mesmo delicado tecido cor-de-rosa que era quando eu era tão pequena! Nem consigo mais definir o tecido: uma cambraia? Uma organza? Não sei; sei que é rosa clarinho, com filas de minúsculas florzinhas vermelhas e azuis, com suas minusculezinhas folhinhas verdes! Seria ela que teria me deixado para sempre este meu gosto pelas roupas cor-de-rosa, pelas coisas cor-de-rosa? Não sei. Sei que está tão frágil que seu tecido fino se rompeu um pouco, quando a dobrei, mas internamente deve continuar forte e quente, e é tão macia!

Dentro do calorão e do som das cigarras viajei para aqueles meus

primeiros invernos, para os dias sombrios com o som soturno das trovoadas, quando os pés ficavam gelados dentro das Alpargatas Roda enquanto eu espiava soturnamente os grandes, imensos mistérios da natureza lá fora.

Minha mãe era uma moça, naquele tempo – só eu é quem pensava que ela era velha. Naqueles dias de chuva ela sabia como distrair a criança que era eu - enquanto ela passava roupa a ferro ou costurava, colocava no chão minha cobertinha cor-de-rosa para que eu brincasse sobre ela, e me dava para comer a iguaria daqueles tempos: um pires com um pouquinho de melado e farinha de mandioca, junto com uma colherinha. Uma criança muito pequena levava a tarde inteira misturando o melado com a farinha, e comendo aquela coisa deliciosa! E as trovoadas, e as névoas, e os aguaceiros, e as garoas, e a escuridão precoce daquelas tardes tornavam-se ainda mais misteriosas e encantadas, porque havia o gosto bom do melado e o aquecimento macio da cobertinha cor-de-rosa, e aqueles dias se tornaram inesquecíveis na minha vida!

Agora, hoje, século XXI, tempo de edredons e outras novidades, dentro do calor de janeiro minha cobertinha cor-de-rosa ressuscita e me dá o maior baque de emoção – e revivo todo o cenário daqueles invernos onde usava casaquinhos de pelúcia vermelha, onde minha mãe costurava cantando hinos religiosos, e na minha boca, como há tantos anos não acontecia, como está forte, de novo, o gosto inigualável do melado com farinha dos dias de chuva!

Será que ainda devolvo essa cobertinha para a minha mãe?

A grande homenagem ao Cel. Cmte. "Benfeitor de Blumenau"¹

Fragmentos de
nossa história local

Este artigo, publicado originalmente no jornal Cidade de Blumenau, em 26/06/43, diz respeito à homenagem que as classes médica, empresarial e política de Blumenau ofereceram ao Cel. Oscar Rosa Nepomuceno (sendo substituído em seguida pelo Ten. Cel. Ademar Vilela dos Santos) pelos seus esforços diante da luta contra a epidemia de malária, que assombrava o município naqueles anos. Leve-se em consideração que o referido Cel. Nepomuceno também era o oficial responsável pela direção da Campanha de Nacionalização, no município e região, sendo que, em sua fala, pode-se perceber que ele quase não faz distinção entre a luta contra a malária e a luta pela nacionalização. Há outros pontos a serem observados neste artigo, tais como a linguagem utilizada nos discursos: um misto de imagens poéticas entrelaçadas com mensagens políticas que, de certa forma, nos dão uma noção do contexto em que foram proferidas.

¹ Jornal Cidade de Blumenau, 26/06/43, n. 80, ano XIX.

Prof. Roberto Caresia

Quando dizemos nesta apresentação sobre a grande homenagem que Blumenau prestou ao Cel. Cmte, “Benfeitor de Blumenau” é porque ninguém empresta nem emprestou igual título a nenhum outro comandante que nos tivesse sob suas honrosas ordens, que senão ao Cel. Oscar Rosa Nepomuceno.

Aliás, desde Curt Hering, como homem público afeto à nossa comunidade, é o Cel. Rosa Nepomuceno que se apresenta como um dos mais perfeitos conhecedores das nossas necessidades imbuindo-se do propósito de solvê-las o mais rápido possível, dentro do curto prazo que os altos interesses do Exército nô-lo permitem entre nós, para que não se tornem estas necessidades, futuros problemas ou surtos insolúveis de política...

Pudera, pois, que esta homenagem brilhante ‘bota-fora’ que fizemos ao Sr. Cel. Oscar Rosa não fosse senão a demonstração vitoriosa do primeiro ano de luta que o ilustre Cmte do 32° B.C. empreendeu entre nós.

Pudera, mas infelizmente assim não é! Fiquemos, pois, com a triste realidade: a saída do Cel. Oscar Rosa Nepomuceno de Blumenau!

O banquete

Homenageado o Sr. Cel. Oscar Rosa Nepomuceno, ilustre Comte. do 32° B.C., em sua partida para a Capital Federal. Blumenau, por sua mais escolhida representação, ofereceu-lhe um banquete de 200 talheres no Carlos Gomes e que foi abrilhantado pelo “Jazz do 32° BC”.

Mas, além de elementos locais, vimos no ato uma luzidia representação dos municípios de Timbó e Indaial, liderados pelos seus ilustres prefeitos Srs. Theodolindo Pereira e João Maria de Araújo.

Saudou o Sr. Oscar Rosa o exmo. Sr. Dr. Oscar Leitão, Meritíssimo Juiz de Direito da Comarca, em magnífica oração reproduzida abaixo e que despertou dos presentes os mais entusiásticos aplausos.

O discurso do Exmo. Sr. Dr. Oscar Leitão

“Não sei como iniciar esta descolorida oração ante o espetáculo deslumbrante que os meus olhos observam neste instante em que Blumenau, a célula máter de Santa Catarina, no seu comércio, , nas suas indústrias, na

ciência, nas artes e nas letras, se reúne nesta festa cordial e amiga, para render ao ilustre oficial, a quem neste momento tenho a honra de me dirigir, o preito sincero e leal de seu apreço e de sua admiração, na hora de sua partida para a Capital da República. Não sei como iniciar, repito, estas palavras, porque me sinto verdadeiramente acanhado perante auditório tão distinto e seletivo, onde não se sabe o que mais admirar, se os primores da graça feminina, se a elegância de atitudes dos valorosos oficiais e dos civis que me cercam neste instante. Seja, porém, como for, não posso e não devo fugir ao apelo que eles me dirigiram, devo falar agora, como intérprete dos seus sentimentos, neste banquete de despedida. E por ser uma homenagem de despedida, devo falar com a voz do coração, que fala mais alto, por ser sincera e com mais ardor, por espontânea e refletida.

“Sr. Comandante: todo blumenauense, que ama a sua terra e, como brasileiro, deseja vê-la cada vez mais próspera, cada vez mais feliz, não pode quedar-se indiferente à obra altamente patriótica e profundamente humana, que aqui realizastes durante o período de vossa atuação no comando do glorioso 32 Batalhão. de Caçadores. Altamente patriótica, porque soubestes galharda e persistentemente, rompendo todos os sacrifícios, desenvolver, de modo notável, dentro e principalmente fora da caserna, o nível de civismo da juventude blumenauense, que constitui a esperança do futuro, mas que sempre foi, em passado não mui remoto, relegada ao desprezo pelos nossos governantes. Altamente patriótica, porque soubestes prosseguir sem temores na Campanha de Nacionalização de Blumenau, que sempre pareceu aos nossos dirigentes de então um problema insolúvel e irrealizável. Obra profundamente humana, porque o vosso coração bem formado também se voltou para os humildes, para os desvalidos, para os que sofrem, procurando mitigar-lhes, na medida do possível, os males que os afligem. E ainda estão bem vivas na nossa memória, porque são de ontem, as campanhas beneméritas que dirigistes, ao lado de vossa digníssima esposa e vossa dedicada companheira de todas as horas, e a quem também rendemos, nesta oportunidade, as homenagens do nosso respeito e da nossa admiração. Aí está como um testemunho eloqüente e imperecível, por si só suficiente para perpetuar a vossa lembrança a campanha, contra a malá-

ria, considerada endêmica entre nós e que atualmente, se não se pode considerar extinta, pelo menos os atacados desse mal são em número sensivelmente reduzido.

“Eis porque, Sr. Cel. Oscar Rosa, aqui nos encontramos para render-vos esta homenagem simples, porém altamente significativa, porque traduz o quanto vos queremos e o quanto sentimos pelo vosso afastamento do nosso convívio. Blumenau, que se encontra integrada na comunhão nacional, quer ardentemente a grandeza do Brasil e, por isso, exalta e enaltece todos os que trabalham por um Brasil cada vez maior e mais forte, como vós, Sr. Coronel, que alia às qualidades de militar valoroso, disciplinado e altivo, os dotes de cidadão e patriota. Blumenau não esquecerá o vosso nome, porque Blumenau não sabe esquecer aqueles que o serviram e o engrandeceram. Pouco importa o juízo que se faça, por aí afora, sobre este pedaço de terra catarinense, banhado por rio de água tão límpida e cercado de montanhas, cujas encostas verdejantes são um eterno desafio ao braço do colono rude e incansável e do nativo corajoso e audaz. Blumenau há de ser sempre o que o grande Presidente Vargas observou por estas plagas, já lá vão três anos:

“Notei por toda parte o entusiasmo espontâneo e luminoso, o sentimento de fraternidade brasileira e de amor à nossa terra, o desejo intenso de viver a nossa vida como brasileiros. Tal transformação, que a ninguém seria lícito obscurecer, a testemunhei por toda parte, demonstrada quer nos homens adultos e válidos, como nos moços e crianças — sobretudo nas crianças que me rodeavam em bandos alegres e que tinham, na profundidade dos olhos azuis e nos acenos cheios de carinho, a efusão inequívoca do sentimento que lhes ia na alma, enquanto suas cabecinhas douradas ao sol pareciam um trigal maduro. Tive a impressão, ao vê-las, de uma geração nova de um Brasil que se erguia.”

As aspirações e os anseios que Blumenau alimenta são os anseios e aspirações que se aninham em todos os corações brasileiros: anseios de fraternidade, de amor, de ordem e de trabalho fecundo e produtivo, que tornam as nações prósperas e respeitadas. E, nesta hora atormentada para o mundo, que se não quer despojar de sua liberdade, máxima no continente

americano, onde a democracia é o regime de governo adequado e necessário, Blumenau, parte integrante do Brasil, vem pedir-vos que leveis convosco e transmitais aos vossos valorosos camaradas, a certeza de que ele, comungando com os demais municípios da federação, estará na linha de frente ao primeiro toque de reunir, dando o melhor de suas reservas em benefício da causa que as nações unidas estão empenhadas neste momento. Agora, mais do que nunca, Blumenau, hoje mais do que ontem, volta-se para o pavilhão estrelado que, agitado pelos ventos, no toco dos mastros, estende sua sombra protetora sobre a terra brasileira. E este símbolo sagrado, que representa as tradições brilhantes do passado e a glória do nosso futuro, os blumenauenses, cômnicos de suas responsabilidades, compenetrados de seu dever, saberão defender com denodo e coragem, ao lado das forças armadas do país, das quais sois, sem favor, uma de suas mais representativas figuras.

“Permita, pois, Sr. Coronel, que no momento de vossa partida para a Capital da República, onde vos chamam imperiosos deveres para com a pátria, venha o orador, quebrando o brilho desta solenidade, oferecer-vos este banquete, a vós e à vossa digna consorte, representante legítima da mulher brasileira, proclamando, em nome de todos os presentes, o pesar que nos causa o vosso afastamento e a saudade que nos deixa a vossa ausência. Em meu nome e de todos os que aqui se encontram, ergo a minha taça pela vossa sempre crescente felicidade e de vossa esposa, para que assim possais prestar à causa do Brasil os serviços inestimáveis que ele necessita de vosso desprendimento e de vosso patriotismo”.

As palavras do Homenageado

Respondendo, o Sr. Ten. Cel. Oscar Rosa Nepomuceno agradeceu à homenagem, e suas palavras, que publicamos abaixo, refletiram as elevadas virtudes que sempre ressaltamos em Sua Excia. e que demonstraram mais uma vez o que sempre dissemos: o Cel. Oscar Rosa compreendeu o coração de Blumenau!

“Quando o Exmo. Sr. Ministro da Guerra, em princípios de 1942, convidou-me para comandar o 32º Batalhão de Caçadores, eu me senti verdadeiramente grato a S. Excia., pela grande honra que me conferia.

“Não tive dúvidas em aceitar a delicada missão que me era confiada, como também não deixei de medir, com a medida exata, o peso das suas responsabilidades”.

A missão de comando

“A missão de comando, como já o disse Lebaud, é muito mais ampla do que habitualmente se pensa.

“Preparar o 32º., torná-lo capaz de bem cumprir o seu dever para com a Pátria, em quaisquer circunstâncias, era a minha missão de comando, tipicamente militar.

“Mas, não era tudo. Na qualidade de chefe, eu devia congregar o meu batalhão, que eu ainda não conhecia, ao povo de Blumenau, que me era estranho, e fazer com que os corações dos dois batessem ritmados, na mesma inquietude patriótica de servirem ao Brasil, que tinha direitos de fato ao seu amor, ao seu trabalho e aos seus sacrifícios.

“Esta era outra missão, de caráter social. A derradeira, seria o complemento das anteriores.

A obra de nacionalização

“Por um capricho do destino, Blumenau, dona de um parque industrial que tem o seu peso na vida econômica de Santa Catarina, habitada por uma população trabalhadora e ordeira, Blumenau viveu, por tempo demasiado, dentro do Brasil e fora dele.

“Dentro do Brasil, Blumenau sempre viveu, pois que as leis naturais lhe impediram o transplantar-se, qual flor exótica, para outra terra em outra pátria.

“Viveu Blumenau fora do Brasil, porque a ele se ligara apenas pelos laços materiais de compra e venda, pelo comércio e pela indústria, e dele se isolara moralmente, repudiando-lhe a língua, rejeitando-lhe os costumes, desprezando-lhe as tradições e ignorando-lhe a história, no esquecimento total e lamentável, de que são justamente a história, as tradições, os costumes e o idioma que identificam as partes com o todo, e entrelaçam o indivíduo e o povo com o Estado numa comunhão profunda de interesses, de amor e de pensamentos, para a perpetuidade da raça e para a unidade da Nação.

“A obra de nacionalização do Vale do Itajaí já ia adiantada, graças aos esforços de S. Excia. o Sr. Interventor Federal neste Estado. Meu programa se completaria, portanto, com o estender-lhe o meu apoio, com o garantir-lhe a execução em meu setor, para livrar a infância e a juventude desta formosa terra das ideologias estranhas à nossa mentalidade.

“Para solucionar esses três problemas, eu me armei dos melhores propósitos. E vós, blumenauenses, com o vosso ambiente acolhedor e amigo, com as vossas almas abertas à franqueza e à lealdade, vós me destes, quando pisei o vosso solo, a segurança de estar em terra pronta para a sementeira do trabalho, bastante fértil para dela se esperar boas colheitas.

Dificuldades criadas pela guerra

“Quando aqui cheguei, já se podiam perceber, nos longes do horizonte da Pátria, os primeiros sinais da grande crise nacional que se avizinhava. E a guerra, quando veio, trouxe-me o cortejo fatal das dificuldades para o meu comando.

“Só Deus conhece a extensão da serenidade que tive de conservar, num meio em que as paixões deflagravam cada dia, ameaçando destruir os meus esforços para conduzir Blumenau dentro do Brasil.

“E hoje, muito embora o sangrento conflito ainda perdure, eu posso dizer, com a vaidade justa de quem sempre procurou agir pela justiça, que a paz de Blumenau jamais foi perturbada, nem se interrompeu o vosso trabalho honesto, que tanto vem contribuindo para o esforço de guerra de nossa Pátria.

“Muito em breve, deixarei o vosso convívio carinhoso. Mas levarei comigo a satisfação e a certeza do dever cumprido, dos bons resultados obtidos, em todas as campanhas que empreendi, de olhos fitos no Brasil e no bem-estar de Blumenau.

“Essas campanhas sempre contaram com o vosso franco acolhimento, moral e material, com a generosidade daqueles que habitam esta terra dadivosa e boa.

“Agora, aqui ficais, dedicados às vossas atividades costumeiras de homens dignos, construtores do progresso e da prosperidade do Brasil.

“E eu, na emoção que precede os últimos adeuses, confesso-vos, com

toda sinceridade, que em Blumenau vivi dias felizes da minha vida de soldado e de cidadão, gozando do apreço e da estima daqueles com quem tive a ventura de conviver”.

“A saudade dessa convivência já me bate às portas do coração, mesmo antes da partida. E antes que ela me domine, quero agradecer todas as homenagens que me estão sendo prestadas, e que eu considero mais produtos da generosidade dos que a elas concorrem, do que um prêmio aos meus méritos”.

“Aos meus amigos, ofereço os meus préstimos, onde quer que estejam, pois a eles eu devo o consolo de poder levar de Blumenau as mais gratas recordações”.

Um apelo ao povo blumenauense

“Mas, antes que eu vá, desejo que ouçais o meu último apelo: o Brasil está tocando reunir, no campo de batalha e da honra nacional. Eu vos tenho concitado a ouvir esse toque, a compreendê-lo, a atendê-lo. Porque ele conclama as energias do nosso povo para a sobrevivência no mundo da justiça, da dignidade e da liberdade.

“E eu repito aos blumenauenses o que dizia Rui aos brasileiros, há 24 anos: ‘Por um que se vai, outros aí se acham, para embocar os clarins da alvorada. Não deixem expirar os sons, que enchem estas terras benditas. Não os deixem adormecer outra vez, no esmorecimento da luta começada. Nem se continue a dizer que este país é um país perdido. Do rumor das vozes que perdido o declaram, é que resulta o seu perdimento. Somai essas unidades perdedoras, e no seu total terei a perdição do Brasil. Varrei essas unidades acobardadas, e o Brasil será um país salvo e imperecível”.

Foi encontrado ouro no subsolo do Hospital Santa Catharina

Fragmentos de
nossa história local

O presente artigo, publicado no Jornal Cidade de Blumenau, ano XV, n.º. 71, 25/02/1939, apresenta a curiosa notícia sobre ouro encontrado no terreno do Hospital Santa Catarina, mostrando facetas interessantes sobre o local e sobre a qualidade mineral do Vale do Itajaí.

Foi encontrado ouro no subsolo do Hospital Santa Catharina

Confirmada a descoberta por análises feitas pelo Professor Weber, Chefe do Laboratório de Química da Universidade do Paraná – Porcentagem igual às minas de Ouro Velho, em Minas Gerais.

No Hospital Santa Catharina iniciou-se há tempos atrás a abertura de um poço para a captação de água a este acatado estabelecimento hospitalar. Esta obra foi dirigida pelo Sr. engenheiro Hoh que havia previsto uma grande profundidade para que jorrasse a água cristalina da rocha.

Prosseguindo os trabalhos com afinco, foi encontrada pedra duríssima aos 49 metros de profundidade. À medida que continuavam as esca-

vações era cada vez maior a resistência encontrada, fazendo com que só 4 centímetros fossem perfurados em 60 minutos. O trabalho continuou, sendo feito por meio de brocas, encontrando-se camadas alternadas de pedras cristalizadas e pedras arenosas. Aos 60 metros de profundidade surgiram camadas de cristais rosa e preto, em grande quantidade e que apresentavam vestígios de ouro.

O trabalho de perfuração prosseguiu sempre mais difícil e continuaram aparecendo pedras cristalizadas e arenosas, alternadamente, sendo cada vez maior a porcentagem de ouro.

Aos 80 metros de profundidade surgiu a água, de acordo com os estudos do Sr. Hoh. Foi montada então uma potente bomba que eleva a água cristalina, e isenta de bactérias para os depósitos que servem o hospital. Atualmente o poço foi fechado, estando em pleno funcionamento.

A notícia da descoberta de ouro provocou sensação em diversas partes do Estado e por isso procuramos o Sr. engenheiro Hoh para pedir confirmação do fato. Ontem mesmo tivemos ocasião de falar-lhe e recebemos gentilmente os dados acima. Informou-nos ainda que o Prof. Hans Ludwig Weber, Chefe do Laboratório de Química e Professor de Química na Universidade do Paraná, esteve quinta-feira nesta cidade e teve ocasião de proceder a análise do material contendo o ouro encontrado no poço.

Seus resultados confirmaram ser de fato ouro, sendo que sua porcentagem é igual à existente nas célebres minas de Ouro Velho, em Minas Gerais. Adiantou-nos por fim que aprofundando-se mais a escavação, o ouro será encontrado em maior quantidade ainda, demonstrando a existência de um rico filão deste metal.

A infância de duas rodas

Homero Bruno Malburg¹

Memórias

A partir da metade dos anos cinquenta, começaram a aparecer no comércio as bicicletas nacionais. Até então, a grande maioria delas era importada. Alemãs, suecas, inglesas, normalmente pretas e de construção extremamente sólida, para durar toda a vida. Eram feias, no nosso entender, principalmente porque tinham por baixo do selim, duas molas espirais que apareciam de longe...

Então, eis que surgiram duas marcas que lutavam pela preferência: Monark – “a rainha das bicicletas” e a Erlam. Bastava que o pai nos desse uma destas para que imediatamente nos tornássemos os maiores defensores da “nossa marca”. E chegávamos até a brigar por isso.

Eram vendidas em vários tamanhos, as pequenas com rodinha auxiliar, as médias e as de adulto. Em modelos diversos, vinham pintadas em cores diferentes, com frisos decorativos caprichosamente traçados. Os selins eram lisos, sem as ditas molas aparentes e não tinham freio-de-mão. Freitava-se no pé, apertando o pedal para trás. Re-

¹ Colaborador da Revista.

centemente li que esta característica era proveniente de uma peça chamada “Torpedo”, localizada no eixo da roda traseira. As bicicletas atuais não têm este freio.

Com o tempo, passávamos a entender mais de detalhes técnicos: bicicleta de “pião” grande era boa para subir ladeiras, mas cansativa para correr. As de “pião” pequeno eram ótimas na corrida, mas penava-se em qualquer subida. Como não havia bicicletas com marchas, tínhamos que optar.

Vinham de fábrica com o bagageiro atrás, que servia para sentar o “carona” e para levar carga que podia ser presa por duas hastes de mola. Também tinham sineta no guidão; sinalização tipo “olho-de-gato” e um cadeado primário. Os acessórios eram vários. Havia um cestinho de vime com assento acolchoado que os pais aparafusavam na barra horizontal para carregar crianças pequenas. Bonitas eram as capas de selim. Plásticas, coloridas e algumas cheias de franjas. Os punhos originalmente em borracha preta podiam ser enfeitados com fitas. Decalcomanias eram coladas em várias partes e instalados espelinhos retrovisores. Acessório caro era a lâmpada, um farol dianteiro acoplado a um dínamo encostado no pneu. Movido pela roda, quanto mais se acelerava, mais forte era a luz. Homens usavam uma peça metálica para prender a barra da calça e impedir que ela engatasse e sujasse na graxa da corrente.

Como as mulheres só usavam vestidos, a bicicleta feminina não tinha a tal barra horizontal. Para evitar que as saias enroscassem nos raios da roda traseira, a cobriam com uma espécie de rede. Alguns pais presentearam os filhos menores já com uma bicicleta de adulto e os pés não alcançavam direito os pedais. No aprendizado, às vezes, o pé escapava e a gente caía sentado em cima da barra de ferro.

“Lideranças do Contestado”

Enéas Athanázio¹

Autores
Catarinenses

Por circunstâncias da vida, nasci e cresci dentro do território do Contestado. Nos meus tempos de criança, no entanto, não se tocava no assunto, nem mesmo nos colégios onde estudei. Só o saudoso Prof. Estevão Juk, destoante da média em virtude de sua independência, aludia vez ou outra à insurreição cabocla. Era uma espécie de tema tabu, escondendo talvez secreto pudor ou vergonha de lembrar episódios sangrentos provocados por “bandidos e fanáticos atrasados.” Mesmo nessas raras referências, no entanto, falava-se na “revolta dos jagunços” e não em Contestado, designação que só ouvi muitos anos mais tarde, o que me leva a crer que foi invenção dos historiadores ou militares e não nasceu da boca do povo. Por outro lado, havia uma demonização do movimento no inconsciente popular, generalizando o terror implantado por Adeodato, mais conhecido por Leodato, que imperou apenas na última fase. Em relação a essa figura, mesclavam-se sentimentos de admiração e temor. Seu nome “fazia criança dormir.” Confirmando o que observei na minha região, sabe-

¹ Escritor e Advogado.

se hoje que a imprensa em geral deu reduzido espaço à guerra que se estendeu por quatro anos (1912/1926), fazendo uma cobertura precária.

Existe hoje grande interesse pelo Contestado e, em consequência, vem se formando extensa bibliografia sobre o assunto, tanto na história como na ficção e até na poesia. Soma-se a ela agora um novo e importante título: “Lideranças do Contestado”, de autoria do historiador e professor da UFSC Paulo Pinheiro Machado (Editora da UNICAMP – Campinas – 2004). Baseado em ampla e minuciosa pesquisa, incluindo incansáveis excursões aos locais e entrevistas com numerosas pessoas, o conteúdo da obra vai muito além do título, constituindo-se em autêntica história do movimento, desde o início até o fim, penetrando na análise de suas causas e circunstâncias que o rodearam. Creio que é um dos mais completos ensaios existentes, se não o mais completo de todos, além de refletir a isenção de um autor que não tem laços pessoais com a região. Tal como o leitor há de estar se indagando, eu também indaguei por que foi o livro publicado pela UNICAMP e não pelas editoras locais. Creio que o próprio livro contém a resposta: em várias passagens ele põe em dúvida a palavra de consagrados autores sobre o assunto, quando não desmente, de forma frontal e com o peso de argumentos irrespondíveis, algumas de suas afirmações. E isso acontece em diversas oportunidades.

A primeira observação que se impõe com a leitura diz respeito ao desinteresse e ao alheamento da Capital em face do que acontecia no Planalto. Só mais tarde, quando as hostilidades explodiram de forma incontrolável, foram tomadas as providências necessárias e o governo estadual se fez mais presente. E, como sempre, a política miúda intervinha e atrapalhava, contribuindo para a situação caótica que se implantou em grande área da região. Cansados do jugo dos padres e dos coronéis que tudo dominavam com mão de ferro, buscavam os caboclos, desde o início, maior liberdade de ação e a possibilidade de viverem a seu modo, criando um novo estilo de vida. “Seria a construção de algo realmente novo, onde não vigoraria o poder das antigas autoridades. (...) O sentimento de irmandade cimentava estas práticas comunitárias (...) do que um comia, tudo tinha que comer; do que um bebia, tudo tinha que beber; todos eram irmãos” (pp. 209/210). Esse sentimento de irmandade era algo real, palpável e for-

te no interior dos redutos que se formaram com as bandeiras compostas de crentes que para eles se transferiram com suas famílias, teres e haveres. Surgiu um comunismo primitivo que nada tinha de marxista ou doutrinário. O ambiente ainda impregnado das pregações dos dois monges João Maria reforçava a fé dos caboclos. Contrariando o que tantas vezes se afirmou, o movimento foi composto de caboclos pobres, inclusive aqueles considerados ricos, e quase não havia pessoas oriundas de outras regiões do país. O grosso dos revoltosos se constituía de gente da região, incluindo as lideranças. Eram os “crioulos”(1) ou “pelos duros”(2), que depois passaram a se dizer “pelados”, em contraposição aos “peludos”, os inimigos, porque passaram a raspar as cabeças. Mesmo os “arigós”(3) demitidos da ferrovia, depois de sua conclusão, e que aderiram ao movimento, eram oriundos da região.

Como em outros movimentos semelhantes – Canudos, Caldeirão, Pau de Colher – os revoltosos eram monarquistas. Acreditavam que a monarquia fora instituída por Deus, sendo, portanto, mais justa e honesta, o que revela como esse regime penetrou fundo na alma popular que enxergava no imperador uma espécie de pai de todos. Imaginavam estabelecer nos redutos um regime monárquico, mas como o “rei”, - o monge José Maria, - havia falecido e estava ausente, formou-se uma curiosa monarquia sem rei. O rei, acreditavam eles, ressuscitaria e voltaria para combater os peludos à frente do exército encantado de São Sebastião. Esse culto a São Sebastião, ao contrário do que muitos pensam, nada tem com o “sebastianismo”, inspirado no rei português que morreu nas Cruzadas, na batalha de Alcácer-Quibir, em 1578. O santo venerado é o São Sebastião soldado do exército romano e guerreiro, que foi amarrado e vítima de flechadas, mas não morreu, sendo mais tarde morto a bastonadas e lançado na Cloaca Máxima, de onde foi resgatado por cristãos e sepultado nas Catacumbas. Sua memória é celebrada em 20 de janeiro e as imagens sacras o figuram sempre amarrado ao poste e crivado de setas. A crença no retorno, porém, parece indicar a existência de certa confusão entre as histórias do rei e do santo.(4) Os chamados “12 pares de França”, objeto de tantos comentários, na verdade nunca existiram. Segundo o autor, os sertanejos se referiam apenas aos pares de França, sem fixar o número de doze e sem referir-se a Carlos Magno, mais um detalhe que teria sido criado pelos intérpretes ou por lendas. No caso, a

gesta carolíngia teria sido deturpada ou interpretada de forma errônea.

A rígida disciplina imposta nos redutos acabou gerando autêntica ditadura dos chefes e qualquer desvio merecia enérgica punição. Ao tempo de Adeodato, o último chefe, a partir de 1914, essas punições foram numerosas e de grande violência. Muitas delas são relatadas pelo autor.

Como se sabe, dois foram (pelo menos) os monges de nome João Maria que palmilharam o Planalto em pregações e previsões apocalípticas. No imaginário popular, porém, ambos se unificam e confundem num só, como concluiu o pesquisador Nilson Thomé em minucioso estudo. O autor do livro aqui comentado estabelece nítida distinção entre um e outro e, mais tarde, com a figura do monge José Maria, esclarecendo muitas confusões. O primeiro João Maria seria italiano, surgiu em Sorocaba em 1844 e desapareceu de circulação por volta de 1870. Seu nome era João Maria Agostini ou D'Agostini, e ficou conhecido como João Maria de Agostinho. Além de Sorocaba, perambulou pelo Rio Grande do Sul e pelo Paraná, onde existe uma gruta na qual teria morado, nas redondezas da cidade da Lapa, e, certamente, pelo nosso Planalto. Expulso do Rio Grande, veio para Santa Catarina, onde permaneceu “por alguns meses de 1849, vivendo voluntariamente isolado na Ilha do Arvoredo, a quinze quilômetros do litoral de Porto Belo, e depois seguiu para o Rio de Janeiro e retornou a Sorocaba” (p. 229). A permanência do monge nessa ilha é evocada num conto de José Boiteux, publicado no livro “Águas Passadas” (1932). Pregava o uso de águas curativas, a abstenção de carne aos sábados, guardar uma vida de respeito e penitência e levantar cruzeiros em locais indicados, em número de 14, conforme as estações da via sacra. Como conclui o autor, “tinha uma relação bastante próxima com a estrutura oficial da Igreja católica” (p. 164). Oswaldo Rodrigues Cabral foi o mais minucioso investigador dessa figura itinerante, sempre coberta pelo gorro de pele de jaguatirica e apoiado em seu cajado.

O segundo João Maria seria sírio de nascimento e tinha sotaque acastelhanado, tendo vindo de Buenos Aires, onde, com certeza, viveu por algum tempo. Chamava-se Anastas Marcaf e peregrinou longamente pelo Planalto entre 1890 e 1908 ou 1910. Ficou conhecido como João Maria de Jesus e dizia que vivia peregrinando para cumprir uma penitência. Entre sua entrada em cena e o desaparecimento do primeiro mediou um tempo de

pelo menos dez anos. Tinha certa semelhança física com o primeiro, também falava em águas santas e pregava a necessidade de erigir cruzeiros. Evitava aglomerações de povo e não permanecia muito tempo no mesmo lugar – “anoitecia e não amanhecia”, diziam. Era monarquista, tinha simpatia pelos federalistas e “teve uma relação hostil com o clero católico: fazia batizados; propalava um discurso apocalíptico com grande receptividade no Planalto”(p. 168). Tinha fama de milagroso, realizando muitas curas, e punha extrema atenção nos sinais da natureza. “Quem não sabe ler a natureza é analfabeto de Deus” – afirmava. Esteve nos campos de Palmas, no vale do rio do Peixe, no interior e nas vilas de Campos Novos, Curitiba, Rio Negro, Canoinhas e Porto União. Nas cercanias desta cidade, no pico do Morro da Cruz, existia um cruzeiro que teria sido erigido por ele. Dizia-se que quando essa cruz caísse haveria uma enchente catastrófica no rio Iguaçu. Segundo os padres franciscanos, foi ele o grande responsável pelo fanatismo religioso na região, mesmo tendo desaparecido muito antes dos embates guerreiros. A crença popular afirma que João Maria se retirou para o alto do Morro do Taió, onde vive até hoje, “encantado”, com quase duzentos anos (pp. 168/169). Foi um líder nato, com intenso poder de convencimento, e sua atitude independente em relação ao clero fechava com o sentimento dos insurgentes que se consideravam vítimas de padres e coronéis.

Decorridos de dois a quatro anos, aparece no cenário o monge José Maria, aquele que alguns autores consideram o “monge de guerra”, fato que o autor põe em dúvida ao mostrar que ele tudo fez para não guerrear e só iniciou as hostilidades para não recuar diante de um desafio peremptório. Por volta de 1912, vivia no povoado do Espinilho, no município de Campos Novos, onde se fizera “erveiro” competente, receitando mezinhas e garrafadas, realizando suas curas, além de rezas e benzimentos. Numa época de escassos médicos e farmacêuticos, ele supria a ausência desses profissionais da saúde, dando assistência aos doentes que o procuravam. Foi ali que uma grada comitiva de revoltosos foi buscá-lo para comandar o movimento e, assim, iniciar sua caminhada para ingressar na história. Homem de passado obscuro chamava-se Miguel Lucena de Boaventura e proclamava ser irmão de João Maria. Morreu em 22 de dezembro de 1912, no combate do Irani, fato que marcou o início real da guerra. Nessa contenda

também morreu o coronel João Gualberto, comandante das forças legais, e que alardeara que em poucos dias faria os fanáticos desfilarem, amarrados com cordas, pela rua XV de Novembro, em Curitiba. A morte do monge espalhou um rastro de ódio nos corações caboclos do Planalto, deu margem a inúmeras versões e lendas, e passou a alimentar a esperança de sua ressurreição, voltando à frente do exército encantado de São Sebastião para impor a suprema derrota aos peludos. Em sonhos ou visões, José Maria conversava com as “virgens santas”, os chefes e outras figuras dos redutos, transmitindo ordens e estratégias guerreiras. Ficou “encantado” e passou a ser visto em toda parte.

Daí em diante a guerra se estende até 1916 e os insurgentes chegam a dominar imenso território. Conhecedores do terreno e donos de uma coragem sobre-humana, praticavam uma guerra de guerrilhas que desnorteava as forças legais, atacando e recuando, usando da surpresa e da audácia. Invadiram a vila de Curitibanos, reduto do coronel Albuquerque, queimaram os povoados de Calmon, uma das sedes da Cia. Lumber, São João de Cima e São João dos Pobres, hoje Matos Costa. Em 5 e 6 de setembro de 1914 foram incendiados Calmon, sob o comando de Chiquinho Alonso, e São João dos Pobres, sob o comando de Venuto Baiano. A violência dos ataques não teve limites. Todos os homens adultos foram mortos, as instalações ferroviárias incendiadas. Em Calmon, a serraria da Lumber, símbolo do poder estrangeiro, foi reduzida a cinzas, e as labaredas, segundo testemunhas, iluminaram o sertão durante noites seguidas. O capitão Matos Costa foi morto no dia 6, num equívoco lamentável porque foi um pacifista e entendia os reclamos dos caboclos (pp. 263/264).

São algumas observações sobre um livro que aborda tema dos mais complexos de nossa história, ao qual trouxe grande contribuição, embora muito ainda haja a desvendar, como adverte o próprio autor. É uma obra que daqui em diante será indispensável em qualquer pesquisa sobre o Contestado, cuja ausência a inquinará de grave falha. Anoto, por fim, a surpresa que me causaram os muitos erros de redação existentes no texto, em especial no mau uso da crase, fato que recomenda rigorosa revisão na hipótese de nova edição. No conjunto, é obra isenta, minuciosa e bem fundamentada.

Notas:

- (1) Crioulo, no Planalto, é a pessoa originária do local. Nada tem a ver com descendência afro e nenhum sentido pejorativo.
- (2) Pelo duro é o caboclo puro, sem mistura de outras raças.
- (3) Arigós eram os trabalhadores braçais da ferrovia. A maioria foi demitida com o término da construção da estrada de ferro.
- (4) “Enciclopédia Brasileira Globo”, P. Alegre, Editora Globo, 1971, 12ª. ed., Tomo X.

Quem escreve o quê e onde (III)

Abro esta seção registrando o lançamento do belo livro “Vil Mar - Vindima Poética”, de subtítulo tão sugestivo, de autoria do poeta chapecoense Vilmar Daufenbach (Edição do Autor – 2005). Embora seja a obra de estréia do Autor, ela revela um poeta maduro, feito, e uma poesia de qualidade, trabalhada com esmero e repleta de momentos elevados. É obra de quem convive com a poesia, lendo, meditando e sentindo de longa data. Como escreveu Silvério da Costa, incentivador incansável da publicação, “não se trata de um livro qualquer, repleto de literatices poéticas, como fazem muitos por esses Brasis afora, mas de uma obra portadora de poesia séria...” Palavras que subscrevo, baseado na leitura que fiz e que prosseguirá pelo tempo. Saúdo, portanto, o aparecimento do poeta em livro, comemorando sua entrada no seletivo grupo de escritores que vem colocando Chapecó e a região no mapa literário com segurança e destaque. Para repetir Torres Pereira, em palavras dirigidas ao poeta, “que tal comemorar também o surgimento do senhor poeta que tu és?” Desejando ao poeta o merecido sucesso, espero vê-lo sempre, daqui por diante, na linha de frente dos escritores do nosso Oeste.

“Um Ciclo nas Letras” é o volume que ostenta a fortuna crítica do poeta goiano Francisco de Assis Nascimento nos vinte anos que vão de 1985 a 2005 (Edição do Autor – Goiânia – 2005). O livro é um documento revelador da repercussão da obra do poeta, contendo manifestações críti-

cas de todas as regiões do país e até do Exterior. Ali estão palavras repletas de entusiasmo, prazer e surpresa diante dos versos do poeta, analisando sua produção dos mais diversos ângulos e formando, no conjunto, um painel admirável do universo concebido em sua poética. Nascimento é um batalhador incansável, produzindo sem cessar e atuando como importante agitador cultural naquela região, com reflexos em toda parte, como mostra o volume, tornando-o um dos mais conhecidos militantes das letras de hoje.

“Coletânea Osman Lins de Contos”, publicada pela Prefeitura do Recife (PE - 2005), reúne os dez contos premiados em concurso realizado em homenagem ao ficcionista pernambucano, o inesquecível autor de “Avalovara”. Entre os premiados, destaco Gerson Valle com o conto “Missas de Galo”, modelo de criatividade, erudição e humor suave. Trabalho de um contista experiente, dotado de larga imaginação, também poeta de múltiplos recursos e com larga atuação na vida cultural do Rio de Janeiro. O livro é ilustrado com reproduções de obras de Francisco Brennand.

O catarinense Amílcar Neves publica a coletânea de crônicas “Da Importância de Criar Mancuspias” (Garapuvu – Florianópolis – 2005). Reúne trabalhos publicados na imprensa. O Autor é dos mais premiados escritores de nosso Estado. Também catarinense, Apolônia Gastaldi está publicando o romance “Barra do Cocho” (Nova Letra – Blumenau – 2005), ambientado no Alto Vale do Itajaí e mesclando história, lembranças, retratos, “causos”. Revela a dedicação da autora, muita pesquisa, entrevistas, buscas e contatos. E o fôlego necessário para o romance, gênero cada vez mais raro por aqui.

A União Brasileira de Escritores (UBE/SP) lançou, no dia 30 de novembro, o primeiro número de sua revista “O Escritor”, exibindo na capa a figura admirável de Mário de Andrade. O evento aconteceu junto com o

jantar anual de confraternização dos associados. Segundo informações, foi muito concorrido. Espero, como antigo sócio, que não se torne mais uma das tantas publicações “panelosas” e que seja realizada com esmero, evitando as reclamações que cercaram o lançamento do indicador de associados organizado pela entidade.

“Érico e seu tempo”, editado pelo Centro de Pesquisas Literárias (CIPEL), de Porto Alegre, é uma coletânea de ensaios para comemorar o centenário de nascimento do escritor Érico Veríssimo ocorrido em 2005. São onze trabalhos focalizando a obra do escritor sob os mais diversos ângulos, contribuindo para um conhecimento mais aprimorado desse ficcionista que tem encantado gerações de leitores. Destaco dentre os ensaios “O choque do Sublime em **Olhai os Lírios do Campo**”, de autoria de Cleber Pacheco, também poeta e crítico que vem se destacando pela argúcia analítica de suas abordagens. Aqui, num texto de sofisticada percepção, ele busca o Sublime nesse romance de Érico sob o prisma filosófico, “no sentido de um êxtase vivenciado pela alma.” Conclui, depois de bem fundamentar suas posições, que “para Érico Veríssimo, a verdadeira natureza humana tem uma proximidade com as forças da natureza e com o que existe de belo nela. Além das máscaras sociais, além do mundo da cultura, resiste o autêntico, o espontâneo, o próprio Sublime, pois a natureza procura realizar com a máxima perfeição cada uma de suas obras, sem se interessar pelas conseqüências, sem esperar louvores nem censuras (...) Daí a crença do autor na capacidade latente para o bem que existe em todos nós, independente do ceticismo generalizado a corroer nossos dias” (p. 22). O autor de **O Tempo e o Vento** sai engrandecido do livro e em especial deste ensaio. Cleber Pacheco está publicando também a novela “Vanessa” (Ediplat – P. Alegre – 2005), revelando agora o seu viés de ficcionista. É um texto absorvente e que li num “vu”.

Registro ainda o lançamento de “História da Literatura Brasiliense”, de Luiz Carlos Guimarães da Costa (Thesaurus/FAC – Brasília – 2005),

trabalho de longa e intensa pesquisa, fornecendo uma visão sistemática das letras do Distrito Federal, desde sua fundação até hoje, relacionando os grupos literários, suplementos, movimentos, antologias, além dos autores, suas obras e fortuna crítica. Obra de autor dedicado e que se constitui em marco inarredável para qualquer estudo sobre o tema.

“História Universal da Angústia”, de W. J. Solha, é um livro instigante e cuja leitura se constitui num “perigo” – como disse Paulo Bentancur (Bertrand Brasil – Rio – 2005). São sete narrativas longas em que grandes personagens históricos ou de ficção são estudados sob o prisma de seus dramas e, em especial, de suas angústias. Lucas, o rei Saul, Parsifal, Édipo e Hamlet são alguns dos angustiados estudados à luz da psicologia, da biografia, da história e das circunstâncias da vida de cada um, revelando detalhes e conclusões surpreendentes e às vezes chocantes. Trabalho só possível a um escritor de talento e erudição acima do comum, capaz de se situar com segurança nesse complexo cipoal de autores, personagens, fatos e idéias tão rico e, ao mesmo tempo, confuso. É um livro para ser lido e estudado, saboreando as páginas de um autor que domina como poucos a arte de lidar com as letras. Solha é também poeta, cineasta, ator e artista plástico.

“Remanso” é o mais recente livro de Cláudio Limeira, um dos poetas atuais mais conhecidos (Idéia Editorial – João Pessoa – 2006). É uma coletânea de poemas, em geral breves, mas ricos de conteúdo, imagens e sugestões, como costumam ser seus trabalhos, inspirados nos mais variados fatos mas que enfrentam, no fundo, a perplexidade do ser humano neste mundo tantas vezes incompreensível. Cláudio Limeira é grande agitador cultural em sua região, com reflexos no país, contando sempre com o apoio decidido de sua esposa, também escritora, Yó Limeira. É um casal indispensável. O volume tem bela apresentação e as ilustrações são do próprio autor. Como amostragem aos leitores, vão aqui dois poemas: “Comerciante – Passou a vida/ sem alegrias/ a existência medida/ catando os dias/ no armazém/ vintém por vintém/ e no dia do enterro/ quase ninguém” (p. 22).

“Réquiem para a Maria Fumaça – Antigamente/ via-se o trem/ rasgando a paisagem verde/ resfolegando cansado:/ - café com pão bolacha não/ café com pão bolacha não/ café com pão bolacha não/ – Aos poucos foi cansando/ e era só café com pão/ - E logo depois: café sem pão/ café sem pão/ café sem pão/ - Hoje/ na paisagem desolada/ o chão seco/ o vazio/ - E nem mais café/ nem trem/ nem pão” (p. 30).

[Faint, illegible text, likely bleed-through from the reverse side of the page]

Para proceder a assinatura da Revista ou sua renovação, assim como receber números antigos ou tomos completos encadernados, procure-nos.

Abaixo informamos nossos preços:

- Assinatura nova: R\$ 70,00 (anual = 6 números)
- Renovação da assinatura: R\$ 55,00 (anual = 6 números)
- Tomos anteriores (encadernados com capa dura): R\$ 80,00
- Exemplares avulsos: R\$ 10,00 (edições dos anos 70 a 2003)
 - R\$ 15,00 (anos 60)
 - R\$ 20,00 (anos 50)
- Encadernação R\$ 30,00 o volume (até 1997, um volume para cada tomo. De 1998 em diante, dois volumes por tomo.
- Tomo completo encadernado: R\$ 120,00 (para tomos de 1998 em diante). Para tomos de anos anteriores, solicitar orçamento.

() Sim, desejo assinar a revista *Blumenau em Cadernos* para o ano de **2005** (Tomo 46). Anexo a este cupom, a quantia de R\$,00 (..... reais) conforme opções de pagamento abaixo.

Formas de pagamento:

- () Vale Postal – Fundação Cultural de Blumenau – Blumenau em Cadernos
- () Depósito no BESC – conta 77.995-2 – Agência 003. Após o pagamento, passar FAX do recibo de depósito com o nome do depositante, para nosso controle.
- () Cheque - Banco: Número do Cheque:

Dados do Assinante:

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cx. Postal: _____
CEP: _____ - _____ Fone para contato: _____
Cidade: _____ Estado: _____

Assinatura

Arquivo Histórico José Ferreira da Silva
Caixa Postal 425 - Cep 89015-010 - - Fone: (47) 326-6990 – Fax (47) 222-2259
Blumenau (SC) – E-mail: arquivohistorico@fcblu.com.br

Unidades
Culturais

Arquivo Histórico
Prof. José Ferreira da Silva
arquivohistorico@fcbu.com.br

Mausoléu
Dr. Blumenau

Museu
da Família Colonial

Centro Cultural
da Vila Itoupava

Biblioteca Pública
Dr. Fritz Müller

Museu
de Arte de Blumenau

Galeria
Municipal de Arte

Centro de Publicação,
Documentação e
Referência em Leitura

Editora
Cultura em Movimento
editora@fcbu.com.br

www.fcbu.com.br

ISSN 0006-5218

BLUMENAU *em Cadernos*

FUNDAÇÃO
CULTURAL
DE BLUMENAU

TOMO XLVII
Jan./Fev. 2006
NÚMERO 1/2

BLUMENAU
em Cadernos

TOMO XLVII
Janeiro/Febrero de 2006
Nº 1/2

Apoio Cultural:

Genésio Deschamps

Victória Sievert

Willy Sievert (*in memoriam*)

Buschle & Lepper S/A

Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A

Eleto Aço Altona S/A

Hildegard Rossmark Schramm

43 S/A Gráfica e Editora